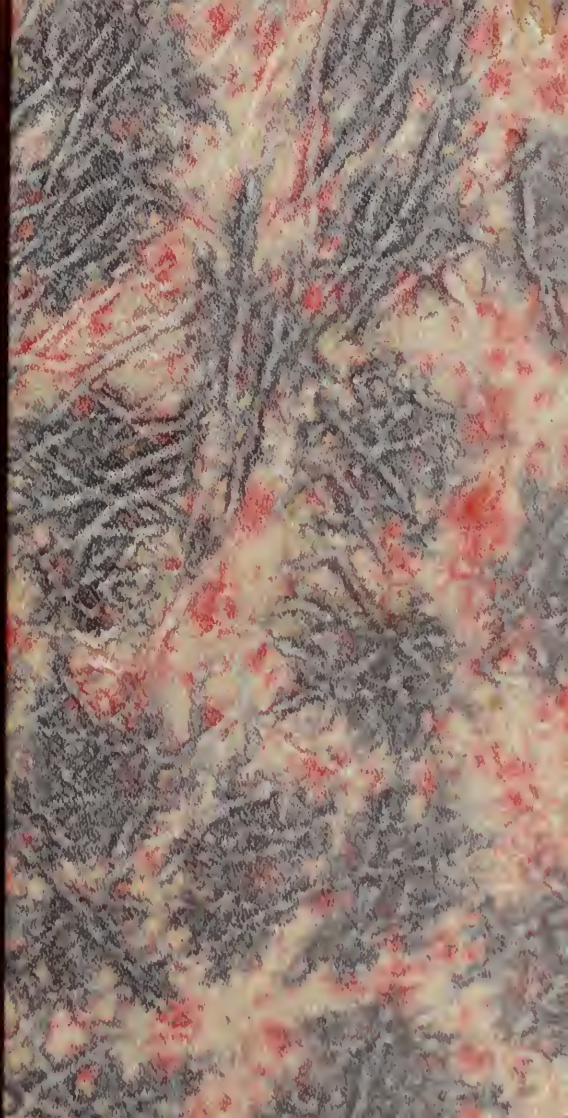

19
1-3

PR169 T73

Presented to the

LIBRARY *of the*

UNIVERSITY OF TORONTO

by

Professor

Ralph G. Stanton

Digitized by the Internet Archive
in 2009 with funding from
University of Toronto

http://www.archive.org/details/portugalnabalan00alme

OBRAS

DO

V. D'ALMEIDA GARRETT.

XIX.

PORTUGAL NA BALANÇA DA EUROPA.

PORTUGAL

NA

BALANÇA DA EUROPA;

PELO

V. D'ALMEIDA-GARRETT.

2.ª EDIÇÃO

PORTO
EM CASA DA VIUVA MORÉ — EDITORA
PRAÇA DE D. PEDRO.

1867.

PORTO : 1866 — Typographia Commercial,
Bellomonte, 19.

Á NAÇÃO PORTUGUEZA

> Quando pois, ó varões athenienses, quando o que vos cumpre haveis de fazer? Quando alguma coisa acontecer? Quando a desgraça vier? E do presente estado de coisas qual deve ser vossa opinião? Eu por mim julgo que para homens livres não ha maior desgraça do que a deshonra que de seus feitos lhes vem. Quereereis continuar a andar como vadios pelas praças perguntando uns aos outros: «*O que ha de novo?*» — E que maior novidade póde haver do que subjugar o Macedonio os Athenienses, e estar dando leis á Grecia?—«Já morreria Philippe? (*pergunta um*)— «Não (*responde outro*) mas está doente.»—Que vos importa a vós isso? Pois, se algum mal lhe acontecer a elle, *cedo vos fareis vós mesmos outro Philippe*, se *d'este modo* cuidais das coisas; pois nem aquelle, tanto por *suas forças* cresceu, quanto pela *nossa negligencia*.
>
> DEMOSTHEN. PHILIPP. A.

QUERO dirigir e encommendar á minha nação um livro que de puro amor seu foi escripto, para seu desengano e illustração é publicado; e tomei por thema das poucas linhas que para este fim ouso enviar-lhe, as memorandas e eloquentes pa-

lavras do maior orador dos antigos tempos, do mais famoso campeão da liberdade, que na tribuna de Athenas fulminava seus terriveis inimigos, e a seus tibios e frouxos amigos com igual poder e energia stimulava.

Nem que hoje e por algum ardente orador portuguez fossem escriptas, estas palavras de Demosthenes seriam mais proprias de nosso estado e calamidades,—da vergonhosa indifferença em que, por desmoralisados e corruptos, os Portuguezes cahiram e não ousam levantar-se.

É sem dúvida a servidão o mais insupportavel dos males e o mais abominavel dos flagicios: como nascidos que somos para a liberdade, nossa propria natureza a ella repugna; a existencia se nos torna indifferente, e a morte que a termina lhe deve ser preferivel. Sentença foi esta de outro grande orador da liberdade, Cicero. [1]

[1] Mors servitute anteponenda est: qua nihil est fædius aut miserius: cum ad decus et libertatem nati simus: quam aut tenere, aut cum libertate mori debemus.

CICER. PHILIPP. III.

Servitus postremum malorum omnium, non modo bello, sed morte etiam repellendum.

CICER. PHILIPP. II.

E este sentimento era tão profundamente gravado no coração dos romanos [1], que ainda depois de extincta a republica se professavam taes principios: os quaes, se a corrupção lhes quebrava toda a efficacia e valor, todavia existiam, e eram, quando menos, veneraveis reliquias do antigo caracter nacional.

D'essa fatal corrupção das sociedades nasce o maior inimigo da liberdade, o *indifferentismo.* Quando uma nação pervertida e podre chega a cahir n'este estado paralytico, nem ha que esperar para a liberdade nem que receiar para o despotismo.... Mas a Providencia que rege este universo, e que para sua eterna ordem equilibrou em todas as partes d'elle os males com os bens, para que, sendo diversas suas relações, resultasse o bem geral da divisão e repartição de uns e outros,—a Providencia permitte que quando n'esse apathico estado lentamente agonisa um povo, appareça, para d'elle o tirar, um agente poderoso que lhe sirva de castigo e de remedio, um tyranno cruel e sanguinario, que é para essa infermi-

[1] Quem Jupiter odit, servum hunc primum facit.

PLAUT. AMPHITR.

dade moral como os estimulantes fortes para a molestia do physico abatimento.

Esse beneficio da Providencia foi para ti, não duvides, ó Nação Portugueza, o flagello da ira de Deus que ha dois annos te consomme: foi D. Miguel que te veio castigar de tua criminosa indifferença e cedo te restituirá ao estado de vigor e energia que só póde comportar o alimento são, sólido e nutriente da liberdade.

Mas tomai tento que, extincto esse, vos não creeis vós mesmos *outro Miguel*. Como o Philippe dos Athenienses, tambem esse não cresceu tanto por *suas proprias forças*. quanto pela *nossa negligencia*.

Não vos queixeis da fortuna; que ella muito nos tem favorecido; e mais ella de nós, do que nós de nós proprios temos cuidado. [1]

Ponde os olhos no povo francez, no grande-povo, no povo modêlo dos outros povos; e vereis quanto póde a só, desajudada e desarmada força de uma nação que ousa querer, e fortemente sabe querer ser livre. Imitae-a n'essa deliberada e resoluta vontade; imitae-a em seu valor na pele-

[1] Demosth. Philipp. A.

ja, em sua constancia quando vencida, na moderação quando vencedora.

Em dois grandes escolhos se perde a liberdade; na tibieza com que se defende, ou na demasia com que d'ella se gosa: evitemos um e outro.

Somos poucos e pequenos; mas nem só para as grandes nações creou Deus a liberdade: antes, mais facil vemos em toda a historia manter-se ella nos menores do que nos maiores Estados.

Expulsareis o abjecto tyranno que ainda é maior nodoa de vossa honra do que flagello de vossa existencia. Expulsá-lo-heis: mas outra vez vos repito as palavras de Demosthenes, gravae-as no coração, trazei-as presentes sempre na memoria:—"*Cedo vos farcis vós mesmos* OUTRO PHILIPPE *se, como atéqui haveis feito, continuardes a cuidar assim de vossas coisas.*" [1]

[1] Demosth. ibid.

PROLOGO

O ENSAIO que hoje dou ao publico é obra de longo trabalho, e que desde os fins de 1825 se começou a escrever. Nem por isso é mais perfeita, porque a espaços foi interrompida, muitas vezes abandonada, muitas alterado o plano, outras muitas emfim continuada sem nexo, com reflexões soltas, a miudo incompletas.

De seu comêço não foi destinada a ver luz de imprensa; era um *Memorandum* politico para conservar no papel o que á memoria ou reflexão acudia, e só para uso ou lembrança do auctor se ia escrevendo. Nos primeiros mezes de 1826, rogado de um meu muito particular e excellente amigo, cujo nome tanto me peza não estampar aqui para credito da obra e satisfação do auctor, —dei para se inserir em uma publicação portugueza que então se fazia em Londres, parte de meu trabalho—o que na presente edição consti-

tue a primeira secção d'elle. [1] Em dois jornaes que de 1826 a 27 se publicaram em Lisboa, o *Portuguez* e o *Chronista*, os quaes muito me glorio de haver fundado, e depois em maxima parte sustentado e dirigido, inseri acaso algumas folhas do meu *Memorandum*, o menos desfiguradas e descompostas que a fradesca tesoira da censura as deixou. Mais algumas se estamparam depois interpoladamente em outras composições periodicas que em Londres sahiam ha dois annos.

As circumstancias do tempo em que estes extractos de meu *Memorandum* viram luz publica, as fizeram muita vez apparecer transmudadas do que originalmente eram e se escreviam. Mas ver-se-ha quanto sahiu certo quasi tudo o que ahi se dizia, não porque o auctor fosse propheta ou presuma se-lo, mas porque se deu o trabalho de examinar as coisas e conhecer as pessoas, e com a mestra historia na mão, calculou a possibilidade das consequencias.

O fim que ora me proponho em publicar este quadro de factos e observações é pôr bem pre-

[1] Foi com pouca differença publicado em um numero do *Popular* de 1826.

sente na memoria dos Portuguezes as causas e os effeitos de nossos erros e desgraças, para que no futuro se emendem uns, e se evitem as outras.

Diz-se,—e diz-se por calumniosos inimigos, assim como por loucos amigos—que a nação portugueza não está preparada para a liberdade. Qual é o homem ou o povo que não esteja preparado para o natural estado do homem social e da sociedade?—Mas o governo representativo sem o qual, no presente modo-de-ser das nações, a liberdade fôra castigo e flagello, que não benção e goso, — o governo representativo, accrescentam, requer educação propria e especial, exige illustração no povo; e nem todos os povos estão n'esse ponto; portanto nem todos preparados para receber instituições livres. [1]

O argumento é especioso, e como tal a muitos seduz: mas a razão o destroe, e a experiencia o desmente. Quem assim argumenta parece suppôr um tempo, uma epoca prévia ao estabelecimento do governo representativo, durante a qual o povo

[1] Algumas vezes se desenvolveu e combateu esta mesma idêa no citado jornal *O Portuguez*: muitas desfigurou a censura o que se escrevia, e muitas outras o supprimiu inteiramente.

se estivesse educando para elle. Ora n'esse tracto de tempo algum havia ser o governo que esse povo regesse: e claro está que não podia ser o liberal. Era então debaixo do despotismo que o povo se estaria educando para a liberdade? E certo, a verificar-se tal hypothese, seria esse o melhor methodo de consolidar a liberdade das nações, de formar os costumes, de arraigar os habitos constitucionaes. A historia nos deixou um grande exemplo em Lycurgo; e alguns politicos nos querem fazer acreditar que o actual rei de Prussia renova em Berlin o exemplo de Lacedemonia. Ainda porém admittindo este ultimo, quantos ha d'esses exemplos? Em regra, uma nação que recobra a liberdade, por seu proprio impulso, esforço e vontade o faz: que lhe resta para essa preparação tão fallada! Os habitos constitucionaes; esses só praticando, se adquirem: quanto ao mais, pelo facto de procurar, desejar e proclamar a liberdade, para ella ficou preparada, e mostrou que a merecia.

Quem preparou Roma para a liberdade? Quem educou para a republica esses lavradores-soldados que só intendiam da charrua e da espada? Qual era a illustração de Fabricio e Cincinnato?

Mas, dizem, esses exemplos nada valem; nós somos gente mui diversa; é erro argumentar para as nações modernas com

Gregos, Romãos e toda a outra gente. [1]

—Supponhamos, dêmos isso de barato, já que assim o querem, e fôra longo, não difficil, mostrar o contrario. Perguntarei: que tal era a instrucção dos Lombardos, dos Florentinos, dos Pisanos, de todos esses povos que nos seculos de barbaridade e profunda ignorancia, em quanto o papa dava e tirava coroas, a inquisição e S. Domingos assavam herejes e frigiam schismaticos, estabeleceram essas republicas d'Italia, d'onde depois, *e fomentadas pela liberdade*, reviveram as artes e as sciencias, nasceu o commercio moderno, [2] que illustraram, enriqueceram, *educaram* o resto da Europa?

[1] Ferreira.

[2] O systema cambial, que é a alma e nervo do commercio moderno, e sem o qual elle se reduziria a mui limitado circulo, foi, segundo a opinião dos melhores auctores, inventado pelos cidadãos das republicas italianas da meia idade. V. Augusto Schiebe, auctor moderno allemão nas suas *Die Lehre der Wech-*

Que letrado era Guilherme Tell, e que illustração achou elle nos Suissos? Os Hollandezes quando formaram sua federação, os Suecos quando organisaram sua antiga constituição, os Inglezes quando expulsaram a primeira vez os Stuarts, tão illustrados, tão *preparados* estavam?

De proposito fallei primeiro em geral, para descahir depois no particular do meu presupposto, que é responder ás injustas arguições que a Portuguezes e Hespanhoes se teem feito, de que não estavam *preparados* para o systema que em 1812 e 1820 adoptaram.

Nem citarei as discussões das assembleas legislativas, nem nenhuma de tantas provas que á mão veem, e que exuberantemente mostram o estado de illustração da classe média, unica in-

selbriefe. Esta é realmente a opinião que mais fundadas bases apresenta. Os que se arrimam a duas passagens de Cicero a Attico para suppôr as letras-de-cambio já em uso entre Gregos e Romanos, pouco teem que dar por suas razões. Mais valente é o parecer de Savary, Montesquieu, Raynal, Arnold, etc., que attribuem a invenção d'ellas aos Judeus expulsos de França em 640, 1181 e 1316 nos reinados de Dagoberto, Philippe Augusto e Philippe-Longo; e todavia não offerece tanta probabilidade como aquel'outra opinião.

fluente, no actual estado dos povos do Occidente europeu. Respondo unicamente com os principios que do comêço deixo postos. Quando for possivel destrui-los, havera só então mister de outra resposta.

E aos que argumentarem ex-post-facto: "Se tão preparada estava a Peninsula, se nem de preparação se precisa para estabelecer a liberdade, porque se não manteve ella?"—Pela mesma razão que entre tantos povos que já gosaram da liberdade e de suas bençãos, hoje impera o despotismo. Essa é a sorte da humanidade, luctar incessantemente entre a tyrannia e a liberdade, succumbir aqui, erguer-se acolá: hoje triumpha na Grecia, ámanhan cede em Roma. Desde que a historia ou a tradição nos conservaram memorias do mundo, não vemos outra coisa por toda a terra. E da liberdade dos povos podemos dizer o que dos costumes escrevia Seneca [1] a Lucilio: "que nunca houve tempo algum em que só fossem bons ou só maus, mas que se podiam comparar ás aguas do mar, que ora cavadas em ondas de tempestade, ora murmurando em bonança, mas

[1] Seneca *de institu. ad Lucil.*

sempre agitadas, porque é o *movimento* natureza e qualidade sua." Assim o espirito de liberdade, ora mais violento e geral, ora mais socegado e parcial, mas sempre constante em movimento, lucta contra a tyrannia, porque essa é a natureza sua, a do homem, e a da sociedade para a qual creou Deus o homem.

Vinde do Egypto á Grecia, que é o mais longe d'onde memoria d'homem póde vir, d'ahi a Roma, a Carthago, ás Hespanhas: que vedes senão lucta de liberdade e despotismo? Cai o imperio romano; segue-se a idade média: desde Veneza até Florença continúa a ininterrompida serie de pelejas. Civilisa-se mais a Europa; e eis-ahi as Hespanhas, a Hungria, a Suecia, a Inglaterra, a Polonia, a America, a França, — outra vez a Italia, a Hespanha, ultimamente e de novo, ambas as Peninsulas, a Grecia, o Brasil e toda a America meridional, ao cabo a propria Russia clamando por liberdade; emfim a liberdade reconquistada em França, e d'ahi promettendo alagar o mundo. N'uma epoca vencida, no outra vencedora,—ora mais scintillante, ora mais amortecida, mas sempre viva, e n'essa ou n'esta porção da terra faiscando a chamma da liberdade,—

contínua sempre e sem intersticios a guerra dos opprimidos e oppressores.

N'este *quadro* pois tentei mostrar sensivelmente tão importante verdade, e abrir os olhos portuguezes ao desengano, que atéqui parece que para elles não fôra feito. Tenho que em uma occasião foi mais necessario.

Ou muito me cegam bons desejos, ou alguma utilidade se colherá da leitura d'um escripto em que não ha senão verdade e lizura, sem espirito de seita em opiniões de *coisas*, — ou de partido em juizos de *pessoas*. O leitor imparcial observará que eu só julgo de acções conhecidas, que só approvo ou reprovo factos: mal ou bem aparada, a minha penna é minha só e do publico; sempre o foi, sêl-o-ha sempre: a controversia pessoal ha mister pennas compradas, ou cortadas pela vingança e repassadas no fel de privados odios.

Eu perseguido, por meus inalteraveis principios, quasi desde que me conheço *até agora*,—em carceres e desterros ha oito annos, amargurado na flor da idade por injurias e dissabores que tão precoce a desbotaram, e tão curta duração lhe promettem,—eu cuido que não dou pequeno documento de imparcialidade e abnegação propria

—em me abster de toda a vingança, para a qual n'estas paginas tinha amplo logar e opportuna occasião.

PORTUGAL

NA BALANÇA DA EUROPA.

Nec diu potest quæ multorum malo exercetur stare potentia

Q. Curt.

INTRODUCÇÃO

Somos chegados a uma grande crise da Europa, de todo o mundo civilizado; — crise que ha tantos annos se prepara, que tantos symptomas annunciavam proxima; cujos resultados desfarão todos os falsos e forçados antigos equilibrios politicos, e os estabelecerão novos e regulares.

No centro da civilização do mundo, na illustrada e experimentada França veio rapida essa crise, pouco perigosa, e quasi por terminada se póde dar.

Porém a victoria da civilização sobre os abusos gothicos — do povo sobre a oligarchia — que para a grande nação franceza foi tam prompta, tam facil de alcançar, tam generosa depois de obtida — não hade nem póde conseguir-se igual em todos os paizes onde já começou ou vai começar a lucta.

Pouco sangue e menos lagrymas, quasi nenhuma dissenção civica custou a reconquista da liberdade aos vencedores de Jemappes e Marengo. Nós que vamos entrar na lice, nós os outros povos da terra, que havemos, que não podemos deixar de seguir aquelle grande impulso, difficilmente, erradamente esperariamos tão faceis triumphos. Cumpre-nos, ao contrário, não nos illudir com apparencias, não nos cegar com facilidades. Temos estorvos grandes que remover, obstaculos immensos que superar, grandes e perplexas e quasi inextricaveis difficuldades que deslindar e desembaraçar. Não tremamos deante d'ellas, não recuemos de covardes: — ávante, que já não é decente, nem honrado, nem possivel recuar: ávante — mas não invistamos em carreira de cego; — arquemos com o inimigo, mas de olhos abertos, de peito a peito. Venceremos, mas não

sem trabalho. Havemos de triumphar, mas não sem muito sacrificio.

O grande impulso da França vai communicar-se electricamente, não a todos os povos opprimidos—inda mal! não a todos — mas a quantos já abriram os olhos para conhecer a magnitude de sua oppressão e a insignificancia de seus oppressores. Muitos são aquelles. Tambem já não são poucos estes: a civilização cresce a olhos vistos, e os vai augmentando de dia a dia — quasi de hora a hora.

Um dos pontos do mundo civilizado que primeiro hade sentir o impulso, que primeiro o hade reverberar, repercutir e continuar—quem não vê que será a peninsula hispanica? Todos os povos o conhecem; e seus olhos se estendem com anxiedade e esperança para os Pyreneos e para o Tejo. — Todos os oligarchas o sabem; e uns já preparam exercitos, (impotentes!) outros (e mais acertados vão) já armam astucias e enganos para prevenir, ou abafar, ou pelo menos desvairar e tornar inutil esse que elles conhecem hade ser forçoso e inevitavel movimento.

Hespanha e Portugal vão entrar na lice: ninguem o questiona ou duvída. Quando? Hade ser

breve. Como? Aqui vai o grande ponto, este é objecto do terror e das esperanças de meio universo.

Se bem entrarmos em batalha, se bem combatermos, o triumpho é certo, infallivel. Se soubermos usar da victoria, teremos longa, feliz e duradoura paz. — Mas se errarmos em uma ou outra coisa, se nos deixarmos seduzir da perfidia estrangeira, atraiçoar da malevolencia doméstica: se nos entregarmos cegos á covardia e inepcia de chefes indignos e deshonrados, se a oligarchia disfarçada vier trajando as roupas da liberdade e nos levar ao degolladouro ignominioso em vez de nos conduzir á peleja e á victoria;—se por outro lado a demagogia desassisada e interesseira (que sempre o é) nos desvairar com seus phantasmas, e nos arrojar além dos limites do possivel e do necessario, podemos perder a maior parte, talvez tudo o que a justiça de nossa causa, e a opportunidade das circumstancias, tanto nos promette.

Em tal crise é dever de todo o bom cidadão, de todo o homem verdadeiro amigo de sua patria junctar quanto cabedal de luzes lhe deu Deus, quanto ganhou em estudo e experiencia, e accen-

der seu pequeno pharol para o grande luminar da instrucção do povo.

O povo hade erguer o braço; não o duvidemos; hade pelejar, e hade vencer. Façamos quanto em nós está para que bem o erga, bem peleje, bem vença, e bem saiba usar da victoria.

SECÇÃO PRIMEIRA

Balança da Europa. — O que era Portugal na antiga balança da Europa.— Desequilibrada essa antiga balança pelo actual movimento da civilização, o que deve ser Portugal na nova ordem de coisas. — Natureza da crise que trouxe a nova ordem de coisas.— Causas d'esta crise, addiantamento da civilização.—Deducção rapida dos progressos que fez e estorvos que encontrou a civilização desde Carlos V e descuberta da America até o primeiro quartel d'este seculo, em que pareceu vencida pelo ephemero triumpho da alliança denominada sancta.

I

Balança da Europa

De todas as quatro partes em que temos dividido o planeta que habitâmos, é por nós contada primeira a nossa Europa; e no estado da civilização presente (a ser esse o principio de precedencia) facil obterá ella o primeiro logar se com as

outras entrar em lide de prerogativas. A ultima das quatro, por nós descuberta e povoada, deveria seguir-se n'essa ordem, com quanto na puberdade apenas da civilização — se não é que na infancia em muitos logares e respeitos: tal é o estado de decrepitude das outras duas. Decidindo porém a questão aristocraticamente, quero dizer, pela ordem historica dos progressos da raça humana, dariamos o primeiro logar á Asia, onde nos põe a religião o berço do primeiro homem, e as tradições todas, e oraes, escriptas — por essa China e Indostan — o de todas as humanas artes e civilisação. D'ahi as recebeu o Egypto; por onde se deveria á Africa o segundo logar. De lá no-la trouxe a Grecia á nossa Europa, que n'esta ordem sería a terceira. Só nós a levámos á America; (1) e só quarto logar assim lhe compete.

Mas desde que a Grecia por suas luzes, a potencia Romana por ellas e por suas armas pozeram a coroa de preeminencia na cabeça da Europa, n'essa posse tem estado e se conserva. E pelas mesmas razões de sciencia e força a America é a segunda — antes uma continuação ou dilatação da primeira porção do globo.

A volta do XVI seculo da nossa era os interes-

ses reaes ou imaginarios (ou ambas as coisas) dos Estados e dos principes os fizeram convir em certo equilibrio politico a que chamaram os estadistas 'Balança da Europa'; o qual, mais ou menos modificado, se conservou ou pretendeu conservar até quasi á epocha em que vamos. (2)

A emancipação da America, a revolução de França e suas consequencias, o engrandecimento da Russia e outras causas menores teem tornado impossivel o antigo equilibrio, a que todavia adhere a teima de muitos gabinetes. A actual crise da Europa o vai desmanchar completamente, e substituir-lhe outro mais natural e permanente.

II

O que era Portugal na balança da Europa

N'essa antiga balança Portugal era considerado como um contrapezo necessario ao equilibrio das tres grandes potencias do Oeste da Europa, França, Inglaterra e Hespanha. A mais interessada era Inglaterra; e d'ahi lhe tem sustentado

e garantido sua independencia. Se esta independencia era real ou nominal, se as condicções d'ella eram toleraveis, não é ainda para aqui examinar. Baste-nos dizer porora, que desequilibrada pela nova ordem das coisas essa antiga balança, Portugal sahiu de sua antiga posição no mundo politico; *hade* tomar outra, e *deve* tomar a que mais lhe convier.

III

Nova ordem de coisas na Europa

Para julgarmos qual deva ser a posição que a Portugal convenha na nova ordem do mundo politico, para conhecermos o que lhe convem ser e elle póde ser na nova balança da Europa, cumpre examinar a natureza d'essa 'nova ordem de coisas.' Para a bem examinar e intender, é preciso intender a crise que a trouxe, em que estamos, e que cedo vai terminar.

IV

Crise actual e causas que a produziram

A civilização exasperada pela perseguição da oligarchia (3) nos trouxe a crise actual. A civilização lucta ha muito, tem succumbido muita vez, tem vencido muitas mais, e provavelmente agora vai em sua estrada triumphal. Antes de tudo, e para bem nos entranharmos em nosso assumpto, passemos rapidamente os olhos pela historia de seu progresso, dos obstaculos que lhe tem posto a oligarchia, dos que já vão vencidos, dos que lhe falta vencer ainda.

V

Estado do mundo velho ao descobrir-se a America

O Occidente da Europa começava a civilizar-se pelos fins do XIV seculo. O repouso das guer-

ras do Levante, ou cruzadas, deixava tomar folego aos povos, e cultivar as artes da paz; as artes e as lettras, extinctas no Oriente com o imperio dos Constantinos, fugiam do alfange de Mahometh para o amparo da christandade — refluiam para o Oeste da Europa as reliquias da sciencia — embora já meio-barbara — que em Constantinopola se conservavam todavia. As linguagens indistinctas que rudamente se haviam formado das fezes do Latim e Grego com os dialectos dos invasores do Norte e com a algaravia dos conquistadores sarracenos, tomavam consistencia de lingua, e já começavam a regularizar-se. Onde esses mesmos dialectos septentrionaes prevaleciam mais estremes, tambem ahi se puliam e allinhavam pelo contacto e imitação das antigas linguas do Sul. Accendia a imprensa o grande phanal da illustração. Os costumes adoçavam-se; o feudalismo abrandava um tanto de sua crueza pelas concessões que era obrigado a fazer á industria e riqueza das cidades. — A sorte dos povos parecia em geral melhorar-se.

Mas a liberdade, que é a unica e solida base de toda a felicidade das nações, desfallecia e minguava; porque n'essas eras havia uma civilização

mediana e imperfeita, que amolga os animos, entibia o espirito, e, acobardando os povos, os submette ao jugo da tyrannia—quanto uma civilização mais completa, que illustra o homem, lhe dá energia para abhorrecer o despotismo e força para resistir á oppressão.

Os povos atelli rudos mas valentes, illiteratos mas virtuosos, pobres mas incorruptos, ignoravam as theorias dos direitos do homem, mas sabiam defender os seus: não liam (porque nem esses livros havia, nem ler elles sabiam) os Grocios e os Puffendorfios, mas detestavam a tyrannia e castigavam os tyrannos. Barbaramente o faziam; barbara, incoherente e imperfeita era sua liberdade: mas era liberdade ao menos! Liberdade que n'essa rudeza se creára, que n'ella e d'ella vivia e se mantinha. Veio a aurora das lettras, e amaciou os costumes; a das artes, e creou precisões novas facticias: — mais ligado, mais preso, o braço do homem affrouxou; o corpo inclinou-se para o trabalho; e a cerviz costumada a vergar-se para adquirir, não já só o necessario mas o superfluo tambem, soffreu paciente o jugo que atelli sacudira com nobre independencia.

Tal era o crepusculo da civilização na Europa.

Os papas e imperadores haviam dado cabo da liberdade na Italia; (4) e se em Veneza e Genova, deixaram o nome de republica e o simulacro de liberdade, alevantaram e sustentavam n'ellas a omnipotencia aristocratica sobre a ruina e servidão do povo.

Na Allemanha propriamente ditta, a republica federativa (5) das pequenas potencias que a compunham, succumbia á dominação da casa de Austria, antiga, inveterada e constante inimiga de toda independencia e liberdade.

Nas Hespanhas, os foros de Aragão e Castella ou eram affogados em sangue ou cahiam em desuso. (6) Em Portugal diminuia o poder dos nobres, mas augmentava o do rei e do clero. Em ambos os reinos da peninsula iberica se espaçavam, mais e mais, as convocações das côrtes que atelli tinham parte, não só na legislatura, mas na administração e governança da coisa pública.(7)

Em Inglaterra a magna-charta estava quasi reduzida a nome vão, e a casa de Tudor reinava absoluta nos dous reinos: Escocia comia-se de dissenções.—Em França ou as crueldades de um despota como Luiz XI, ou a infrene licença dos vassallos da coroa tyrannizavam á porfia o povo.

VI

Descuberta da America

E tal era o estado politico e moral da Europa quando Christovam Colon, tentando um caminho novo para as Indias, (8) Cabral seguindo o esteiro do Gama, depararam quasi ao mesmo tempo, e ambos fortuitamente, com o novo hemispherio: sendo assim obra de mero acaso o que tanto havia de influir um dia nos destinos de toda a humanidade.

Após a descuberta veio a conquista e a colonização; (9) e com ella entrou no novo mundo essa imperfeita civilização do velho, e com essa todos seus bons e maus effeitos.

VII

Influencia da descuberta da America nos destinos da Europa

Resolvido está já hoje o grande problema:— "Se a descuberta do novo mundo foi util ou pre-

judicial ao velho." Já não ha que disputar entre politicos; a solução de per si mesma se está presentando aos olhos de todos: o que tantos sabios não souberam julgar, decidirá hoje o menos lettrado observador dos nossos dias. Descubriu-nos o acaso a America; muito crime no'-la submetteu; perdidas torrentes de ouro que vieram soverter-se em Lisboa e Madrid, ([10]) e que, sem enriquecer as duas nações conquistadoras, refluiram para mais industriosos paizes, emfim seccaram: vicios, luxo e perdição, que comsigo trouxeram, permanecem todavia; e se olharmos só atehi, a condição do mundo velho empeiorou com a descuberta e dominação do novo. Mas passaram tres seculos e não passaram em vão: a America, joven, ricca, vigorosa vem com seu pezo immenso desfazer na balança da Europa todos esses *falsos equilibrios* que sustentavam invenções arguciosas, pueris armadilhas, cuja unica força estava na cegueira dos povos—como as miraculosas habilidades do saltimbanco e "escamoteur" de feira, que pela mor parte estão no embahimento ou na simplicidade de seus espectadores.

Qualquer mediano observador conhecerá quanto esta influencia do mundo novo sobre o velho é

vantajosa á causa da humanidade—á da liberdade, que é synonyma.

VIII

O despotismo triumpha na Europa e vai perseguir na America a liberdade foragida.

E já pelos meios do XVI seculo, a liberdade das nações europeas dava o ultimo arranco: triumphára Carlos V e seu systema. Parecia que a Providencia, que havia retirado sua mão de sobre o velho mundo, permittia que a superficie da terra se alargasse para dar mais vasta praça á tyrannia!... Succedeu porém ás vessas. A liberdade expulsa da Europa, foi acoitar-se na America: (11) ahi jazeu occulta e oppressa tambem; mas entre uma população nova, não roida ainda dos caneros de abastardeadas dynastias, de privilegiadas e parasytas classes, que no antigo hemisphério damnam toda liberdade e empecem toda reforma. So classes productoras occupavam o solo americano. O despotismo da Europa tremeu

quando attentou n'este estado ameaçador de suas colonias.... — Que não ha maior terror para despotas, nem melhor presagio de liberdade que o ver um povo trabalhador, activo e proprietario.

"A pobreza é o maior de todos os males" disse Salomão. Esta sentença é verdadeiramente divina e inspirada,—porque a pobreza é a maior inimiga da liberdade. A pobreza de Sparta e Roma não era pobreza: chamar-lh'o foi ignorancia dos primeiros escriptores, e mau hábito dos modernos, um verdadeiro abuso de palavras. Aquella era igualdade de riquezas, mas não pobreza: ella foi o paladio de sua liberdade. Nem era pobreza a dos Lacedemonios de Lycurgo, nem a dos Romanos de Cincinnato. Esses viviam com pouco, (12) tinham poucos misteres e precisões; davalhes para ellas o que tinham: não é isso ser pobre.

Mas os tyrannos da Europa olharam com sobresalto e medo para o estado de suas colonias transatlanticas; tremeram d'essa propria riqueza que os enriquecia, d'essa crescente grandeza com que tanto se engrandeciam elles. Pozeram por obra todas as machinações da politica oppressora para atalhar o progresso das cousas: porém a arte do homem, se ás vezes consegue retardar um

tanto a ordem da natureza, jamais chega a impedi-la de todo. Na Europa tinha augmentado a civilização, mas tambem tinham augmentado os obstaculos d'ella:—porque se de um lado a reforma religiosa, as sciencias, as artes, sobre tudo a imprensa, iam desbastecendo a trêva dos antigos erros,—por outro as combinações machiavelicas dos gabinetes, ([13]) os exercitos permanentes, a espionagem, a censura, a policia entravavam o andamento natural das cousas, e abafavam a labareda d'esse faxo que debalde se ateava para o espirito humano. Porém na America, se foi mais lento o progresso da civilização, tambem achou menos tropeços; se chegou mais quebrado o raio de sua luz, tambem achou menos *refracção*. Tambem lá o movimento das machinações dos gabinetes era menos activo, porque tantos máres e tanto espaço diminuiam a força de seu agente. A má administração do governo despotico achava na Europa muito appoio nas classes parasytas que tanto interesse teem na conservação dos abusos, e que escoram e sustentam a tyrannia para que ella os deixe carcomer o Estado. Na America, cuja população toda era de productores, quem houvera de sustentar o despotismo, e fol-

gar por interessado, em suas exacções. Necessario era recorrer a força estranha, a uma remessa periodica de parasytos da Europa que devorassem a substancia americana, a um tractamento antiphlogistico, (se é licita a expressão) ás baionetas, aos canhões, a toda a plenitude do systema prohibitivo e depressivo. Isso fizeram, e isso os sustentou algum tempo.

IX

A liberdade reage na America contra o despotismo Europeu.

Mas a cubiça, a sêde de ouro e mando cegou os oppressores; deram-se elles mesmos pressa para sua ruina: dobraram exacções, appertaram com vexames, não houve limites para suas tyrannias — a America desenganou-se, conheceu suas forças e sacudiu o jugo. Reagiu e venceu a liberdade; e eisahi a aurora da regeneração do universo que nasce do seu Occidente!

Com razão dizia o *Common sense*, energico escripto dirigido aos bravos Americanos do Norte

quando se travava a lucta de sua emancipação: "Em vossos livros sagrados haveis lido a histo-"ria do genero humano submergido na geral in-"nundação do globo: uma unica familia sobrevi-"ve, e é encarregada pelo Eterno de renovar a "terra. *Nós somos essa familia.* O despotismo "innundou tudo, e a nós nos incumbe regenerar "pela segunda vez o mundo." (14)

X

Influencia da religião na causa da humanidade.

Permita-se-me aqui uma digressão, antes uma pequena dilatação de limites nos mui estreitos que a vastidão da materia me impõe para a deduzir em tam rapido esbôço.—Quero fallar da religião; e peço licença para não correr tam açodado por meu assumpto como geralmente corro, porque o grave do assumpto o requer, e a importancia das considerações o exige.

A religião do Evangelho, da qual disse Rousseau, "que se não fosse divina, merecia sel-o" é

a natural protectora dos direitos do homem, declarativa de sua igualdade, funda-se em sua liberdade, prega, aconselha, ordena o amor da ordem e da justiça. Uma religião que declara e professa ser o Creador o unico arbitro e senhor do universo, todos os homens iguaes deante d'elle, que promette amparo ao fraco e desvalido, castigo ao suberbo e oppressor, que declara uma commum origem, uma lei commum, um commum juiz de todos os homens, é a maior e mais certa e mais poderosa base de liberdade que póde entrar na moral pública dos povos. O espirito do Christianismo quebra os ferros dos escravos, consola os opprimidos, conforta os fracos, promette justiça aos aggravados; e a espada de seu Deus vingador está, como a de Damocles, suspensa por um fio sôbre a cabeça dos reis, lembrando-lhes a todo o instante que ha leis superiores ás d'elles, leis que igualam os homens na presença do supremo Arbitro de tudo.

Os conselheiros dos despotas, a oligarchia que os rodeia, bem viram onde o espirito de tal religião havia de levar os homens apenas elles tivessem luz bastante para o conhecerem, e intenderem sua verdade e pureza.

Exterminá-la, não podiam: adulterá-la e pervertê-la, foi seu expediente. Então se formou essa funesta liga sacrilegamente chamada do *throno e do altar*, como se o throno alevantado para padrão e tribunal de justiça, o altar erguido á majestade de Deus, podessem jámais prostituir-se para taes fins sem perder sua augusta natureza. Formou-se a liga; mas foi entre os tyrannos que abusavam e deturpavam o throno, e entre os sacerdotes que profanavam o altar. Invocou-se o nome de Deus para o ultrajar, o Evangelho para o calcar aos pés, a religião para a perverter e destruir.—Os sacerdotes sacrilegos fizeram leis suas, e blasphemaram chamando-as de Deus; os reis as sanccionaram, e invocaram a blasphemia dos sacerdotes para as fazer acreditar divinas, e cumprir como taes. A pureza, a simplicidade, a divindade do Evangelho se perdeu entre as maximas infernaes dos sacerdotes blasphemadores; e a religião divina de Jesu Christo se fez instrumento de crimes, capa de vicios, esteio de tyrannias, faxo de discordias, flagello de cruelissima perseguição. Os ministros da palavra, que no princípio da igreja tanto se tinham approveitado das luzes e illustração dos povos para os convencer

do êrro da idolatria, e da vaidade do philosophismo, —agora se declararam os inimigos das luzes, e as apagaram por toda a parte. Fez-se crime até da leitura dos livros sanctos, chamou-se sacrilegio o proprio estudo da lei de Deus! Ignorancia crassa, estupida, a maior inimiga do Christianismo, incompativel com uma crença que eleva o espirito e exalta o coração, a ignorancia foi feita virtude—virtude primeira e cardial da religião do Redemptor!

Assim a Religião christan, que tanto favorece, que tanto protege a liberdade, que a ensina, que a prega, que a manda guardar,—a religião christan foi feita o maior e mais poderoso auxiliar dos despotas. Escusemos deduzir mais documentos: nomeemos a inquisição, e tudo está ditto e provado.

Mas a indole do Christianismo era outra; a pureza de seu espirito foi penetrando atravez das imposturas dos homens: a Providencia, que tolerou tanto sacrilegio, pôs-lhe termo emfim. Os homens começaram a abrir os olhos, e a pretender examinar como era possivel que a *Lei do Creador* fosse o maior flagello da *creatura*. Pouco a pouco se conheceu a verdade: distinguiu-se

entre Christo e Barrabas; viu-se que a religião era boa e divina, seus traidores ministros pessimos e infernaes. Então se arvorou o estandarte da reforma—cahiu a máscara á hypocrisia, e com a tyrannia sacerdotal vacillou o despotismo dos reis.

Não é d'este logar examinar, e muito menos decidir, se os reformadores ecclesiasticos foram alêm dos limites devidos, se a reforma podia ou não ser feita sem schisma: o que actualmente me importa observar para o meu objecto é que, assim como pervertido pelos abusos sacerdotaes, o Christianismo serviu os tyrannos contra os povos, assim restituido a seu natural espirito, auxiliou os povos contra os tyrannos. A historia da Allemanha, da Inglaterra, da França no XVI, XVII e principios do XVIII seculo, o tem patente a todos.

Nem o brado da religião foi o menor ou o menos efficaz dos que na America do Norte suscitaram o povo á liberdade, a defendê-la, a morrer por ella.

Suspendo aqui éstas reflexões; voltarei a ellas no decurso do presente ensaio.

XI

Systema da liberdade americana.

Auxiliada da poderosa e benefica influencia do Christianismo, ([15]) a liberdade triumphou no novo mundo. Sua victoria custou muito sangue mas não deixou remorsos aos triumphadores: não foram elles que provocaram a peleja.

Quebrado o jugo do governo oppressor, os Americanos tractaram de se ligar por um pacto que não fosse oneroso para os governados, e segurasse sufficiente fôrça aos governantes. E então resolveram elles o que atelli se julgava insoluvel problema: quero dizer: o methodo de estabelecer permanentemente uma republica em um territorio vasto, e no actual estado de nossos costumes, usos e abusos, de nossa politica, de nossa religião.

A Grecia republicana dera em antigos tempos um vislumbre de exemplo d'esse grande systema: pois, com quanto os diversos Estados gregos não tinham um centro commum de governo que lhes

désse nervo, e regularizasse a federação roborando-a; todavia em quanto unidos permaneceram por esse mesmo mal-dado laço, foram quasi invenciveis. (16)

Em posteriores seculos a Suissa e a Lombardia haviam dado novo testimunho e documento da excellencia e valentia do systema federativo. O exemplo da Suissa é bem sabido de todos; não assim o da "Liga Lombarda," que (no seculo a que Lady Morgan com razão dá o nome de seculo do "merito ignorado") defendeu por tantos annos e com tanto valor o Norte da Italia da usurpação imperial.

Porêm todos esses systemas eram defeituosos, porque lhes faltava um nexo, um centro, um ponto director, alheio individualmente a cada um dos Estados de per si, e todavia essencialmente necessario á máchina federativa, como o balanço da pendula a um relogio.

A Hollanda certo é que havia começado a melhorar o invento; mas ainda tinha muita imperfeição o systema ahi adoptado: assim elle falhou muitas vezes. Mas os Estados-Unidos do septentrião da America foram os verdadeiros descubridores d'essa "pedra philosophal" das republicas,

([17]) — essa federação maravilhosa, que, assim como no interior divide o Estado em menores porções, com o que mais facilmente obsta á usurpação de qualquer ambicioso ; assim no exterior o appresenta regular e magnífico edificio, cuja fortaleza e formosura é o terror de inimigos, inveja de vizinhos e admiração de todos.

XII

Effeitos da revolução americana no mundo velho. Revolução franceza; suas consequencias geraes.

Este grande exemplo para os povos, ésta grande licção para os reis, se para esses foi infructuosa, não o foi para aquelloutros. A Europa, que da America não havia tirado senão ouro, de pouco proveito para uns, inutil para outros, prejudicial a quasi todos, recebeu então o melhor premio de suas descubertas, importou de suas colonias a mais lucrosa mercancia. As classes uteis do velho mundo invejaram a sorte dos seus irmãos do novo; e disseram entre si: "Tambem

" nós trabalhâmos, e perdêmos o fructo de nossos
" suores; tambem nós produzimos, e nossos op-
" pressores consommem; tambem nós sustentâ-
" mos o Estado, e não so não temos parte em sua
" administração, mas por elle somos abandona-
" dos, desfavorecidos, avexados, entregues á do-
" minação d'essas classes privilegiadas e inuteis,
" que nos bebem o sangue e nos escarnecem, que
" vivem de nosso trabalho, e nos desprezam como
" raça abjecta, nascida para a servidão. Porque
" não tomaremos nós o exemplo dos Americanos?
" Porque não havemos nós de conquistar tam-
" bem a liberdade para sermos como elles feli-
" zes?"

A Europa toda murmurou assim: o descontentamento foi geral, geral a effervescencia; o vulcão immenso da indignação pública resoava tremendamente por toda a parte.— Em alguma havia elle de rebentar primeiro. Foi no centro da Europa, e centro que já então era de sua civilização.

Veio em verdade a revolução com terriveis symptomas n'essa França, onde quantos abusos podem opprimir a humanidade tinham subido de ponto áquelle maximo grau em que já não são

supportaveis. Então se marcou na historia do genero humano uma d'aquellas epochas que so se renovam de longos em longos intervallos, como os phenomenos astronomicos. Grandes, espantosos, formidaveis —diz Lady Morgan— são os resultados do instincto moral do homem, que o leva sempre a buscar o allívio dos males e o augmento dos bens,—fim unico e verdadeiro da sociedade, fim para o qual tudo se dirige, o presente e o porvir, o boi sacrificado a Isis, e a luz analyzada por Newton. ([18])

O echo da França retiniu dos Alpes ao Quirinal, do Sena ao Rhim e ao Danubio. Lavrou, correu, ateou-se quasi geral a labareda, a que a oppressão e a tyrannia ha tanto seculo estavam amontoando combustiveis. Os amigos dos homens viram amanhecer o dia da regeneração da especie, e cuidaram que a grande hora da agonia dos despotas havia soado....

Inda mal!— o Estado da Europa era mui differente do da America, os interêsses muitos e desvairados, as classes inuteis poderosas e propagadas, o fanatismo valente ainda. Quantas barreiras, quam grandes difficuldades para superar e vencer! Porêm a *acção* era de immesura-

veis fôrças; a *reacção* não fez senão irritá-la, e dobrar-lh'as.

Mas essa chamma que mais e mais se ateou com os esforços inuteis dos que a queriam apagar, tanto augmentou de intensidade, que devorou inimigos e amigos, o podre e o são da sociedade,—consummiu, acabou tudo..... Como o braço de Sansão que a si e a seus inimigos se sepulta sob as ruinas do templo, como a mina da cidade sitiada que destroi em sua explosão o sitiante e o cercado.

XIII

Bonaparte.— Emprazamento da liberdade.

Na desordem, na desorganização geral apparece um homem extraordinario, que levantando seu brado creador no meio d'esse cahos de elementos reluctantes, os compelle á ordem e submette á organização. A França e o mundo agradecido se prostraram ante elle, e o adoraram como ao salvador da especie humana. Mas o applauso

universal, mas esses cultos de admiração e agradecimento cegaram o objecto d'elles: viu os homens e as nações curvadas deante de si, e da altura onde estava lhe escorregou o pé para sôbre as cervizes que se lhe inclinavam. A Europa era já escrava de Bonaparte e ainda duvidava de sua servidão: — os povos tinham perdido liberdade, independencia, gloria, honra, — e ainda lhes custava a crer que fosse seu tyranno quem havia sido seu libertador.

XIV

Opposição ingleza. Pitt.

Um so povo do antigo mundo se isolou completamente da fôrça electrica da revolução franceza; fallemos mais exactamente, da revolução da Europa contra seus tyrannos: a Inglaterra. Foi a eloquencia de Pitt e Burke a que impos silencio e conteve ao grande número de fautores e partidistas que essa revolução tinha na Gran Bretanha? Mas essa eloquencia nunca pôde res-

ponder ao descarnados argumentos de Payne e Mackintosh. Sería a fraqueza do partido liberal? Não: foram as muitas liberdades e franquias que na revolução do seculo anterior o povo inglez tinha conquistado, e cuja fruição pacífica o não excitava a novas e arriscadas conquistas. D'essa natural tendencia ao repouso poderam e souberam valer-se os oligarchas, para desvairar o ânimo do povo inglez e suscitar em sua opinião, uma reacção de odio e ciume implacavel, que tam fatal veio a ser á liberdade do Continente, e que sendo, como foi, poderosa alavanca para deslocar o throno de Bonaparte, foi tambem nas mãos de Castlereagh e seus successores instrumento para se reconstruir o antigo despotismo de todo o Sul e parte do Norte da Europa.

Mas não anticipemos datas. Basta que n'este logar fique appontada a causa da quietação de Inglaterra no meio do bulicio e effervescencia geral: — *Inglaterra já era livre.*

XV

Conquistas de Bonaparte. Seus effeitos moraes.

Não defraudemos a glória militar do maior capitão da terra, de seus grandes generaes, de suas bravas legiões; não presumamos negar o que todo o mundo confessou com terror e submissão; — mas digamos, porque é verdade, que muitas de suas victorias, e mormente as primeiras, as deveu á cooperação efficaz dos povos, que desejavam, que pediam ser conquistados: — tal era a afflicção e descontento em que toda a Europa vivia! Emquanto os pendões tricolores annunciaram liberdade, nunca acharam resistencia nos povos, antes de muitos foram invocados, — de todos seriam bem recebidos. As legiões francezas so foram odiadas e accommettidas da indignação popular, que ao cabo as venceu, depois que seu chefe ja *legitimado* pelos reis, ja amigo federado d'elles, como elles enganou, e zombou das nações em suas promessas.

Mas ao passo que as Aguias francezas discor-

riam a Europa, ja não para levar liberdade como o antigo estandarte de primeiro consul, mas em busca de preza e conquista para suas garras imperiaes, a civilização vinha com ellas disfarçada e como de contrabando; com ellas penetrou nos mais obscuros recéssos da Europa, até onde mais embrutecidos os povos do despotismo sacerdotal ou real, ou de ambos, quasi se podia dizer apagada a natural luz da razão, e o divino instincto da liberdade morto.

A felicidade da terra esteve nas mãos de Bonaparte... e não devemos a suas armas senão este bem: mas é elle pequeno?

XVI

Reacção dos povos contra Bonaparte.

E esse homem, que havia sahido das phalanges do povo, e de quem todos os povos esperavam liberdade, não só pejerou, e atraiçoou a causa que defendêra, mas esqueceu na dominação, e na grandeza a origem de sua elevação; esqueceu-se

que pelo povo reinava, desprezou o appoio de quem o alevantára, e quiz firmar-se nos abusos e no êrro, que ja haviam precipitado seus antecessores: chamou as classes inuteis para deredor de seu throno ; federou-se com os reis e potentados contra as nações e os povos, retrogradou a civilização e cuidou aniquilar a liberdade.

Mas a civilisação e a liberdade, que lhe tinham aberto caminho para o throno, e as quaes, de hallucinado, imaginou dominar tambem, o puniram de sua ingratidão e perjurio. A França opprimida; a Italia (19) enganada; Veneza vendida; Genova e Piemonte reduzidos a provincias do imperio; a Allemanha trahida; a Polonia sacrificada á ambição do usurpador; as veneraveis cans da antiga Suissa ultrajadas com um protectorato oppressor; a Hespanha insultada com um rei de galhofa e escarneo; Portugal emfim retalhado, e destinado para premio da traição e preço da infedelidade—tudo se lhe rebelou: uma conjuração universal, uma conspiração da opinião pública se formou geral e espontaneamente por toda a Europa.

O pundonor castelhano, a altivez portugueza, que não soffrem jugo alheio, nem por estranha

dominação podem ser submettidos, deram o exemplo, e mostraram ás outras nações ([20]) que o liberticida e seus exercitos não eram invenciveis. Os povos desenganados desaffrontaram-se, empenharam sangue, vida, fazenda; luctaram até o último folego; cahiram exhaustos e quasi moribundos de tanto excesso e esfôrço; mas venceram: a liberdade, a civilização triumpharam, o apostata de sua causa foi debellado e punido.

XVII

Ingratidão dos reis para com os povos.

E que haviam feito os reis antes d'essa lucta gloriosa? Que fizeram durante essa grande contenda sem par nem exemplo na historia? Como obraram depois do triumpho? — Ligaram-se, pelejaram contra o soldado de fortuna emquanto elle trajou as roupas da liberdade, e desembainhou a espada em prol da humanidade. Venceu elle, oppoz-se á torrente do seculo, forjou um sceptro, como o d'elles, de ferro e de bronze; e des-

de esse momento foi idolo e adoração dos reis o que o havia sido dos povos. ([21]) Solicitaram sua alliança, pagaram-lhe páreas e tributos; receberam assentamento de criados seus, ([22]) prostituiram-lhe suas filhas!... ([23]) e até houve d'elles que abdicaram satisfeitos a coroa, com tanto que passasse enferrujada para cabeças tam despoticas como as d'elles, e que não melhorasse a sorte do povo. ([24])

Mas o conquistador, que trahíra as nações, tambem por fim trahiu os reis: os miseraveis, que haviam vendido seus povos, não tiveram a quem recorrer ou appellar. Então prisioneiros uns, outros fugitivos, outros reduzidos a exarchas ou hospodares do imperio, ([25]) sem conhecerem todavia seu êrro, ainda assim não accusavam o oppressor senão pelo que lhes cerceára da auctoridade, que ja não podia ser tam damnosa e aggravante.

Porêm quando o povo indignado sacudiu o jugo alheio, e metteu hombros á reconquista da independencia, qual d'elles appareceu á frente d'essas legiões denodadas e generosas? ([26]) Os que serviam nos paços de seu amo renovaram protestos de submissão; os exarchas juraram de

novo vassallagem; ([27]) os que haviam fugido com seus thesouros mais se esconderam a si e a elles, e nem um ceitil sahiu de seus coffres para ajudar a causa commum, que vilmente haviam desemparado. ([28])

Triumpharam os povos, porque sempre a civilização e as luzes triumpharão, mais hora menos hora, da oppressão e do engano. Vencido o liberticida em nome da liberdade, persuadidas as nações que so razoada e regrada essa liberdade podia fazer sua ventura, que as discordias civis geravam a anarchia, e a anarchia o despotismo; tranquillas e satisfeitas receberam seus antigos reis, confiadas que a experiencia lhes teria mostrado o êrro, a desgraça ensinado a prudencia; e que a gratidão sôbre tudo os inclinaria a generosas concessões para com seus defensores. ([29]) Solemnes promessas e juramentos á face de Deus e dos homens affiançavam tam lisongeira esperança; o synodo dos monarchas o haviam decretado; todos julgámos os fins da revolução conseguidos, a verdadeira epocha da felicidade chegada, o imperio da lei ([30]) consolidado, a razão e a justiça estaveis arbitros e senhores dos destinos dos homens.

E que foi feito d'essas esperanças, como se cumpriram tam obrigatorias promessas?

A França é engodada com um simulacro de liberdade; a Suissa liberta de *direito*, ficou de *facto* mais escrava que d'antes, e sujeita ao triplice protectorato da Austria, da Prussia e da França; a Italia aquinhoada entre *principinhos* de todos os sexos e tamanhos, depois de tirar a Austria sua porção opima; na Allemanha a Baviera e quasi todos os Estados de segunda e terceira ordem sacrificados á ambição da Austria, da Prussia, e até do colosso da Russia: a Hollanda constrangida a sahir do *statu quo* adoptado como base pelas altas potencias (so em quanto lhes conveio), forçada pela *legitimidade* a receber um rei, que nunca tivera antes da *usurpação*, e as fórmas monarchicas, que so lhe dera o usurpador; a Prussia, a quem tanto e tam solemnemente se prometteu, (31) mais militar que nunca, e mais militarmente governada que nos dias do *liberal despotismo* de Frederico II; a Polonia, a infeliz e heroica Polonia, retalhada, como havia sido, entre os tres grandes despotas do Norte (32), e dotado seu maior quinhão com falsa independencia e fingida liberdade, necessarios instrumentos do des-

potismo e seguridade do invasor principal ([33]); finalmente, na Peninsula, a generosa Hespanha atraiçoada e punida pelo seu tyranno por lhe haver salvado a coroa, de que era indigno; o honrado Portugal roubado, sem commércio, sem indústria, sem agricultura, consumido e avexado, reduzido a colonia de suas colonias, governado por uma delegação impotente ([34]) e estupida, finalmente dado em *bachalio* a um soldado estrangeiro ([35]).

XVIII

Treguas na Europa.—A lucta progride na America.

Tal era o estado do mundo velho no fim da primeira lucta geral entre as luzes e as trevas, a igualdade e os privilegios, a civilização e a barbarie. Que havia feito no entretanto a America, e qual era a sua posição n'esse tempo? Éstas duas porções do globo tam intimamente ligadas por interêsses communs, pelos vinculos do sangue, da linguagem, da religião, de tudo quanto

prende os homens e as nações, e que, sendo physicamente as mais separadas por sua situação geographica, são de todas as quatro as que moralmente mais unidas estão, necessariamente devem sympathizar, — e influir poderosamente na sorte de uma o que na outra for influente.

E com effeito vimos o grande acontecimento das provincias septentrionaes da America, immediata e decisivamente reflectir na Europa, e remover dos fundamentos toda a ordem das cousas ha seculos estabelecida. Mas o mundo velho, pelos complicados motivos que já apontei, recuou no caminho da liberdade, e cedeu momentaneamente á poderosa influencia de um só homem: a America, que aguardava impaciente o desfecho de uma contenda que tinha de decidir a sorte do mundo civilizado, apenas a viu succumbir, entrou immediatamente na lice; e como poderoso membro da confederação geral dos opprimidos contra os oppressores, arvorou os pendões da independencia. A liberdade triumphante correu desd'o Septemtrião ao Meio-dia, e por todo esse vasto continente substituiu á tyrannia do Nero das Hespanhas o imperio das leis e da justiça ([36]).

XIX

Brazil.

Uma so e interessante porção do continente americano permaneceu no meio d'ésta innundação de liberdade, isolada e alheia do movimento geral, como ficaria a tôrre dos filhos de Noé á volta do segundo diluvio. E assim offereceu este novo Babel, mais confuso, mais desvairado e mais louco, um espetaculo estranho, incoherente, um novo e mais claro monumento da cegueira van, e estupida presumpção do homem, do que a orgulhosa fábrica da Syria. Mas se para confundir a desmesurada suberba d'aquelles edificadores, foi necessario um dos maiores milagres de que rezam os livros de Moisés, para destruir a obra de est'outros sobeja a ordem natural das coisas, e a tendencia necessaria da civilização ao *nivelamento* geral; propriedade eminente d'este fluido sublime, a qual (assim como a nenhum a póde tirar o mais experto hydraulico) tambem o mais habil politico jamais conseguirá destruir-lhe.

XX

Descuberta e colonização do Brazil.

Portugal dominava ja na Africa e Asia quando descubriu o Brazil. Desde as praças fronteiras de Arzila e Tangere até ao Seio-persico e máres da China, uma linha de conquistas, que começava em Berberia, rodeava toda a orla occidental d'Africa, dobrava o Cabo-das-Tormentas, seguia toda a costa oriental, e discorria assim pela Asia—marcava a estrada triumphal dos Portuguezes, e, para d'esta sorte o dizer, a *via militar* de seus galeões, que para áquem das columnas d'Hercules senhoreavam o imperio dos máres. Por maneira que a nova descuberta pouca sensação fez em tal abundancia de conquistas: a especiaria e os diamantes d'Asia, o marfim e ouro da Africa cegavam os olhos do commerciante; a vassallagem de tanta nação florescente, as páreas de tanto rei poderoso deslumbravam o monarcha; tanta victoria o genio militar da nação; e até a conversão de tam riccos potentados satifazia a

religião de uns, a hypocrisia de outros, e o fanatismo de todos. Que podia offerecer o Brazil ao commércio d'aquelles tempos? Algum pau de tinturaria. Que promettia ao espirito da missão e proselytismo? A conversão de algumas cabildas de selvagens ignorantes. Com que podia lisonjear a ambição do principe? Com a desmesurada extensão d'um terreno inculto, bravo, mal povoado. O rei não curou de sua nova acquisição, e do povo os que a não ignoravam a reputaram de nenhum valor. (37)

Todavia com o andar do tempo uns e outros se foram convencendo da importancia do vasto continente que a fortuna lhes deparára. Errado, mas n'aquellas eras necessario, systema de colonização, (38) atrasou seu augmento e povoação; porêm o tempo, a riquesa do terreno, a bondade do clima resistiram á maldade e impericia dos homens, á barbaridade e estupidez das leis: o Brazil descuberto no princípio do XVI seculo, era ja no XVII objecto da cubiça e inveja de todas as nações maritimas e commerciantes. Então já os galeões do Tejo tinham perdido o sceptro dos mares: a Hollanda livre e independente o havia tomado quasi sem esfôrço das desfallecidas mãos de

Portugal sujeito e escravo. As conquistas de Albuquerque, as descubertas de Gama tinham succumbido ao jugo dos audazes republicanos: por pouco esteve que ás de Cabral outro tanto não succedesse. (39) E foi necessario, paraque Portugal conhecesse o valor de tam riccos dominios, que lh'o viesse a cubiça estrangeira demonstrar a casa. (40) Desde então começou o Brazil a ser, e a considerar-se, quando não a mais relevante, uma das principaes partes da monarchia. Porêm o receio de perdê-lo fez augmentar as vexações á proporção que sua valia augmentava: e assim começou a formar-se aquelle systema oppressor e barbaramente colonial, que aperfeiçoou e regularisou depois o marquez de Pombal; systema que seguiram (com menos juizo sim, porêm com mais crueldade) os ministros pygmeus que succederam ao despotismo, e não nos talentos, d'aquelle extraordinario e gigantesco ingenho politico; systema que ainda hoje cegamente seguiria, se lh'o deixassem, o gabinete portuguez, que nunca para o presente ou futuro teve olhos, e apenas do passado ve o que de escarmento, experiencia, ou exemplo lhe não póde servir. Mas extraordinarios successos interromperam a rotina ministerial.

XXI

Estado do Brazil no principio do seculo decimo nono.

De todo o immenso territorio que á ribeira do mar se estende desd'o Amazonas ao La-Plata apenas as ourellas maritimas eram salpicadas de povoação, e essa tam mesclada que so a quinta ou sexta parte se poderia dizer branca. (41) A raça escrava certo mui longe estava de ser tractada de maneira que não envergonhasse a natureza: mas ainda assim não eram as crueldades dos colonos portuguezes para comparar-se com os horrores verdadeiramente canibaes de inglezes e francezes.

O govêrno porêm era estupido e tyrannico: a auctoridade dos capitães generaes sem limites e sem recurso; a jurisdicção mixta e intrincada dos ouvidores e juizes de fóra faziam a governança do Brazil não so a mais despotica, senão tambem a mais absurda de todas as administrações coloniaes. Nem as proprias relações do Rio e Bahia eram essas mesmas tribunaes independentes; por-

que presididas pela auctoridade administrativa, (42) eram as leis por que julgavam as portarias do governador, e seus accordams minutados nas secretarias d'elle.

O clero pobre e ignorante influia pouco; as ordens religiosas tambem pouco medradas não preponderavam muito: so o commércio, apezar de todos os barrancos da legislação e abusos de seus executores, tinha importancia e valor. Porêm o commércio era exclusivo com Portugal; Lisboa e Porto os mercados do Brazil para as nações do Europa; não lhe consentindo a metropole o minimo tratto ou tráfico com o resto do universo. Até o ensino e as luzes eram objecto de monopolio, porque no Brazil não havia nem seminarios, nem collegios, nem universidades; e não so o medico, o jurisconsulto, o mathematico, o philosopho, mas até o que se destinava aos mais triviaes conhecimentos e profissões da sociedade as tinha de vir apprender e estudar a Portugal. Todavia, a massa geral d'essa população era boa; so lhes fallecia bom govêrno para de tam florescentes colonias se desinvolver a mais poderosa nação das terras transatlanticas.

XXII

O Brazil metropole.

E esse era o estado do Brazil quando a casa de Bragança fugitiva de Portugal apportou n'aquelle hemispherio, offerecendo ao novo mundo o novo spectaculo de um monarcha, de uma côrte europea transplantados dos gothicos palacios das regiões feudaes para um solo virgem de aristocracias, e cujos habitantes, riccos e igualados pela commum lei do trabalho, não conheciam mais *excellencias* que as do seu governador ou do seu bispo, nem mais *senhorias* que as do seu ouvidor e juiz de fóra.

Subitamente uma nuven de grandes, de magnatas de todas as ordens e jerarchias invadem suas terras, maltrattam, roubam, affrontam e fazem sentir aos povos do Brazil todas as *doçuras* e benções de um govêrno *paternal e legitimo.* (43)

Este foi o primeiro effeito que resultou ao Brazil de sua nova posição politica. Pesados e violentos tributos, vexações de toda a ordem e guiza

vieram logo. As esperanças dos Brazileiros esvaeceram-se; escravos, opprimidos como d'antes, so tinham mudado de condição em ter mais perto o oppressor. (44) Mas uma causa estranha veio melhorar a sorte do novo imperio. O gabinete britannico quiz os portos abertos para os navios de sua nação; e o ministerio portuguez forçado, mau grado seu, a fazer bem á classe industriosa, consentiu em franquear os portos do Brazil. Assim acabou (45) o monopolio de Portugal, assim os mercados de Lisboa e Porto se mudaram para o Rio, Bahia, Pernambuco e mais cidades maritimas do Brazil. O commércio cresceu florentissimo, e continuou a luctar com mais fôrças contra a perversidade do govêrno e de seus actos, a qual, ainda assim, crescia parallela com o augmento da fortuna pública.

A venalidade e impericia dos ministros, a devassidão da côrte, o augmento, abusos e pretenções da aristocracia haviam subido ao maximo ponto, e deixaram muito atraz quanto na Europa se conhecia: esse não era so despotismo, mas despotismo oriental, estupido, infame e indecente. Govêrnos taes não quebram (porque nem para isso tem fôrça) os laços sociaes, mas apodrecem-os:

o minimo movimento, que de leve toque n'essas massas descompostas, descubrirá a *falsa posição* d'uma sociedade sem mais vinculos que o hábito d'elles, sem mais ordem ou união que o longo costume de existir sem ella.

XXIII

Revolução do Brazil.

N'éstas inconsistentes circumstâncias do Brazil, o rodeava por toda a parte a conflagração geral do continente americano; em tal crescimento de abusos, de privilegios, de esforços retrogrados, a civilização crescia victoriosa em deredor de seus limites, e destruia todos esses erros e absurdos que lhe entravavam a estrada triumphal. So o Brazil parecia estacionario e impassivel quando, situado no meio da America, todos os raios do grande círculo americano pareciam dever converger para elle como para centro. Não!... a electricidade ja faisca por suas provincias, já estala por suas cidades; aquelle sussurro percur-

sor das grandes commoções politicas começa ja de sentir-se; os ministros imbecis despertam em fim: declara-se a guerra aos novos Estados; tracta-se de affastar para longe o exemplo, de evitar o contacto. ([46]) A pacificação da Europa veio a ponto para ajudar os projectos do ministerio braziliense: a flor dos batalhões portuguezes, aguerridos por tam longa campanha, audazes por tanta victoria, é obrigada a desertar das bandeiras da honra e independencia nacional para ir allistar-se sob o estandarte da invasão illigitima, da usurpação absurda.

Éstas briosas phalanges costumadas a vencer, vencem apezar da estranheza do clima e dos inexplicaveis obstaculos que em todo o genero se lhe punham de deante.

A revolução ja imminente do Brazil foi espaçada por algum tempo; e os que mais atrevidos levantaram o grito da liberdade em Pernambuco foram victimas d'essa tentativa temporan. As classes parasitas cantaram triumpho, embriagaram-se com o cheiro do sacrificio, e adormeceram sôbre o perigo, que todavia não tinha cessado. Mais forte, mais valente, mais irritada pela compressão, a revolução existia cheia de vigor e de

vida no coração do Brazil: o minimo impulso, o levissimo toque faria rebentar n'um instante todas essas comportas apodrecidas, que empresavam a torrente da civilização. E esse instante não tardou. As velhas instituições da Europa seguravam ainda por debil fio ésta derradeira porção da America: mas a Europa tinha recebido da America o exemplo e impulso da liberdade; justo era que lh'o retribuisse.

XXIV

Europa. — Revolução de 1820.

Exigia a ordem alternada da reciproca influencia dos dous mundos, que reflectisse agora para o Meio-dia do novo, o grande movimento que de seu Septentrião tinha vindo abalar o velho.

A vêz da Europa é chegada: toca-lhe por seu turno tomar a iniciativa na questão maxima do universo. Civilização e ignorancia, liberdade e privilegios — nova lucta começa entre elles; e ao antigo hemispherio incumbe começá-la.

A que povo cabe levantar agora o pendão prostrado da justiça das nações? A esse que mais avexado e offendido, mais ultrajado e opprimido for. Dêmos um lanço d'olhos pela Europa, e vejamos por esse horisonte politico d'onde mais cresce a cerração da tempestade; onde mais aggravada a humanidade se rebellará mais presto contra seus oppressores.

Os reis tinham vencido; ou antes para os reis tinham vencido os povos. Já mencionei as promessas com que os instigaram á peleja e á victoria, e com que depois fingiram retribuir-lhes; já disse como as cumpriram,—mal, atraiçoadamente, com subterfugios e mentira. Mas de todo o continente europeu as duas peninsulas, italiana e hespanhola, foram de certo as mais ultrajadas, as mais indignamente vilipendiadas: (47) e todavia se olharmos a natureza da offensa e da injustiça, em igual parallelo poremos suas queixas e aggravos; porêm se considerarmos as circumstâncias, a qualidade do *offensor*, por semduvida que as duas nações da peninsula hispanica centuplicados motivos tinham de mais que as provincias e povos da Italia. Ambas haviam entrado na lucta geral, ambas tinham o innato direito de todos os

povos a ser felizes, e governados segundo a justiça. Mas *particularmente* Hespanha e Portugal haviam pugnádo por si e por seus reis; e se feliz, e bem succedida fôra essa lucta, ao generoso patriotismo da Hespanha se deve, deve-se ás liberaes instituições que adoptou, as quaes esse patriotismo excitaram, o nobre espirito da nacionalidade despertaram, e assim alevantaram o immenso podêr da fôrça moral, a que não poderam resistir nem os vencedores de Iena, de Austerlitz e Marengo. (48)

Porêm o covarde principe, por quem tanto honrado cidadão combateu, pereceu, e venceu ao cabo, Fernando sôlto emfim da ignominiosa e voluntaria prisão pela nobre generosidade de seu povo, apenas pisa o territorio castelhano, e toma nas mãos indignas esse sceptro que, em má hora e para mal seu, lhe recobraram os povos, patenteou logo com a mais infame perfidia toda a ingratidão, toda a vileza d'um escravo, que liberto por mão caridosa dos grilhões que bem mereciam seus crimes, começa o gôso e exercicio da liberdade por insultar e offender a quem lhe alcançou a não merecida carta de alforria.

Fernando devia a liberdade e o throno á cons-

tituição de Cadiz: liberto e coroado por ella entra no reino, promette jurá-la e cumpri-la; e o primeiro acto de seu govêrno é anniquilá-la, punir barbaramente todos seus fautores (fautores de sua dynastia, assim como flor de toda a nação), annular todas as reformas, destruir todos os melhoramentos, renovar os abusos todos, restabelecer todos os absurdos, incoherencias e funestas instituições da monarchia theocratica dos Philippes.

Em Portugal a fôrça estrangeira, interessada auxiliar, que tam caro nos vendeu nossa phantastica independencia, não tinha deixado respirar a opinião publica, nem permittido ao espirito nacional o desinvolver-se, e manifestar seus verdadeiros sentimentos. Todos os corações voavam para Cadiz e suspiravam de briosa inveja pela fortuna de seus vizinhos; (49) mas a protecção oppressora dos alliados soffocou o generoso impulso da nação, e reteve os Portuguezes no primeiro passo (o mais difficil) da liberdade; fazendo-os crer da Europa rebanho miseravel de escravos semi-barbaros, que só compellidos por elles combateram involuntariamente por liberdade e independencia que não sabiam appreciar,

nem gosar mereciam. Assim, pôstoque virtualmente unidos aos Castelhanos em sentimentos e desejos, tam addiantados como elles na civilização e nas luzes, não tinham todavia ganho ainda tanto, e por esse lado não perderam tanto com a pseudo-restauração os Portuguezes.

Porêm outros padecimentos e affrontas os emparelhavam na miseria e aggravos : porque reduzido, como já disse, a colonia de suas colonias, governado por um despotismo delegado (o peior e mais insupportavel de todos os despotismos), corrupto e impotente ; Portugal sem commércio, por que lh'o tolhêra e arruinára o gabinete do Rio ; (50) sem indústria, porque lh'a impeciam ; sem agricultura, porque lh'a vedavam ; sem administração porque não é administração o peculato desfaçado e público, o roubo e a venalidade patente,—descêra ao mais abjecto, mais vilipendioso estado, a que jamais se viu baixar nação sem haver perdido sua independencia ; comquanto pouca era a independencia de um Estado na maxima parte governado por estrangeiros (51) delegados de um cheffe ausente.

Por maneira que bem perplexo se veria o juiz, que louvado para decidir em tal questão houves-

se de pronunciar qual das duas nações da peninsula iberica mais aggravada ou mais desgraçada estava. Assim era geral em ambas o descontentamento, commum a indignação, e unanime a effervescencia. Diversas tentativas romperam nos dous reinos; mas, ou por immaturas ou por mal preparadas, só serviram para augmentar o kalendario dos martyres da patria, e preparar os animos dos povos. (52)

XXV

Natureza da revolução de 1820 — Hespanha.

Finalmente chegou o vigesimo anno do XIX seculo, assignalado nos fastos da humanidade, e uma das eras da civilização. Hespanha levantou o brado: o grito da ilha de Leão soou por todas as suas provincias; e quasi sem opposição, sem nenhum dos terriveis accidentes, das inseparaveis calamidades companheiras das revoluções, a constituição de Cadiz foi restabelecida, o congresso convocado, e a grande máchina do govêr-

no representativo posta em regular andamento. Tam preparada, tam convencida, tam decidida estava a nação! (53)

O novo e inaudito spectaculo de similhante revolução espantou o mundo; e encheu de inveja e desejo as nações, que todas suspiravam por liberdade, e a quem o receio das discordias civis, o terrivel exemplo da França, continha todavia.

Por toda a Europa despontavam symptomas de commoção: não já aquelles annuncios aterradores, formidaveis e espantosos, que na tremenda irrupção do ethna da revolução franceza annunciavam sua communicação subterranea com o fermento da massa geral europea, e ameaçavam rebentar a cada instante, em cada cidade. Não; os furores demagogicos haviam cessado, os phantasmas platonicos tinham-se desvanecido: a Europa queria liberdade, mas aquella liberdade que suas circumstâncias comportavam, que sua localidade, seus costumes, seus abusos, ainda seus arreigados vicios, podiam tolerar. Assim a tendencia dos animos, a inclinação, a attracção geral se manifestava franca, leal e pacificamente, sem terror, sem receio. A revolução dos fins do seculo XVIII fôra uma detonação electrica, que se com-

municava, crescia, e crescendo destruia e abrazava : a do princípio do XIX era uma fôrça magnetica, valente, poderosa sim mas serena, que chamava mas não impellia, atrahia mas não centelhava.

Tenho por exacta ésta comparação. A revolução das duas Peninsulas era moderada e pacífica ; a liberdade triumphante propoz aos tyrannos condicções honrosas ; cedeu para que elles cedessem ; fez até sacrificio da justiça para que sacrificassem elles a injustiça. Os tyrannos acceitaram com dolo, faltaram á palavra, perjuraram, e valeram-se da mansidão da liberdade para a trahirem á falsa fé. Que devem elles esperar quando ella voltar sem propor capitulações, sem dar quartel, e surda ás proposições que lhe fizerem para transigir ?

XXVI

Revolução de Portugal, Italia, Grecia.

E em verdade parecia que no bello e doce clima do Meio-dia devia nascer este systema indul-

gente, generoso e tolerante, que até com as fraquezas da humanidade transigia, e baixava como um anjo conciliador no meio dos homens para fazer a uns esquecer as injúrias, a outros reparálas, e unir a todos para a commum felicidade. Que perspectiva para a raça humana! Que esperanças! Liberdade sem sangue, igualdade sem desavenças, religião sem fanatismo, monarchia sem despotismo, nobreza sem oligarchia, governo popular sem demagogos!

Portugal seguiu a Hespanha. Em breve a peninsula italiana acudiu ao reclamo da liberdade meridional. Da opposta ribeira lhe respondeu a Grecia.

Portugal abandonado por seu cheffe, e entregue á mercenaria tyrannia de seus despreziveis bachás, deu então o grande exemplo de uma nação pequena, opprimida, que ouve pela primeira vez a palavra liberdade, que pela primeira vez a gosa, e todavia procede em todos seus actos como um povo maduro no exercicio da soberania, educado no governo representativo, e para quem o difficil costume de reinar e obedecer é já, por muito antigo, hábito natural e facil. As duas nações italianas adoptaram a constituição de Cadiz;

em Portugal o espirito de independencia, porventura uma certa rivalidade que a vizinhança e antigas injúrias excitavam, não quiz sujeitar-se senão a um codigo de sua propria feitura e eminentemente nacional. Mas a base de todos esses codigos era uma, elles proprios eram os mesmos; accidentes ou palavras os distinguiam: era emfim um so o que podemos designar com o nome de— 'systema da liberdade meridional.'

XXVII

Erro capital do systema politico de 1820.

Ainda mal! que para tam generoso systema faltaram homens, ou antes falharam os homens nos meios e modos de sua applicação. Não foi êrro d'este ou d'aquelle, como a inveja, a intriga, os partidos cegamente proclamaram; mas êrro commum, geral, em que todos peccaram, para que todos concorreram com sua quota de faltas; as quaes todas procederam de uma so e unica origem, 'o errado methodo de se estabelecer aquelle systema.'

Innocente foi esse erro em muitos, direi na maior parte, porque o engano geral o suppunha o mais acertado meio. Quero fallar das revoluções militares, que em verdade foram a unica e valente causa da pouca duração e stabilidade do systema representativo nas duas Peninsulas. Certo é que sem o auxílio da fôrça armada era impossivel qualquer revolução no estado d'aquelles paizes. Mas fazer-se do que so devia ser *auxílio*, agente *unico e exclusivo*, eisahi o grande, o maximo, o capital erro das revoluções peninsulares de 1820. Todos os homens illustrados, todos os cidadãos honrados applaudiram e adoptaram de coração e alma os *principios* (as *fórmas*, nem todos) do systema proclamado : mas a massa geral, o corpo da nação, que nunca se decide sem ver, tocar, palpar per si mesma, — ficou impassivel e pela maior parte indifferente.

Demonstrado é ja hoje que a totalidade do povo jámais se interessará, e menos punirá por mudanças politicas que *ella propria* não tenha feito, ou para as quaes, pelo menos, não tenha grandemente concorrido. Nem vale a prompta objecção de que o povo todo concorrera para essas innovações, poisque elegera deputados que em seu no-

me e por procuração sua as estatuiram. Theorias são essas que o povo ignora, abstracções que dos sentidos lhe fogem; e o povo não crê, nem defende senão o que toca e palpa.

Mas o odio d'essa liga fatal que por zombaria ou blasphemia se intitula da "legitimidade" era certo, seus effeitos imminentes. Os desertos da Russia plantados de baionetas, os castellos feudaes da Allemanha eriçados de canhões, o ciume inglez coalhando os máres de armadas terriveis, a França, (54) envergonhada de suas antigas proezas, anciosa de fazer penitencia e de mostrar a seu senhor arrependimento e remorsos; todos os colossos do Norte ameaçavam o Meio-dia. Como lhes hade elle resistir? Recorrerá a seus exercitos? Dir-lhes-ha "*Vós fizestes a revolução, defendei-a vós.*"? Porem esses exercitos perderam a disciplina militar, e por esse primeiro acto de *salutar desobediencia* se julgarão auctorizados a commetter quantos mais lhes parecer, dizendo, depois de cada um d'elles: *Salvámos a patria.*

Assim succedeu de facto: porêm quando tal não houvera acontecido, quando o soldado houvera conservado a disciplina, quando cada um d'elles se não supposesse na occasião do perigo legislador,

executor, julgador, governante absoluto; e não argumentasse do fatal aresto da primeira revolução para o direito permanente de fazer cinquenta outras; como houvera o pequeno podêr dos exercitos do Meio-dia de resistir ás fôrças colossaes de todo esse Norte? Exército por exército era impossivel, mas que foramos nós gigantes, pygmeus elles.

Logo era certa a ruina da liberdade?—Não, não, homens cegos, não: chamae o povo, interessae-o, fazei por elle e para elle a revolução; elle defenderá a obra de suas mãos. Um povo que não quer ser conquistado jamais o é; um povo que determinadamente quer ser livre sempre o será. Essa *determinada* vontade convinha inspirar e manter no povo; e exactamente n'isso falhou a revolução. Sei eu, e todo o homem de boa fe sabe, que não foi criminosa tenção de todos os que dirigiram os negocios publicos a que os levou a arredar constantemente o povo (segundo fizeram) de tomar parte na revolução; (55) o receio da anarchia o fatal exemplo da França lhe inspirou terror; e a natureza propria do systema indulgente e neutralizador que se havia proclamado, exigia summa prudencia e melindre n'este ponto. Mas

quam longe foi esse melindre, quam vagarosa e timida andou essa prudencia! Os inimigos da liberdade, estrangeiros e domesticos, o perceberam, e cuidaram em approveitar a tempo de tam fatal descuido e timidez. A massa da população, inerte, impassivel, indiferente, estava á disposição do primeiro que d'ella se quizesse valer dando-lhe movimento em qualquer sentido: a revolução não se aproveitou d'ella, fe-lo a contrarevolução.

Recapitulemos:

A revolução foi militar; o exército perdera a disciplina: não se podia contar com elle.

Mas a revolução não podia deixar de ser militar, porque o exército tinha a fôrça.

Pois devia chamar-se *povo* e *exército;* fazer a revolução militar e civil; armar immediatamente o povo paraque melhor se unissem assim, e mais respeito imposessem a estranhos.

Mas o espirito da revolução era moderado, pacífico e conciliador: se o povo n'ella entrasse quem o podéra conter? Pois eisahi o defeito da revolução. Revoluções pacíficas, moderadas, so o governo as póde fazer, porque as faz com a fôrça na mão, manda ao povo em seu proprio nome, e não no d'elle; não discute nem propõe, deter-

mina e ordena. Mas quando a revolução se faz pelo povo e em seu nome, forçoso é que o povo entre e disponha n'ella; que a máchina social se disloque; as instituições velhas se destruam *todas de uma vez*, e que em terreno limpo e desembaraçado se edifiquem de novo novos edificios. ([56])

Ora as revoluções de 1820 não so foram quasi puramente militares no seu começo e rompimento, mas até militares se conservaram sempre, (fallo de Hespanha e Portugal onde progrediram) porque o governo estribava principalmente no exército, e, especialmente em Portugal, jamais consentiu que o povo tomasse a minina parte na defeza pública; e so nos ultimos paroxismos do systema consentiu na instituição salutar das guardas nacionaes. D'ahi, militarmente proclamada, militarmente sustentada, e militarmente destruida foi a causa do povo, sem ao povo ser permittida sua propria defeza.

Uma de duas: ou o systema era democratico e democraticamente se devia estabelecer; e então foi errada a revolução, porque não interessou *bastante* a massa democratica; ou não o era, e tambem foi errada, porque se interessou *demais* essa massa com as concessões que lhe fizeram.

*

Sem, por agora, fallar na propriedade ou impropriedade das constituições de Cadiz e Lisboa, direi somente, que ellas tiveram os mesmos defeitos da revolução que as creára : *de mais* para um systema conciliador e moderado, qual o exigia o estado valetudinario e corrupto, mesclado de classes e partidos das duas Peninsulas ; *de menos* para uma reorganisação social, qual a pedia a opinião democratica e o espirito radical das reformas por que se bradava. D'éstas contradicções resultou não se conseguir o primeiro effeito das revoluções, que é, como em França dizem, *de mettre les hommes à leur place :* os inimigos da liberdade ficaram nas mesmas posições sociaes; e assim quando houve mister magistrados para punir rebeldes, acharam-se com protectores d'elles; quando se precizou de auctoridades para manter o systema, acharam-se inimigos rebuçados que o minavam; quando se quizeram generaes, appareceram cobardes que temiam a guerra, e traidores que entregaram as armas aos contrarios; quando finalmente se precisaram braços e espadas para defender a patria, surgiram baionetas rebeldes, indisciplinadas, que em vez de marchar contra o inimigo se voltaram contra a nação.

Não se pense porêm que eu faça unicamente consistir a firmeza e stabilidade do systema representativo na instituição das guardas nacionaes, e na parte que por ellas toma o povo no estabelecimento, manutenção e defeza de seus direitos. Essa instituição maravilhosa é necessaria, indispensavel; porêm mais necessario, mais indispensavel ainda é que o povo conheça e avalie o que defende. Para isso é preciso illustra-lo de *palavra e obra*. De palavra, por via de escriptos prudentes e assisados, de escholas e instrucção. De obra, fazendo-lhe ver e sentir em seus resultados a excellencia do systema adoptado. O effeito do primeiro d'estes meios é lento, e de pouco fructo na geração presente—de incalculavel proveito nas futuras.

O segundo tem immediatos e peremptorios e efficazes resultados: as reformas na administração, os melhoramentos nas estradas, nos meios de circulação das riquezas, a protecção da indústria, a liberdade no commércio, a justiça nas leis, nos tribunaes, nos magistrados, o allívio nos tributos (se a revolução os trouxesse) mostrariam ao povo as vantagens do systema proposto, seriam incançaveis e eloquentes apostolos de sua bondade, e o

fariam de tal modo querido e amado, que nenhuma traição doméstica ou invasão estranha o poderia destruir.

Mas em Portugal (o mesmo succedeu nos outros paizes) a revolução deixou as coisas como as achou, e não mudou senão homens. Se a antiga aristocracia historica pesava sôbre a nação, a nova aristocracia da revolução pesava dobrado. O patronato, a concussão, o peculato era o mesmo. Os tribunaes julgavam inquisitoriamente como d'antes. Os tributos pouco se alliviaram, o commércio soffria os mesmos estorvos, a indústria as mesmas peas, a agricultura as mesmas oppressões. Com insignificantes excepções, o povo nem era mais livre nem mais feliz.—Como havia elle de pugnar por um systema que nem conhecia nem sentia?

XXVIII

Contrarevolução de 1823

Ja Napoles e Piemonte ([57]) haviam succumbido á intervenção estrangeira: a Austria se havia

constituido executora do accordam da Sancta-Alliança. Hespanha e Portugal restavam; sua sentença estava lavrada; mas embargado o cumprimento pela maior difficuldade da execução. França, que esse deprecatorio recebera, se arreceava de seu exército e não ousava cumprir. Outro gabinete machiavelico ruminava todos os estratagemas de sua politica arteira para combinar o interesse real que tinha na quéda da liberdade peninsular com as fórmas convencionaes a que a opinião do seu generoso povo, os tractados com Portugal e o receio do engrandecimento da França a obrigavam. Ambos o gabinetes deram as mãos, nenhum declarou guerra, ambos invadiram; um com armas, dinheiro e *escapularios* pelo Bidassoa; outro com dinheiro, promessas, e astucias diplomaticas pelo Tejo. O indifferentismo da massa popular, parte por sua mesma inação, parte approveitado com o impulso fanatico que se lhe deu, fez o resto; a traição militar completou inteiramente a obra: o systema peninsular cahiu, e com elle todas as esperanças da Europa.

A oligarchia carregada com os despojos opimos da liberdade entrou de novo em sua tôrre de ferro, e do alto das ameias feudaes deu rebate ás

clásses parasitas desapossadas, aos abusos desherdados, ao fanatismo agrilhoado e á ignorancia desprezada. Todos os monstros da sociedade, que a liberdade aterrára no dia de seu triumpho, accudiram furiosos a insultá-la no ataúde. Reacção terrivel, que immolou milhares de victimas, que sob um govêrno ditto paternal, sob uma auctoridade ditta legitima commetteu mais barbaridades e sacrilegios que as mais desenfreadas revoluções demagogicas! Que *legitimo* ousará allegar contra as crueldades da revolução franceza depois dos horrores da contrarevolução hespanhola?

XXIX

Effeitos da contrarevolução na Europa.

Mas assim como o movimento revolucionario de 1820 fôra geral em toda a Europa, e abalára com maior ou menor repellão (ainda onde manifesto não apparecêra) os fundamentos do absolutismo; tambem a reacção d'este foi universal: e com quanto seu mais valente embate veio d'en-

contro sôbre as duas Peninsulas, todavia pela Europa inteira se estendeu. Restringiram-se em França as eleições; restabeleceu-se a septennalidade das camaras com manifesta violação da Carta; supprimiu-se depois a liberdade de imprensa, fizeram-se leis de sacrilegios e indemnizações; (58) todas as prisões de Italia e Allemanha se atulharam de suspeitos e inconfidentes; o phantasma de liberdade, que o autocrata concedêra á Polonia, desappareceu quasi de todo; a commissão, ou antes inquisição, de Mayença dobrou de rigor, augmentou espias, torniquetes e polés; os Jesuitas appareceram por toda a parte desde Madrid até Zurich; e o papa, olhando satisfeito do alto do Vaticano para sôbre o velho mundo, cuidou verse nos dias bemaventurados de Gregorio VII e IX, e desenferrujou os sagrados raios com fulminar anathemas a pedreiros-livres, e excommunhões a carbonarios.

XXX

Effeitos da contrarevolução na America.

Outra vez succumbiu a Europa na causa da

liberdade; mas não assim a America. Suas republicas meridionaes se iam successivamente organizando e consolidando; e ja a potencia europea, que podia desaffrontar-se do jugo da Sancta Alliança, lhe enviava mensagens de paz e amizade. O reconhecimento de sua nobre independencia não estava ainda declarado, mas existia positivamente decretado pelo primeiro Estado commercial e maritimo do globo. Emfim completamente triumphára a liberdade por toda a America, até.... até no Brazil.

XXXI

Effeitos da contrarevolução no Brazil.

O Brazil recebera o impulso de Portugal, e conjunctamente com a mãe patria proclamára a liberdade, enviára deputados ao congresso de Lisboa, espontanea e distinctamente declarára querer conservar-se unido á metropole pelo vínculo de uma constituição livre, igual e popular. E acaso esse estranho phenomeno politico se hou-

vera temporariamente realizado se o herdeiro da coroa não tivesse permanecido na America. Impaciente de cingi-la, impacientes seus apaniguados de lhe aquinhoar as regalias, se cubriram com a capa de independencia, e usurparam o imperio. Os erros das cortes de Lisboa appressaram esse acontecimento inevitavel.

Dous partidos mui poderosos no Brazil, o republicano e o independente, sustentando este o principe de boa fe, aquelle antevendo na separação de Portugal um passo dado no caminho da democracia, ambos se lhe uniram: e d'um moço inexperto e ambicioso confiou assim o Brazil sua liberdade e independencia. (59)

Erradamente luctou Portugal contra essa independencia; nem devia, nem podia: para seu castigo passou pela vergonha de ver deshonradas as armas portuguezas, entregues ao inimigo as reliquias de sua marinha, e inteiramente anniquilado seu commércio.

Mas emfim ja toda a America é independente e livre: nem as fórmas monarchicas conservadas no Brazil impedem o estabelecimento de uma constituição liberal e eminentemente popular: o proprio e unico representante da *legitimidade*

n'essas terras democraticas presta homenagem e rendimento ao princípio da soberania do povo triumphador além do Atlantico.

Todavia esse estado da America não parecia permanente; essa monarchia encravada entre republicas, por muito e muito que d'ellas se approximasse, por muito que transigisse em principios e actos, mal podia resistir á acção continuada, á força constante de opposição, que de fóra e de dentro a appertava de dia em dia, de hora a hora. Breve se aguardava que essa lucta intestina, e porora solapada, apparecesse clara e manifesta.

Não tardou muito: o novo imperador estava em uma falsa e inconsistente posição. Appertavam ordens de Vienna e solicitações de Lisboa; instava o perigo proprio; pois tambem os partidos, que se lhe haviam unido, começavam a desempará-lo: so um golpe atrevido podia salvar para a legitimidade e para a casa de Bragança o dominio do Brazil por mais algum anno. Esse golpe teve o novel imperador a energia de dá-lo. Dissolvida a democratica assemblea, sopeado o partido demagogico, o throno, que já balouçava, se equilibrou um tanto mais.

Murmuraram, deram fortes signaes de descon-

tento; mas era já tarde: o principe havia sido atrevido, e ésta qualidade so basta as mais das vezes para conter a multidão.

Porém os murmurios cresceram pelas provincias do vasto imperio, e, de murmurios que eram, engrossaram até declarada rebellião. Ja essa lavrava de provincia em provincia, já parecia que a monarchia não podia resistir á opinião republicana. Mas o isolamento dos provincias, que mal se communicam, e peior se podem ajudar, deu a victoria ás fôrças navaes do imperador, que havia tido o bom aviso de n'ellas estribar principalmente.

A Inglaterra, que é legitima ou liberal segundo mais lhe convem, já havia reconhecido as republicas meridionaes da America: todas as outras potencias europeas se tinham opposto, ou pelo menos declarado contra ésta decisão diplomatica. E apezar de monarchia, não incorrera menos o Brazil na excommunhão da Sancta-Alliança por suas liberaes instituições. A resolução do imperador os fez mudar: tomaram-o pelo que elle não era nem podia ser. Inglaterra, a quem tanto serviu a independencia das antigas colonias hespanholas (porque sujeitas á metropole as não pode-

ria dominar politicamente, nem explorar commercialmente) quanto desconvinha a do Brazil, porque unido a Portugal, exarchado seu, facilmente o predominará; a Inglaterra agora muda de plano: toda officiosa e amiga, apparece com sua mediação ominosa para o Brazil, affrontosa para Portugal e para ambos prejudicial. (60) Fallou em congraçar as duas nações, mas na realidade estipulou so titulos oucos e palavras vans entre pae e filho: e então appareceu esse ridiculo tractado, vil concordata do despotismo, que aquinhoa e reparte nações como rebanhos, e mercadeja de homens como de rezes em feira.

Eisahi os governos europeus appressados a reconhecer o novo Estado americano, e a accolher seus embaixadores! Com que amizade os festejam!

Mas ah! de quam triste agouro são para a liberdade e independencia americana essas festas e amizades da policia europea!

Esse unico representante da *legitimidade* no novo mundo está por ella destinado a grandes cousas. Ja suas guardas se reforçam de batalhões do Norte. Após a guarda e alliança tudesca vem immediatamente a politica tudesca. O

Brazil o sentirá primeiro, depois a America toda.

Não... o Imperador do Brazil se desenganará em breve : cedo conhecerá que amigos tem n'esses soberanos da Europa que tanto o festejam agora.

Outra vez a perfidia, a estupidez, a ingratidão dos gabinetes da Europa será a salvadora da America... D. Pedro hade ver o precipicio a que o arrojam : e o principe destinado pelos tyrannos europeus para destruidor da liberdade, será—em que lhes peze—seu propugnador magnanimo.

SECÇÃO SEGUNDA

Estado do mundo civilizado nos fins do primeiro quartel d'este seculo.—Dissolve-se a santa-alliança. Alguns soberanos transigem com os povos.—Os que o não fazem, ja não obram com antiga fôrça da união.— Incruenta victoria da civilização.

I

Estado do mundo civilizado no segundo quartel do seculo XIX.

Tomemos aqui folego. O despotismo, a oligarchia triumpharam mais uma vez na Europa; a liberdade vacilla na America... Estará perdida a causa dos povos, a causa da civilização? — Não: cegueira de seus inimigos, covardia de seus fracos amigos o suppõe: enganam-se. Derramemos a vista por essa parte da Europa e America a que damos com justiça o nome de "mundo civilizado." Vejamos se a submissão é perfeita, e duradoura essa paz de sepulcro.

II

França.

Lancemo'-nos de golpe no coração da Europa. Ahi está a França; essa França onde já se ganhou a causa da humanidade, onde ja se perdeu, onde so ella póde ser perdida ou ganha.

Em parte nenhuma do orbe se guerrearam tam exasperados os partidos, — as facções que d'elles nascem, e que debaixo de todos os nomes e pretextos assolaram e devastaram aquelle sanguinoso paiz. Mas Luiz XVIII teve o bom juizo de tomar as coisas no estado em que as achou, e de sujeitar-se ás inevitaveis consequencias da civilização. Escassa e ambigua foi a sua Carta; mas todos os partidos se reuniram emtôrno d'ella, não porque inteiramente fundidos, mas porque reconheceram de seu mútuo e commum interesse sustentar essas mesmas concessões que uns julgaram de mais, outros de menos.

Mas o partido liberal sujeitou-se de boa-fe, e recebeu a Carta lealmente e com todas as suas condições. Não assim o chamado *ultra* ou jesui-

tico : renitente sempre, em toda a parte, por todos os meios que póde se rebella diariamente contra o jugo, insoffrivel para elle, das leis e da legítima auctoridade. O estado de illustração do povo francez, a progressiva consolidação dos principios constitucionaes em um paiz ricco, forte, vasto, não lhes deixarão obter mais que momentaneos e ephemeros triumphos. O defeito da septennalidade da camara electiva é contrabalançado pela independencia e luzes da hereditaria : (1) a magistratura conservadora dos pares desempenha alli seu alto ministerio protegendo a classe industrial e fazendo communidade de interesses com ella. Os parasitos da côrte fazem guerra surda á nação com jesuitas e congregações; a nação faz aberta guerra á corte, instruindo-se, trabalhando, enriquecendo. Mas de vontade a uns, de força a outros, a Carta contém a todos paraque se conserve a paz e o equilibrio do Estado. Assim florece o commércio, as artes, a agricultura em um paiz, (2) onde, se as instituições constitucionaes não contivessem os partidos, não haveria mais artes que as da guerra civil, mas commércio que o de sangue humano, nem a terra sería cavada senão para sepulcros e cemiterios. Tal é

*

o poder miraculoso do systema representativo, que mette ordem e felicidade onde mais fermentam os elementos da desordem e desgraça pública!

Mas que se não engane a oligarchia com essa quietação da França, com esse desejo de paz de seus habitantes! Teem soffrido, soffrem, e soffrerão ainda muito os Francezes por amor da paz e socego de que precisam. Mas tocae-lhes abertamente na Carta, manifeste o governo declaradamente suas ligações com a oligarchia ingleza e austriaca — e a revolução resurgirá como por incantamento. Ja pelos imprudentes ameaços da corte, se comparam os Bourbons com os Stuards. — E quem foi um dos primeiros que lembrou a comparação? — Chateaubriand!

III

Paizes-Baixos.

Não menor prodigio está operando o *principio legitimo* do governo representativo n'esse novo reino dos Paizes-baixos, creado á toa pelo capri-

cho dos alliados, sustentado pela sabedoria e virtudes de seu rei e regimen.

Duas nações diversas em costumes, distinctas até em feições, differentes em linguagem, separadas pela natureza de seu solo e precisões, contrárias pela religião, — se reunem apezar de todos esses obstaculos, fraternizam mau grado de todos esses motivos de desavença. Parte educada no governo republicano, parte accostumada a um regimen quasi absoluto; — aquella se submette todavia de gosto ao sceptro protector da monarchia constitucional, ésta se habitua com satisfacção ás fórmas representativas; — e adquirem todos os dias ambas a solidez da união, e a força que d'essa resulta. Seu commércio anima, sua indústria cresce, e ahi se vai constituindo uma das quantidades politicas da maior importancia, por sua posição, no systema europeu. (3)

IV

Inglaterra.

Inglaterra com suas instituições tam imperfeitas e antiquadas, suas leis tam confusas, sua pro-

priedade tam mal dividida, sua população tam matizada de crenças religiosas, suas classes tam separadas por antigos preconceitos, suas colonias immensas, — e muitas pesadas á mãe-patria — a Irlanda cortada de facções, o crédito público e particular abalado; milhões de indigentes apar do maior luxo e riqueza que aida viu povo nenhum; uma divida espantosa, tributos enormes —e todavia, em vez da miseria, da guerra civil, da fraqueza do governo, que d'essa posição pareciam dever resultar, — florece, prospéra no interior, é temida e respeitada de estranhos, domina o commércio e navegação do universo.

E como se sustenta um edificio que tam ruinoso parece?—São os vigamentos, é a structura interna, é o equilibrio da constituição, que por sua força natural o está mantendo: é o *atlante* do systema representativo que em seus hombros carrega com esse *mundo* de difficuldades e incoherencias.

E todavia a antiga grandeza e splendor de Inglaterra diminuem a olhos vistos, sua superioridade sobre os outros povos vai desapparecendo. Porquê? Porque os outros povos andaram, e

Inglaterra ficou stacionaria e não ve, não quer ver o caminho que elles fizeram.

Ainda a consideram com respeito, ainda a veneram; mas se a politica illustrada e conciliadora de Mr. Canning for abandonada pelo gabinete de S. James,— o respeito se volverá em odio; lembrarão antigas injúrias:—e que povo da Europa as não tem, desde Copenhaguen até Lisboa? (1)

V

Confederação Germanica.

Quasi todos os Estados que entram na confederação germanica gosam ja das bençãos do systema representativo; e quanto o podem ser Estados pequenos e encravados entre grandes potencias, por elle são aventurados. A tal qual independencia de que gosam, dá-lh'a sua fórma de governo.

VI

Prussia.

Mas essa independencia é todos os dias ameaçada pelas duas grandes potencias que preponderam na confederação, e que, mais dia menos dia, lhe hão-de desmanchar o equilibrio.

Uma d'ellas é a Prussia: e mais tambem essa não tem limites naturaes. Suppriu-os atégora uma população quasi toda militar, a cabeça e a espada do grande Frederico, os homens de sua schola, o impulso que um braço forte deixa na máchina do Estado, e que dura ainda longo espaço depois de extincto o agente d'esse impulso.

Mas a insufficiencia de taes meios cresce e apparece cada vez mais. A Prussia tem ha muitos annos um bom codigo, um bom systema de administração; seu povo é um dos mais illustrados da Europa: e ou o rei continúa a cumprir a palavra dada, (5) e completa o edificio do Estado, que tam boas e sólidas bases já tem, — ou seus povos hão de conquistar mais ampla liberdade,—ou na con-

flagração, que tanto ameaça o Norte como o Sul da Europa, arderá a Prussia com os outros Estados: e sabe Deus, ninguem mais, o que d'ahi se fundirá.

VII

Dinamarca.

Quem ignora que o governo da Dinamarca é o unico legitimamente absoluto na Europa? (6) O povo entregou livremente ao rei o sceptro despotico: tam avexado e tyranizado se viu da aristocracia. Que terrivel licção! E o actual soberano não abusa do seu poder: e melhores futuros espera ainda a Dinamarca das promettedoras qualidades do principe real, por quem inda chora a Norwega.

Senhora do Sund, chave do Baltico, e portanto da navegação Russa na Europa (emquanto a Russia se não estender até o Mediterraneo — e cedo se estenderá) que importante não é, assim decepada e cerceada como a deixou a vingança ingleza — que importante ainda assim não póde

ser na balança da Europa, quando os povos abrirem os olhos, e os seus, não os interesses de certas familias, governarem a terra?

VIII

Suecia.

Terra classica das facções politicas, paiz natural das revoluções, a Suecia tranquilla, feliz, é outro documento triumphante do poder immenso das boas instituições, da fortaleza e *apprumo* do governo representativo.

Um rei estranho, — uma nobreza inquieta, e insoffrida de todo o jugo, que já por vezes tem sacudido o real, — uma classe media (nos outros paizes appoio natural do throno) pobre e fraca, —escassas rendas, debeis recursos, poucas fontes de riqueza,— um partido forte ainda pela dynastia expulsa—dynastia não sem virtudes—e todavia as garantias sociaes sustentando o general de Bonaparte, e fazendo a felicidade da nação!

A memoria de Pultava tem a Suecia em con-

tínuo medo de seu formidavel vizinho. E contra elle não ha senão um meio de defeza, tanto para a Suecia como para toda a Europa: instituições livres, que reconciliem os povos com os reis, e dem consistencia e força moral aos Estados. Força physica onde a ha que chegue? So a moral lhe pode valer.

IX

Russia.

A Russia ameaça a Europa com seus milhões de baionetas. Não lhe tenhamos medo se formos livres. E o Czar está certo e seguro d'esses milhões de baionetas? Cedo veremos que não.

A Russia cubiça o imperio de Constantino; e hade empolgá-lo como empolgou o reino de Stanislaw, se o louco ciume de Inglaterra e o cego e inveterado odio de liberdade da Austria não entregarem a guarda do Bosphoro e as torres dos Dardanellos a quem ellas pertencem, os descendentes de Leonidas e Themistocles. Não é ja para a Porta defendê-los.

X

Austria.

O governo russo tem medo á civilização, o austriaco odio. A Russia hade vir a condescender com a liberdade. A Austria só hade ceder quando a liberdade a anniquilar no dia de sua vingança. Perfidia systematizada, crueldade a sangue frio, hypocrisia constante são os caracteres do conselho aulico.

A fôrça da Austria está so nas artes de seu gabinete: o imperio é composto de elementos repugnantes, que todos tendem a desunir-se, que hãode vir a desunir-se. E a providencia mande cedo esse dia para segurança da Europa e desaggravo de seus povos. (7)

XI

Italia.

A Italia é toda escrava; — mas escrava que morde os grilhões, que tem fôrça para os que-

brar,—que os hade espedaçar ainda. D'ella disse um de seus maiores filhos, um dos maiores homens d'ésta era:

Siam servi si, ma servi ognor frementi.

Este verso de Alfieri diz mais que livros inteiros. A Italia está aquinhoada entre estrangeiros: esse é um de seus maiores aggravos, mas tambem será uma das causas de ella se libertar mais cedo.

Principes francezes ao Meio-dia, principes austriacos por toda a parte, a impotencia papal na antiga cabeça do mundo,—tudo é pequeno e mesquinho no mais grandioso paiz da terra. Em cahindo o primeiro, os outros virão traz elle, um sobre o outro, como edificios que são sem alicerce, como truncadas columnas de antiga ruina, que sem pedestal nem capitel, o capricho dos despotas cuidou equilibrar em sua omnipotencia.

Mas os povos da Italia ja sabem como ellas cahem: e quando voltarem a derrubá-las, hade ser com a união e simultaneidade que na derradeira vez lhes faltou e os perdeu. (8)

XII

Grecia.

A questão da Grecia importa immediatamente á Russia e Austria que lhe são limitrophes; e á Turquia que n'ella tinha seu mais valente ponto de dominação na Europa.

O Egypto, a Berberia e outras consideraveis porções d'Asia e Africa se desligaram da sujeição da Porta, mas permaneceram na communhão do Islamismo. Foram esses golpes terriveis na potencia othomana: mas alêm de uma sombra de imperio, que sempre ficou, de uma especie de feudo e vassallagem, — a identidade de religião deixou ainda muita fôrça real ao Sultão de Constantinopola, muita e mui poderosa influencia sôbre os paizes separados. O caso da Grecia é mui differente. É uma religião inimiga, um governo de opposta natureza, um systema que naturalmente se liga e faz causa commum com as potencias christans, inimigas naturaes da Porta, as quaes n'uma ou n'outra occasião podem talvez

prestar-lhe officios amigos—mas forçadas de circumstancias, nunca por constancia de principios.

Independente a Grecia, toda a fôrça maritima da Turquia acabou. A liberdade postada á porta dos Dardanellos não lhe deixará mais águas para seus baixeis que as do Mar-negro—em quanto a Russia lhe permittir navegá-lo.

Toda a consideração europea do imperio othomano morre d'esta ferida.

O senhorio da Turquia na Europa era ha muito nominal. De um lado a Russia, do outro a Inglaterra, depois os governadores provinciaes da mesma Porta aquinhoavam entre si o imperio grego.

Quem dominar em Constantinopola hade dominar o mundo: disse Rousseau. O governo de Petersburgo intendeu perfeitamente o philosopho de Genebra. Do alto do Kremelin, a aguia moscovita ensaia todos os dias o voo para o zimborio de Sancta-Sophia.

Separar-se pois a Grecia do dominio turco — importa e convem á Russia: constituir-se independente, não. Mas constituir-se á entrada do Bosphoro uma nação independente que por aquelle lado equilibre na balança da Europa o discor-

dante peso da Russia, cujo alvo é e foi sempre o throno de Oriente;—senhorear-se do Archipelago, entender-se pelo littoral da Morea, ao menos por toda a curva que se descreve rodeando desde Volo a Arta, um povo maritimo, navegante, commercial, que pelo andar do tempo formasse uma poderosa marinha—devia forçosamente ser do interesse da Austria.

A Austria porêm teme ainda mais os principios theoreticos da emancipação grega: o 'statu quo,' é o seu credo e a sua fôrça. Mas retrogradar a Grecia ao 'statuquo' do principe de Metternich so por negociações diplomaticas é impossivel: é preciso força e guerra aberta. Mas a Russia?....

Inglaterra faz causa commum com a Austria: onde irá o sceptro dos máres se a Russia metter pé nos do Mediterraneo, e se assenhorear de suas águas?

Que farão pois?—Oppor-se á Russia? Quem lhes deu força?—Auxiliar a Grecia?—E o odio e o medo á liberdade?

Eisahi travados e complicados grandes interesses. E o laço é tal que o não desata senão a espada. (9)

XIII

Hespanha.

O govêrno d'Hespanha n'esta epocha está para o de França como a práctica para a theoria. O que nas Tuilherias se machína, practíca-se no Escurial; faz-se em Madrid o que apenas se deseja em París. Este estado não é natural nem póde durar muito. Ou Fernando hade adoptar a hypocrisia de Luiz XVIII, ou Carlos X hade professar abertamente as doutrinas de Fernando. No primeiro caso, estabelecem-se entre Hespanha e seu rei as mesmas treguas que se teem mantido em França; os dous paizes ficam em provisoria harmonia um com outro. No segundo, quebram-se as treguas em França, exacerba-se a guerra em Hespanha.... e quem vencer em París vence em Madrid.

XIV

Portugal.

Mas antes que se decida se é Fernando que hade pôr a máscara, ou Carlos que a hade depor, ha uma questão preliminar e *prejudicial* que decidir primeiro. O que hade ser Portugal? Com João VI, velho, infermo, timido, indeciso, nenhum partido póde contar. A influencia ingleza exige moderação; com mederação não se sai do estado precario em que França e Hespanha se acham. João VI reconheceu o Brazil e transigiu com a revolução; prometteu uma Carta a Portugal, e postoque faltou indignamente á sua palavra, não ha certeza de que o medo de um ou de outro partido lh'a não faça cumprir ainda.

Espere-se por sua morte, que não virá longe. E quem lhe succederá no abalado throno? O imperador do Brazil — mas esse conhece o seu seculo e não se ligará talvez com os retroactores d'elle. D. Miguel—mas D. Miguel não póde succeder sem violação dos principios da legitimida-

de. Mas a legitimidade fez-se para os povos e não para os reis. É verdade: mas ai dos reis no dia em que assim se desmascararem deante dos povos! (10)

No emtanto Portugal permanece na incerteza, na oscilação, na confusão: os partidos não dormem, observam-se, preparam-se para futura contenda. — E a Hespanha folga com esse estado; e os outros gabinetes não vêem as consequencias d'elle!

XV

America do Norte.

Estranha a todas éstas convulsões, forte por sua poderosa liga, a republica dos Estados-Unidos da America do Norte olha para as miserias do velho mundo, como do alto do Monte Atlas contemplaria o philosopho o terrivel choque dos elementos e a revolução da tempestade. Não lhe resta senão crescer e enriquecer, approveitar das faltas alheias, e receber em seu vasto seio as torrentes de população europea que a perseguição e

estupidez dos governos cisatlanticos continuamente lança de si.

XVI

Antigas americas hespanholas.

Que exemplar, que espelho para as outras nações do globo! Mas não apprendem n'elle seus vizinhos da porta. A embriaguez das facções, a discordia civil, a infrene demagogia devastam esses paizes, que se não libertaram da tyrannia de Fernando senão para soffrer mais crueis tyrannos. Quem tal crêra possivel! o Nero das Hespanhas achou rivaes em perversidade e estupidez.

As calamidades por que teem passado as republicas centraes da America são mais um documento da impossibilidade moral que ha em correr de um extremo a outro em politica. Não se passa de servo a cidadão. Spartaco poderia vencer Roma, mas não podia fazer-se romano.

E que serie de miserias e desgraças se não prepara ainda á malfadada patria de Montezuma e Atabaliba!

XVII

Brazil.

O Brazil adoptou, mau grado seu, as fórmas monarchicas: queria ser republicano como seus vizinhos. Se-lo-ha ainda talvez. Se o fosse agora, padeceria como elles. (11)

Não tarda que os interesses d'ésta joven nação americana se não venha ligar de mais perto, entrelaçar mais com os nossos. Então a contemplaremos de melhor vagar. Deixemos por agora o novo mundo: áquem do Atlantico se preparam grandes accontecimentos; regressemos ao antigo hemispherio.

XVIII

Mudança repentina no estado do mundo civilizado. — Morte de Alexandre e João VI.

Tal era o quadro que nos fins do primeiro e principios do segundo quartel d'este seculo, ap-

presentava o mundo civilizado ao observador politico, — quando subitamente o estado das coisas mudou, e a posição dos dous mundos foi alterada. O natural systema da terra segue sua revolução ordinaria; mas o movimento, accelerado por agentes poderosos, dobra de velocidade e se approxima rapido do termo d'onde infallivelmente desandará, como em seu equinoxio, a máchina politica do globo.

Nos dous extremos da Europa, ao Oriente e Occidente, dous soberanos notaveis por qualidades extremas descem prematuramente ao jazigo. Poderoso um, respeitado e temido, cujas virtudes exagerou um partido, deprimiu outro, mas reconheceram todos; em cuja vida houve mais glória que vergonhas, em cujo reinado mais augmento na fortuna pública, mais crescimento viu do que decadencia experimentou a nação a que presidia. Mal respeitado o outro de estranhos e domesticos, de cujo coração as virtudes, que seus affeiçoados exaltavam, nunca chegaram até melhorar a sorte do povo, — em cuja alma os pensamentos elevados combatiam com o terror e incerteza em que sua desfortuna o baloiçou toda a vida, — de cujo braço não houve feito para contar, — para

cuja memoria ficou de padrão a ruina completa do Estado, e a miseria cabal do povo.

Ambos imperadores. Um deixou por esse nome europeu o appellido oriental e grego-barbaro de seus predecessores; o outro amortalhou-se á borda de sepultura com o vão titulo de um imperio no momento de o perder,—foi saudado Cesar quando lhe rasgavam a purpura!

Um alargou os limites de seus immensos Estados e intendeu (com firmeza ao menos) na governança d'elles.

Outro perdeu a maxima parte dos seus; e do *exarchado* que seus *alliados* lhe deixaram, entregou o governo á revelia das facções.

Sobre a morte de um inda se estende veo mysterioso, inda se não desvaneceu a suspeita de que o sacrificaram os inimigos da monarchia absoluta.

Sobre a morte do outro asseveram uns o mesmo mysterio, negam outros a possibilidade: mas se por alguem foi sacrificado, foi pelos fautores do absolutismo.

Aquelle esteve á frente da coallisão dos reis, e governou mais de meio universo.

Este governado por amigos e inimigos, não teve um so dia de rei.

Pela herança de ambos muito sangue se derramou. A um não succedeu seu natural herdeiro: ao outro quem succederá?

Ambos se inclinaram a modificar a monarchia: um retrahiu-se por medo dos povos, outro por medo dos reis.

Alexandre era generoso, nobre e decidido.

D. João VI era bom, compassivo, desperdiçado e irresoluto.

Porêm a morte de ambos foi importantissima circumstância politica, fez crise no estado do mundo, e appressou o desinvolvimento e decisão da grande campanha em que ninguem será neutral, a humanidade toda belligerante, e as bandeiras da civilização e dos privilegios as unicas arvoradas; poisque os limites dos máres, as barreiras dos montes, a divisão das linguas, a differença dos costumes, a repugnancia das religiões, os odios nacionaes desapparecem com a civilização entre os povos; e o feudalismo tambem prégará cruzada geral para defender sua última cidadella.

XIX

Revolução na Russia.

Alexandre tinha um milhão de soldados; e mal fecha os olhos, já o espirito civico, latente n'essas suppostas legiões de escravos se declara e patenteia. O mais sólido despotismo do universo vacilla, o throno mais firme, o appoio e protecção dos outros thronos balouça em sua base minada; o chefe da alliança dos reis ouve emtôrno de si o grito da liberdade; a democracia vai atacar em seus paços accastellados o proprio Authocrata de todas as Russias.

Que exemplo para os potentados do universo, que desengano para os teimosos retroactores do seculo! Vêde esse colosso posto de sentinella pela tyrannia nos confins da civilização e da barbarie, essa barreira immensa alevantada nos limites da Europa para lhe impedir os movimentos naturaes, esse entreposto situado ás portas de Asia para importar o *mais puro* do despotismo do Oriente e o espalhar pelo nosso Occidente, — e

cortar a civilização da Europa que não penetre para além;—essa atalaia do feudalismo postada sôbre o monte Caucaso para dar o allarma a todos os privilegios; para aventar o minimo suspiro dos povos opprimidos, e enviar torrentes de barbaros onde quer que a tyrannia excite um murmurio, a civilização um reclamo, a religião mesma uma súpplica.

Vêde-o! suas proprias baionetas o ameaçam: ja não confia nem siquer n'ellas. Que será de vós que sois attomos diante de tamanha grandeza, e que de sua sombra vos cubricis e amparaveis, que n'ella tinheis toda vossa força e esperança!

A revolução da Russia foi o maior triumpho da civilização. A inefficacia da tentativa nem admira nem lhe diminue a importancia. A revolução la existe: por mais que se agite, a *setta fatal* la lhe está no coração do imperio,—*haeret lateri lethalis arundo.*

Maior próva e mais clara do irresistivel podêr das luzes, não a deu ainda o mundo. Não foi quasi em dias de nossos paes que esses Moscovitas pugnavam ainda por suas longas barbas contra os ukazes do Kzar? Não ha inda entre os obreiros de Hollanda a memoria d'esse mestre Pe-

dro que se não dedignou de apprender os mais communs officios da vida para industriar a um povo que tudo ignorava?

Ha pouco mais d'um seculo essas tribus seminomadas entram em estado de cidade e apprendem a satisfazer as necessidades da vida. Sob Catherina ja conhecem os prazeres e gosos d'ella. Alexandre as introduz na sociedade europea e á participação das bençãos da civilização. Desde esse momento diminuiu o número dos vassallos, e augmentou o dos cidadãos na Russia; quero dizer, affrouxou a cega obediencia do povo ignorante, e reforçou a vontade de conhecer e intender a justiça do que se manda, a razão por que se obedece. O espirito indagador da verdade entrou a descubrir abusos, após veio o desejo de os emendar, logo a vontade de ser governado por leis racionaveis,—em fim o ânimo de tomar parte na confecção d'ellas paraque o sejam.

XX

Natureza da revolução russa.

Diz-se que as classes que na Russia clamam

por liberdade são as mesmas que nas outras partes da Europa contra ella pugnam. Sei que a opinião vulgar é que o espirito d'aquella revolução differe do das outras; que lá a aristocracia pugna por mais privilegios, e não contra elles. Mas essa opinião vulgar é falsa, e de falsos dados deriva.

Nem eu sei outra definição de aristocracia senão a do eloquente general Foy quando perguntado na tribuna pelo que ella era, respondeu: "Aristocracia são aquelles homens que querem honras sem as merecer, empregos sem para elles serem habeis, que so querem consummir sem produzir, que querem para si o gôso, e o trabalho para os outros, etc." ([12])

Tam aristocrata póde ser o peão como o nobre; e sobejos exemplos todos os dias temos d'essa possibilidade. Nos paizes onde a classe media é numerosa, onde a industria a augmenta, n'ella se encontra diminuido o número da plebe e augmentado o número dos que teem interêsse pela justiça e que por ella punem: as extremidades sociaes ou não desejam liberdade porque a não conhecem, ou folgam com o despotismo porque com elle lucram. Na Russia a classe media está na nobreza, porque d'ella pela maxima parte tira a *indústria*

suas *recrutas;* a verdadeira aristocracia sai de todas as classes. Nem nos illudam os titulos de principes, a que não corresponde o mesmo vocabulo em nossas linguas do Occidente.

Em summa, a guerra dos povos é aos privilegios exclusivos, incertos, vagos e arbitrarios como a vontade de um so homem de cujo capricho manam: ella é por toda a parte a mesma, unanime. Se entre uma nação ésta classe se empenha mais na guerra, entre essoutra, outra classe; as circumstâncias particulares, a particular natureza ou constituição das sociedades produz essa differença, não a natureza da contenda, não o objecto d'ella, não o fim, não a causa. Onde ha oppressão ha revolução, onde a administração se oppõe ao espirito do seculo, á opinião dos povos,—o estado de guerra entre governante e governado existe; onde as classes que possuem e produzem trabalham *so*, as que *so* consommem governam *so*, por horas ou por dias está a peleja aberta entre ellas.

N'esse caso está a Russia, assim como todos os povos onde a illustração cresceu, a nação andou, e o govêrno ficou stacionario.

Porque não fazem os Turcos revoluções? Por-

que a nação está em harmonia com os principios do govêrno.

XXI

Guerra de Turquia.

Mas alêm d'estes motivos fortes, poderosos, irresistiveis que enlaçam os proprios Moscovitas na cadeia geral da civilização, a qual de dia em dia, a mais e mais se estreita á roda do despotismo, e ao cabo um' hora virá que o affogue de todo, alêm d'esses, uma causa, *secundária* sim mas poderosa e valente, concorria para augmentar a desharmonia do povo russo e de seu govêrno.

É ella de interessante importancia, e comquanto secundária em relação ao estado moral dos Russos, é primaria e transcendente na grande causa da Europa, talvez do universo. ([13]) Ja se ve que fallo da Grecia, abandonada e perseguida de todos os governos europeus, que infamemente quizeram sacrificar a erradas e inconsistentes politicas a nação mais illustre da terra, que a tantos seculos de glória antiga junta o heroismo e cons-

tancia que em sua moderna regeneração equivale, senão é que excede, quanto havia ahi grande em sua historia, quanto maravilhoso em suas tradições.

Esse povo, que tinha desapparecido d'entre as nações, envergonhou-se emfim de sua longa escravidão, quiz liberdade, independencia; conquistou-a, e se reconstituiu nação entre as nações. Accontecimento é este que faz epocha na historia do mundo, cujas consequencias serão importantissimas para toda a Europa. Exultaram geralmente os povos de ambos os hemispherios, e deram não equívocas próvas de seu interêsse, do enthusiasmo que tam sancta causa inspirava a todos aquelles a quem manifestá-lo foi livre. A religião consagrou tam generosos sentimentos; mas anathematizou-os a politica do chamado systema depressivo.

Mas ao successor de Alexandre não restava mais opção no presente, senão transigir com a revolução e ir auxiliá-la fora do imperio, ou ter de luctar braço a braço com ella em casa:—ou arvorar as bandeiras da civilização nos cerros do Caucaso e passar o Balkão com ella na frente, ou ter de a suffocar nos gelos do Newa. O primeiro arbitrio

era proporcionalmente facil, o segundo difficilimo, e de muito incertos resultados: Nicolau adoptou o primeiro, effeituou-o entre as acclamações dos povos, e os murmurios—direi as imprecações—dos gabinetes.

XXII

Dissolução da Sancta-Alliança.

D'este modo transigiu o novo imperador com a civilisação; e se desligou da funesta, *demobora* alliança dos reis sua fôrça, seu nervo, sua cabeça, seu podêr todo. Como os cortados membros de venenoso reptil, cuja tenaz vitalidade move e salta n'esses fragmentos ainda depois de divididos,—os membros da "alliança" se agitam, se revolvem nas últimas contorsões da agonia: mas seus esforços carecem da "unidade da vida," da simultaneidade de movimento que tinham quando unidos á cabeça: truncados, teem inda fôrça para se moverem sôbre si, e desinquietar os objectos visinhos; mas fallece-lhes a fôrça da união que os fazia te-

midos e temiveis ao longe e ao perto, em toda a parte e ao mesmo tempo.

O espirito da Sancta-alliança existe; a mesma sêde do sangue dos povos, o mesmo rancor á liberdade, o mesmo desprezo da lei de Deus, o mesmo odio ás leis dos homens o anima; porêm, como todos os espiritos emigrados dos corpos, caminha nas trevas incitando ao mal, mas sem poder effectivo e real de o fazer por suas proprias mãos.

Seja qual for o futuro proceder do imperador Nicolau, os primeiros annos de seu reinado serão sempre bemdittos dos povos. Elle quebrou a zona de ferro que appertava o mundo, e desentravou os passos da civilização da mais formidavel pea que ainda inventou a diabolica malicia dos oppressores do genero humano.

XXIII

Effeitos d'ésta dissolução.

Os effeitos da dissolução da alliança foram visiveis e sensiveis por toda a parte: a illustrada e

"condescendente" politica de Mr. Canning prevaleceu no gabinete inglez; a marcha retroactiva do conselho das Tuilherias suspendeu-se—ou pelo menos, se ahi se marchou, foi no mesmo terreno; a astuciosa raposa do Vaticano encolheu-se e cubriu mais a capa da humildade; relaxou-se um tanto a garra do tigre do Escurial; Vienna enrolou suas listas de proscripção;—até nos horisontes americanos alvejaram esperanças de quietação e ordem.

Parecia que um armisticio dos reis com os povos era concluido, e que se iam entabular negociações de paz: que a oligarchia cançada da lucta, e desenganada da impossibilidade de a sustentar por muito tempo, se resolvia emfim a propor condições e a fazer alguma concessão.

Com que allegria, com que satifacção geral não recebeu o mundo este prospecto de esperanças! Que opportuna occasião para a realeza de se reconciliar com os povos, de se fazer adorar das nações, de anniquilar a demagogia pondo segura mordaça aos oligarchas de toda a especie—que tanto os ha na parte aristocratica como na democratica das nações. O povo é naturalmente monarchico; o instincto social lhe faz amar e querer

o centro de regularidade e segurança e fôrça e protecção que a monarchia (o despotismo não) offerece. Nunca o povo se lança,—nunca o mostrou uma vez a historia—nas convulsões democraticas, senão exasperado pela tyrannia. As republicas são filhas dos abusos e excessos monarchicos: nenhuma outra causa tem fôrça ou poder de as gerar. Desde a Achaia até á Philadelphia, appontem-me na historia sabida do mundo um so exemplo em contrario. (14)

E não me digam que as concessões dos reis os teem perdido muitas vezes; que Luiz XVI, por exemplo, foi victima de sua indulgencia. É falso: Luiz XVI transigiu de fraco, acovardou, e cedeu tudo quanto d'elle exigiram; estava á borda do precipicio e inclinou-se mais sôbre elle. Quando os reis cedem ou transigem d'esse modo, appressam, em vez de a evitar, a hora de sua ruina. A monarchia ja tinha cedido á fôrça democratica: quem cedeu foi o monarcha, não ella, que ja não existia.

Differente é a sorte do soberano que transige com o seu povo emquanto tem poder e auctoridade para fazer respeitar e acceitar suas condições. Esse é como um pae de familias no meio de

seus filhos, aquinhoando a cada-um com as porções que lhe competem, que as regula e estabelece conforme a cada qual convem e ao interesse geral da familia.

Rei que assim obra, em vez de destruir a monarchia, avigora, remoça, dá nova fôrça e vida ao antigo compacto social. ([15])

Tal era a generosa e prudente resolução que nos principios do segundo quartel d'este seculo, e depois de dissolvida a infernal alliança denominada sancta, se esperava que tomassem os soberanos. Tudo parecia indicá-lo, promette-lo.

Mas se algum deu curta passada n'esse caminho, foi tal que se não percebeu,—ou de tal modo que breve se retrahiu.

Cedo os veremos recobrar do panico, e retroceder abertamente.

Um joven soberano e de nobre coração e claro intendimento, se exceptuou d'ésta vergonhosa regra. Como o imperador da Russia, o joven imperador do Brazil, apenas foi rei de Portugal, quiz transigir do modo prudente, possivel e decoroso com a revolução, se bem que por differente modo, assim como eram differentes suas circumstâncias pessoaes e as de seus Estados.

Demoremo'-nos um pouco mais n'ésta parte do quadro: é o nosso mal-azado Portugal; não corramos tam de pressa.

SECÇÃO TERCEIRA

Portugal nos fins do primeiro e principios do segundo quartel do XIX seculo.—Sua importancia moral n'ésta epocha.—Historia da Carta portugueza, desde que foi promettida em Villa-Franca em Junho de 1823.

I

Importancia de Portugal n'ésta epocha, e transcendencia das questões que ahi se agitavam.

O quadro que tenho esboçado para offerecer ao leitor portuguez um quasi mappa-mundo politico antigo e moderno, tomei-o em ponto grande, e não esmiucei exacções de circumstâncias e particularidades que não tivessem influencia no *grande todo* que era meu objecto. Assim não temos olhado senão a universalidades,—discorrido genericamente.

O exemplo dos melhores escriptores, a ingenita

propensão e pendor do ânimo levavam todavia a demorar a penna pelos limites de nossa terra: como o que examina ou desenha uma carta geographica vai naturalmente de mais vagar com o compassso por onde ella lhe representa seu natural. Agora porêm, e n'este ponto de meu trabalho, não é so esse indefinivel e incontrastavel instincto, essa inclinação do ânimo, que me fazem individualizar mais as coisas portuguezas, e considerá-las com mais especificada attenção. Aqui é a relevante importancia dos accontecimentos, o transcendente da questão, a magnitude de seus resultados politicos, de sua influencia na causa da humanidade, que me fazem ser prolixo.

Estava reservado ao pequeno Portugal situado no angulo mais occidental da Europa, o dar á Europa e ao universo mundo o espectaculo maior, mais tremendo e mais extraordinario de que ha lembrança,—não direi já na historia, mas nem siquer nas tradições de nenhum povo da terra.

Bastantes revoluções tem visto o mundo, assás fertil de commoções politicas teem sido estes ultimos seculos; assás de crimes e horrores,—de virtudes e heroicidades matizam a historia das nações antigas e modernas. Mas o spectaculo de

uma nação immolada, assassinada por defender seu legítimo soberano, perseguida por todos os reis da terra por ser fiel ao seu rei—é exemplo novo e terrivel, cujos resultados funestos, todavia mais o serão aos reis do que aos povos, e virão a ter sôbre os destinos da Europa uma influencia tremenda, que a imaginação não póde encarar sem estremecer;—é abysmo em cuja profundidade se perde o pensamento;—é prespectiva por onde os olhos do mais indifferente spectador se alongam em busca de um futuro que, vago e indeterminado, nem por isso aterra e espanta menos.

As circumstâncias do sacrificio de Portugal são inteiramente novas; é um documento de perfidia tam unico e singular, que nem a entrega dos Sicilianos ou a de Parga, nenhum dos outros exemplos do perjurio e má fe dos gabinetes lhe é comparavel.

A Europa atterrada e escandalizada ahi ve confundidas todas suas ideas de moral pública e direito recebido: a confiança dos povos cessou, as garantias dos reis foram quebradas. Cahiu de todo a máscara á oligarchia. Os reis, sem vontade uns, sem deliberação outros para remediar este mal, como sua honra e interêsses exigiam, prefe-

riram fechar os olhos para o não verem. As revoluções, que minam o coração da Europa, a oligarchia, que o affoga com um laço de ferro, se approveitam d'esta indifferença e impotencia dos reis para puchar cada uma para seu lado. As consequencias hão de espantar o mundo.

Consagremos a este importante assumpto a terceira e quarta secção do presente ensaio.

II

D. João VI promette uma Carta, e quebra a palavra real.

D. João VI havia promettido uma constituição aos Portuguezes, solemne, espontaneamente, sem ninguem lh'o pedir ou exigir, sem que o povo tivesse na occasião da promessa voz para tal pedir, —fôrça para tanto exigir.

Maus conselheiros em casa, perfidas intrigas de fóra subjugaram o ánimo facil e timido do amargurado soberano. O rei retractou deslealmente a promessa, faltou vilmente á sua palavra com pouca glória para seu nome, sobeja deshonra para os que tal lhe acconselharam, e para longa, incalcu-

lavel desgraça de seus subditos, ruina do reino e perdição de sua propria familia. Todas as desgraças que Portugal hoje soffre, todas as que ainda soffrerá provéem d'aquella errada e desleal politica. (1)

III

Consequencias d'ésta falta de fé.

A revolução pois não foi neutralizada como devia ser; continuou portanto quasi seis annos continuos, e deixando apenas durante esse periodo alguns intervallos, não de socêgo e ordem, mas d'aquelle lethargo mortal em que descahem os infermos quando a natureza exhausta da agitação de febre violenta, cede e repousa forçadamente; não porque abrandasse o mal, mas porque fallecem as forças para o padecer em toda a violencia d'elle.

IV

Revolução de 30 de Abril.

Mas a revolução durava sempre: sentia-se o ranger do edificio social, que a todo o instante

ameaçava cahir, e esmagar debaixo de suas ruinas um govêrno mal acconselhado e um povo infelicissimo. Não tardou um anno que o espirito vertiginoso das facções que se agitavam no coração do paiz, não rebentasse tremendamente. Em 30 d'Abril de 1824 o infante D. Miguel apparece á testa de uma soldadesca desenfreada e rodeado dos mais profligados homens que infectavam a capital, quebra todas as leis e respeitos da natureza e da sociedade, e impõe mãos violentas sobre seu proprio pae e soberano. O desafortunado João VI é feito prisioneiro de seu proprio filho em seu proprio palacio: sua morte decretada em pleno conciliabulo apostolico, a que preside, para eterna vergonha da purpura e do sexo, a rainha sua esposa.

O assassinio do marquez de Loulé, camarista do rei, assassinio commettido dentro do mesmo palacio, tinha sido o *coup d'essai* do joven e real assasino, que familiarizado com o crime, e avido de sangue mais illustre, so lhe faltavam, para ser o idolo da facção apostolica, as honras do parricidio!

Tudo estava prompto; proclamações impressas, impressa uma pastoral do patriarcha de Lisboa

em que se publicava com affectada e ridicula mágoa a morte do rei, attribuindo-a aos pedreiros-livres. . . emfim não havia *jonglerie* jesuitica que para esta sanguinosa farça não estivesse preparada. A decidida e firme attitude do corpo diplomatico (2) fez vacillar o real parricida: o plano suspendeu-se, e algumas hecatombes de victimas, escolhidas entre as mais distinctas pessoas de todas as classes, foram destinadas a supprir o logar da victima real no altar do fanatismo irritado.

Pôde porem o rei fugir de seu palacio occultamente e salvar-se a bordo de uma das naus inglezas surtas no Tejo. A fôrça da opinião e o medo fizeram o resto: o infante cedeu; sua terrivel mãe esbravejou e bramiu, mas foi obrigada a ceder tambem: ella presa, elle banido para longe de Portugal, cuberto das maldicções de seu pae e seu rei, e das pragas de um povo inteiro, que por um momento esqueceu todas as suas desgraças e padecimentos para se embriagar na alegria que a separação de tal principe lhe causava.

Os representantes de todos os soberanos da Europa foram testimunhas d'estes successos, e actores em algumas das estranhas e nunca vistas scenas que Lisboa appresentou n'aquella memoravel

e para sempre horrorosa epocha. Nós invocâmos seu testimunho, nós os convidâmos a desmentir éstas asserções se em a minima circumstância ellas se apartam da mais stricta exacção historica. (3)

Que o digam esses procuradores de todas as Realezas da Europa; que o digam elles se não viram um reino todo ameaçado de sua total destruição, centenares de nobres, de pessoas de todas as distincções presos, lançados nas masmorras pelas proprias mãos de um principe que não duvidava exercer as funcções de beleguim, como não duvidaria (nem duvidou) exercer as de carrasco! Que o digam elles se não viram tanto honrado Portuguez sem mais crime que o de ser fiel ao rei e não quererem conspirar em sua morte e desthronização, arrastados entre a soldadesca, insultados e atormentados por ella e pelos sbirros de D. Miguel, conduzidos por fim em tumultuosa caravana de todas as prisões da capital para o logar destinado ao supplicio—antes ao martyrio. Que digam elles se não viram os proprios ministros do rei presos e insultados do mesmo modo; se não viram o miseravel e ancião monarcha com sentinellas á vista no palacio de seus antepassados: sua esposa

abominavel gosando antecipadamente de sua deposição ou de sua morte, e dando ordens como se ja ella empunhára o sceptro arrancado das mãos do immolado soberano:—seu desnaturado filho animando os soldados, concitando a plebe, mandando fazer fogo sobre o povo leal, entrando nas casas pacíficas dos cidadãos para insultar, prender, e espalhar a desolação e o horror em todas as classes, por toda a parte.—Que digam elles se quando por sua nobre resolução o rei foi libertado seu criminoso filho e esposa presos, se não viram rebentar por toda a parte o enthusiasmo, a alegria, o júbilo, a exultação geral.—Éstas scenas estão mui proximas para ser esquecidas: toda a Europa se recorda ainda d'ellas com horror e espanto.—E eisaqui o homem que os soberanos da Europa queriam impôr sôbre o desgraçado Portugal, lisongeando a infeliz nação com ideas de conciliação e socêgo! (4) Eisaqui o principe que ousa invocar a opinião do povo portuguez, dizer-se elevado por ella ao throno usurpado! Eisaqui o principe com quem se julga possivel transigir, que ainda acha indulgencia (mais,—protecção) nos gabinetes "illustrados" da Europa *realista* e *legitima!* (5)

V

D. Miguel banido de Portugal.—Suspende-se a revolução.

Portugal no emtanto alliviado da odiosa presença do infante D. Miguel, e vendo atravez dos ferros a raiva impotente de sua implacavel mãe, começava a respirar um tanto e a conceber alguns longes de esperança, de paz e melhoramento. A vida do rei porêm era o unico e debil nexo que ainda tinha os elementos do Estado paraque se não dissolvessem completamente. Mas o Estado estava corrupto, o moral da nação podre, os vinculos da religião quebrados, o egoismo geral predominante; tudo ameaçava dissolução proxima.

Era em verdade a vida do rei o unico talisman (lhe chamarei) que miraculosamente prendia os partidos. Temia-se e tremia-se com horror de ver chegar o momento fatal de sua morte, em que as facções desaçaimadas de todo o freio rompessem de novo a guerra aberta da anniquilação, e viessem sôbre o sepulcro real disputar-se os restos lacerados e andrajosos de uma purpura ensan-

guentada, de um senhorio nominal, da posse de um outro sepulcro, mais vasto, mas não menos sepulcro,—o desgraçado Portugal.

VI

D. João VI congraçado com seu filho D. Pedro.

Durante este tempo a revolução do Brazil, melhor guiada que a da mãe patria, tinha visto um principe generoso e sabio,—que formava o perfeito contraste com seu parricida irmão—pôr-se á frente de seus movimentos, contê-la, subjugá-la e, para me servir de uma expressão poetica mas n'este caso propria do objecto: bradar aos elementos revolucionarios: "Suspendei-vos, respeitae os limites que vos impuz."—Emquanto o segundo genito do rei João VI deshonrava na Europa monarchica a realeza, desacreditava e offendia a legitimidade; seu primogenito na America republicana salvava essa legitimidade, instaurava a monarchia, e fazia amar a realeza.—

Certamente o levára a ambição; mas não igno-

bil ambição fôra essa: certo foram irregulares seus primeiros passos; mas a muitos o forçaram circumstâncias, e erros alheios. Sem dúvida pareceu que infectado da lepra do despotismo europeu, o joven principe americano se ia oppor á torrente da civilização. Mas não foi assim: D. Pedro poz-se á frente d'ella para a conter e dirigir, não para a comprimir. Muito lhe deve a realeza; muito mais o povo brazileiro. Duvidam? Lançem os olhos á roda de si; vejam o que vai por seus visinhos. (6)

D. Pedro salvou o Brazil da anarchia, e conservou em sua familia a coroa. D. João VI sanccionou depois quanto seu filho havia feito. É vergonhoso e indecente aquelle tractado: mas sob cujos auspicios foi elle feito!.. (7)

Segundo os recebidos principios da legitimidade, e conforme suas strictas regras, os actos de 1825 firmaram a independencia do Brazil, e anticiparam a accessão do herdeiro da coroa de João VI áquella parte da mesma coroa que elle tinha salvado, que sem elle se teria perdido, cuja existencia, comquanto arriscada, so a elle era devida. Pela parte de João VI este acto não so foi generoso e prudente mas justo: o herdeiro de to-

dos os seus estados lhe tinha salvado a melhor parte d'elles: o pae agradecido concedeu o gôso immediato d'essa *parte* a quem por sua morte devia hèrdar o *todo*. Tal é o *pensamento* d'aquelles dous memoraveis diplomas.

Por expressas e formaes palavras diz o soberano *legitimo* de Portugal e do Brazil que elle cede desde já em seu filho primogenito, principe real do reino unido de Portugal, Brazil e Algarves, a immediata e plena soberania do Brazil, que por aquelle acto fica constituido imperio independente. Todo o homem sensato pasmará que fosse d'este acto que se pretendesse tirar o principal argumento da impossibilidade legal de D. Pedro para succeder na coroa de Portugal, que seja do proprio merecimento e serviços feitos á legitimidade pelo herdeiro de João VI, serviços reconhecidos e galardoados por seu pae e soberano, que se pretenda argumentar em favor da usurpação de seu irmão! (8)

*

VII

Accessão de D. Pedro IV á coroa de Portugal.

Exhausto porêm de fadigas e desgostos o infêrmo e attribulado rei não promettia longa vida. O momento tam temido de sua morte chegou em fim e veio inesperado. Morreu João VI; e de tam breve infermidade, que nem tempo deu para se medir toda a profundez do abysmo em que sua morte ia despenhar os Portuguezes. N'esse instante os olhos todos, e não so de Portugal mas da Europa inteira, se voltaram para a America. Um joven soberano, cuja actividade, energia e grandeza d'alma por todos os partidos era reconhecida, fixou as attenções de todos, attrahiu as esperanças de muitos, e impoz respeito a não poucos. Animados uns, receosos outros, mas anciosos e impacientes todos, permaneceram todavia tranquillos aguardando a deliberação do imperador do Brazil, cujo indisputavel direito á coroa de Portugal ninguem se atrevia ainda então a negar, ou se lembrava siquer de disputar. (9) Poucos

dias antes de sua morte, e ja quando impossibilitado de governar o Estado, João VI havia nomeado um governo provisorio para reger durante sua impossibilidade, e por sua morte se immediatamente se seguisse. ([10]) D'este governo, presidido pela infante D. Isabel Maria, fazia parte o duque de Cadaval, o conde de Barbacena e alguns outros que depois mais se declararam pela traição e usurpação. E todavia esse mesmo governo reconheceu o legítimo herdeiro da coroa, o proclamou, em nome d'elle passou os seus actos todos, com sua effigie e em seu nome mandou cunhar moeda, e emfim lhe enviou uma deputação a prestar homenagem em nome da nação e do governo. ([11])

Durante cinco mezes que durou este estado de coisas nem uma voz se levantou para suscitar a minima dúvida sôbre os direitos de D. Pedro IV: sua propria traidora mãe, seu proprio perfido irmão o reconheceram e lhe juraram obediencia como a seu legítimo soberano. Nem na capital nem nas provincias nem em nenhum corpo do exército houve o minimo signal de reluctancia ou de sublevação; tudo aguardou tranquillo as ordens do soberano legítimo, que todos reconheceram como tal, sôbre cujos direitos ninguem pen-

sava que pudesse haver controversia. A exemplo de seu proprio reino, os soberanos das outras nações da Europa reconheceram o novo monarcha que pelo principio hereditario e segundo as mais strictas regras da legitimidade naturalmente succedia a seu pae.

VIII

Outorga da Carta por D. Pedro IV.

Mas o joven e generoso seberano, que por sua extraordinaria e gigantesca fôrça de ânimo tinha firmado uma monarchia no coração de todo um mundo democratico, que desinteressado e grande tinha mais ambição de nome e glória que de accumular Estados e dominios, apenas soube officialmente que havia succedido em toda a plenitude da coroa de seus antepassados, assentou de dar ao mundo uma próva brilhante e rara de seu grande coração e da nobreza de sua alma. Perdoar a todos os desvarios politicos, esquecer todas as offensas, ceder parte de sua coroa para fazer a

felicidade e estabelecer a independencia de duas nações, ([12]) pôr-se na altura do seculo, transigir com as necessidades dos povos fechando para sempre a porta das revoluções, e da arbitrariedade que os gera: tal foi o grande e generoso pensamento de D. Pedro IV apenas assumiu a soberania legitima de todos os Estados que formavam a coroa de seus maiores e a sua.

Uma amnestia que até a seu culpado irmão comprehendeu, uma Carta moldada pelas mais prudentes e avisadas da Europa, foram os primeiros actos de soberania que exerceu. Depois de ordenar tudo quanto convinha ao bem-estar e prosperidade futura de sua patria, combinando os interesses da nação com o decoro e stabilidade do throno, D. Pedro IV abdica a coroa de Portugal em favor de sua filha D. Maria da Glória, que nascida durante a perfeita união de Portugal e Brazil, nascida em dominios portuguezes, era princeza portugueza, e como tal, e na falta de varão, a legítima herdeira do throno de D. João VI, ainda quando fosse possivel provar-se que por impedimento physico ou moral D. Pedro não podia succeder a seu pae. ([13])

Não contente de haver perdoado a seu indigno

irmão, e para remover todo o pretexto de desasocego e perturbação em Portugal, D. Pedro lhe outorgou com a mão da joven rainha todo o quinhão que rasoavelmente lhe podia ceder na herança paterna—o titulo e dignidade real. Tanta generosidade devia confundir os inimigos mais assanhados: mas as gentes da facção apostolica não são homens com quem se transija, com quem se possa tractar de boa-fe e com grandeza d'alma: incapazes de os sentir e avaliar, não sabem nem podem corresponder a procedimentos generosos.

IX

Traição do govêrno de Lisboa.—Jura-se a carta.

Chegou a Lisboa a noticia da determinação real; e a primeira perfidia dos que então governavam foi divulgar a falsidade de que D. Pedro IV tinha abdicado em favor de seu irmão. Deixou-se circular e tomar corpo ésta notícia para seduzir alguns soldados ignorantes, e tentar a obra da rebellião, que immediatamente foi resolvida nos te-

nebrosos conciliabulos apostolicos apenas se soube que o soberano legítimo, querendo desempenhar a palavra real de seu pae dada em Villa-franca, outorgava uma Carta aos Portuguezes.

O governo dividido em partidos vacillava; a população leal de Lisboa murmurava; os symptomas de rebellião em alguns corpos do exército aterravam os amigos da ordem; em fim o governo decidiu-se a publicar e cumprir as ordens do soberano em cujo nome regía.

X

Intervenção ingleza.

Não veio porêm facil nem prompta aquella juncta de traidores a tam penosa obediencia. Foi necessaria a intervenção estrangeira paraque ministros portuguezes consentissem na felicidade de Portugal. Que terrivel documento! Quando hade elle esquecer em Portugal! Quando hade o povo portuguez riscar da memoria ésta nova injúria de seus oligarchas!

Pela primeira vez desde que estamos sob a tutela ingleza, se exerceu ella sem ser para nosso mal e ruina. ([14]) O facto é unico e extraordinario; merece explicação.

Inglaterra lucta desde a paz de 1815 com uma dívida espantosa, e com a quasi impossibilidade de a remir. Para o fazer precisa reformas: mas a omnipotente oligarchia não as tolera: menos tolera a nação o peso dos tributos que a esmagam. O partido racional e moderado propõe transacções: nem essas querem os Ultra-toryes. N'éstas circumstâncias obtem ascendencia no gabinete britannico um homem de extraordinarios talentos e poder de eloquencia. Sua carreira politica tinha sido obliqua e tergiversadora atelli: mas as circumstâncias de Inglaterra—as do mundo tambem—appertavam de hora a hora... Canning decidiu-se: tinha a optar entre a fortuna e a glória: seu ânimo nobre escolheu a última. Todos os preconceitos, todos os privilegios, todos os abusos domesticos e estranhos, se levantaram contra elle. A grande crise era chegada: o grande genio de Canning bem a viu, bem a conheceu: arrostou com ella, arvorou o estandarte da civilisação—e aos brados d'aquella voz eloquente, a opinião

de toda a Europa, de todo o mundo, se levanta, se reune emtôrno do Demosthenes moderno. Mais um momento de constancia, e o incruento triumpho da liberdade ia completar-se. Mas Canning vacillou, hesitou... E no instante que hesitou, sua quéda era certa, o addiamento da causa da humanidade infallivel. Sua morte foi prematura, mas a victoria da oligarchia tinha sido anterior a ella; se tivera mais dous mezes de vida, não os vivera no ministerio.

A Carta portugueza viera no princípio de sua lucta, quando ainda lhe não fallecera resolução: d'ahi foi protegida ao principio, abandonada depois. (15)

Cedo veremos como a reacção da oligarchia ingleza involveu em suas proscripções essa mesma Carta que a influencia ingleza sustentára.

XI

Conjuração da oligarchia europea contra a Carta portugueza.

Mas a formidavel seita europea que desde Petersburgo até Lisboa, desde Roma até París, cons-

tante, infatigavel, nunca desanimada persegue os reis e os povos, desvaira uns e outros, empece e damna todo o bem, promove e agita todo o mal, ésta formidavel e abominavel seita não ficou tranquilla. Era terrivel exemplo para a Europa ver um rei amado cordealmente de seu povo, um povo verdadeiramente felicitado por seu rei. Negar abertamente a legitimidade de D. Pedro não era ainda possivel: todos o tinham reconhecido, ninguem tinha suscitado dúvidas! Denegar a um rei absoluto o direito de restabelecer as antigas fórmas da monarchia, accommodando-as ao tempo e necessidades da nação, vedavam-n'o os principios consagrados nos congressos de Vienna, Troppau e Laybach, vedava-o a *legitimidade*, que ainda então não era tam *condescendente* como depois se tem mostrado para tudo o que *não é povo*. ([16]) Restava pois um unico meio: excitar o descontentamento em Portugal, promover a guerra civil, complicá-la com a melindrosa posição de Hespanha e França, dar aos negocios particulares de Portugal importancia europea, generalizá-los, complicá-los, enredá-los bem com os diversos e encontrados interesses das potencias continentaes, seduzir os gabinetes, illudi-los com falsas

relações, e forçar, se possivel fosse, a intervenção estrangeira. (17)

Este foi o primeiro plano da oligarchia e de seus ministros, os apostolicos de Portugal e Hespanha—e tambem de França; plano que depois foi alterado em parte quanto aos meios, mas que substancialmente se conservou sempre o mesmo. Tam bem lhes medrou este plano a princípio, que ja começavam a cantar victoria. A immensa quantidade de Portuguezes que haviam seguido a ordem de coisas estabelecida desde 1820 a 1823 era um dos instrumentos de que pretendiam servir-se. Estes, suppunham elles que formavam um partido, e que sería facil desvairá-lo com projectos loucos. Mas ahi se enganaram puerilmente: tal partido não existe em Portugal. Exceptuado algum homem obscuro e de nenhuma influencia, toda a grande maioria (18) da nação portugueza, desejando o systema representativo monarchico, conhecia os defeitos e inconsistencia do ensaio que se havia feito de 1820 a 1823: (19) uns o conheceram sempre, outros se tinham desenganado pela experiencia: ninguem cahiu no laço mal armado, e as machinações dos inimigos da ordem foram estereis. Ao contrário as pessoas mais distinctas

em todas as opiniões ([20]) por nascimento, por saber, por influencia, por suas riquezas, formaram causa commum, ou antes, abandonaram todo o partido para se reunir emtôrno do throno e da causa nacional para sempre inseparavel da causa do soberano legítimo.

Desesperados por este espirito de união que geralmente prevalecia, lançaram-se ás mais baixas classes da sociedade, que todavia não estavam menos decididas pela causa legítima, em cuja inexperiencia porêm julgavam achar melhor elemento para seus projectos. Foram vistos seus emissarios no meio do povo em occasiões de público regosijo e concurrencia, excitando-o a desacatar as auctoridades com o pretexto de que eram traidores á causa, e outras sugestões; mas apenas conseguiram fazer soltar alguns brados loucos e incivis de meia duzia de homens obscuros, a quem os mais graves censuraram asperamente, de quem se riram com boa vontade os de pensar mais ligeiro. Por este lado eisahi o unico fructo de seus trabalhos.

XII

Traição do ministerio da infante regente.

Voltaram-se então a desmoralizar o exército, cuja pouca disciplina dava azo para isso. E logo em Lisboa, depois em algumas outras terras do reino conseguiram seduzir porções de alguns corpos: mas sem mais resultado que a de os levarem fugidos para Hespanha. E ahi se limitaria a debil e forçada reacção do partido apostolico em Portugal se o ministerio portuguez fosse leal e firme, e da parte de seus alliados houvesse boa-fe. Mas nada d'isso succedeu. Tibieza de acção, e incerteza de principios em casa, e traição de fóra deram corpo á rebellião. Protegidos, municiados em Hespanha os rebeldes entraram em Portugal talando, arrazando tudo; e a destruição que os precedia aterrando os povos, a frouxidão do govêrno animando os inimigos do rei e os desaffectos: ao systema, involveram quasi duas provincias: e mais teriam progredido se a decisão de alguns generaes, que por isso mesmo foram

malvistos e quasi perseguidos pelo govêrno, lhes não pozesse limites; e os não desfizesse completamente. Mas apenas batidos, entravam no territorio hespanhol, ahi achavam refôrço de armas, até de officiaes, de tudo; e ei-los que voltavam outra vez por outro lado da raia, fatigando por este modo as tropas leaes, e tornando, para assim dizer, eterna ésta guerra.

Quando fallo do ministerio portuguez d'então, não intendo decerto a totalidade d'elle; porque alguns ministros houve e por alguns intervallos, que foram fieis á causa nacional; porêm os membros predominantes do ministerio, uns abertamente foram traidores, outros so por ella faziam o que sem manifesta rebeldia não podiam deixar de fazer. Poucas excepções honradas podêmos fazer em um ministerio cujos individuos foram por vezes alterados, sem se alterar com tudo o espirito predominante de traição e perfidia que o animava. ([21])

XIII

Auxilio inglez.

Não seria difficil mostrar que o auxílio pedido por este ministerio á Gran-Bretanha foi um dos meios que sua traição empregou, paraque aterradas com sua chegada as tropas rebeldes se refugiassem e se conservassem em Hespanha esperando a occasião opportuna, e por outro lado o espirito nacional comprimido, como o comprimia e avexava e perseguia o ministerio, se não desinvolvesse, e para o futuro, quando o exército inglez se retirasse, cahissem os animos em desalento, e ninguem ousasse resistir ao que se preparava ha muito e comeffeito veio a succeder d'ahi a um anno.

Não sei com que tenção se deu o auxílio: com ésta foi elle pedido.

O certo é que as tropas auxiliares nada auxiliaram nem precisaram auxiliar; e que quando seu auxílio era verdadeiramente necessario, retiraram-se; e com a influencia moral d'ésta retirada

fizeram mais do que todos os apostolicos junctos na causa da usurpação e do usurpador.

XIV

Moderação do partido constitucional.

Todavia socegadas as provincias, e expulsas as reliquias dos rebeldes, que em fim se aquartelaram tranquillamente em Hespanha, alguma esperança de repouso começou a haver; e comeffeito algum se gosou durante parte do anno de 1827. As camaras tinham sido convocadas, e sua moderação *désespérante* (22) (como lhe chamava um diplomata do Norte) não dava logar ás accusações, que tanto se desejavam, de demagogia e jacobinismo. Consolidava-se, quanto o permittia o ministerio traidor, a causa d'elrei; e vagarosamente e tergiversando se fazia algum progresso no systema representativo.

Mas as raizes do cancro apostolico de tal modo se enlaçaram no coração do Estado, estendendo-se pelos membros influentes do ministerio e de am-

bas as camaras, que o espirito nacional era comprimido, e nenhuma providencia legislativa ou governativa se tomava para estabelecer o systema constitucional, para o fazer conhecido, e portanto querido das massas não-pensantes; muito menos para crear instituições que o garantissem e defendessem.

Na camara dos deputados recrescia todos os dias a tumultuaria confusão de propostas de lei ou inuteis absolutamente, ou de secundária utilidade, ou comparativamente inuteis e absurdas.

As intrigas dos inimigos do systema representativo tinham prevalecido em excluir da camara electiva os homens de verdadeiro saber e verdadeiro amor de liberdade que a nação contava: exceptuados alguns poucos dignos e honrados representantes, a maioria da camara era composta ja de loucos e interesseiros demagogos cujo procedimento posterior bem mostrou a natureza de seu liberalismo,—ja de mediocres talentos, de perfunctorios e vagos conhecimentos,—ou de homens ambiguos, sem patriotismo, sem virtudes civicas, que nem tinham fôrça igual a sua vontade de destruir as instituições que não amavam, nem ânimo para as fazer progredir se de

coração as quizessem. De taes elementos formada a pseudo-representação nacional forçosamente havia de ser o que foi: um ajuntamento confuso sem alma nem ordem, onde tudo se propoz, mal se discutiu, e nada se assentou. ([23])

Em fatal harmonia com ésta repugnante desharmonia estava a camara hereditaria, cujos membros quasi todos abhorreciam o systema que os tinha feito, a elles indignos, de abjectos escravos de palacio que eram, magistrados hereditarios e legisladores natos de sua patria. Funcções tam altas e honrosas, nem as conheciam nem as avaliavam nem as prezavam: como—se a falta de educação lh'o vedava, se o antigo espirito de independencia, que tanto distinguia e characterizava outro tempo a fidalguia portugueza, tinha morrido lentamente com dois seculos de servidão *palacega*, de dependencia e immoralidade politica!

Tanto maior honra para as nobres excepções que d'ésta vergonhosa regra fizeram os honrados pares que em 1828 resistiram ás seducções e terrores da usurpação, e vieram no exilio e nas privações resuscitar a antiga fama da nobreza de Portugal.

Infelizmente porêm a regra prevalecia em nú-

mero e poder ás excepções: e se a camara electiva, por desunida e mal composta, pouco fazia,— a hereditaria, por hostil e adversa ao rei e ao povo, nada fazia nem deixava fazer.

O ministerio podia ter neutralizado parte d'este mal se houvesse tomado seu logar no systema representativo, o logar que naturalmente, que forçosamente lhe compete a elle tomar, para estabelecer o equilibrio dos poderes do Estado. Se o ministerio portuguez tivesse então feito sua obrigação, frequentando as camaras, tomando parte nas discussões, fazendo as propostas necessarias, oppondo-se ás inuteis, appoiando as de immediata precisão, sustentando em uma camara o que na outra tivesse feito approvar, fazendo-se por este modo o nexo legal, necessario entre a parte democratica e a aristocratica da legislatura, e entre a coroa, cujos procuradores são os ministros para com a mesma legislatura na monarchia representativa,— a defeituosa composição das duas camaras sería em grande parte remediada e contrabalançada; e apezar d'ella, muito bons resultados se poderiam ter tirado. Mas se uma das camaras não sabía querer, se outra não queria o systema representativo, o governo era seu mais cruel, mais

traidor e mais desleal inimigo. Que se podia esperar de uma ordem de coisas em que taes elementos se faziam guerra de cahos! (24)

XV

Commoções populares excitadas pela perfidia e traição do govêrno.

N'este estado de coisas occorreu a infermidade da infante regente; e o ministerio traidor que então pesava sôbre o desgraçado Portugal, immediatamente lançou mão d'ésta circumstância para unir suas representações ás dos inimigos internos e externos de D. Pedro, e lhe surprehenderem a nomeação de D. Miguel á regencia. Não tardou que lhe não constasse terem conseguido seu fim. Desde esse môment rasgaram completamente a máscara; começou a perseguição dos liberaes aberta e declarada, a protecção manifesta e sem rebuço aos infantistas. Deu-se-lhes liberdade pública de conciliabulos e de imprensa; coarctou-se mais e mais, negou-se completamente aos do partido nacional. (25)

Nos ultimos dias de Julho a traição foi tam manifesta, a indignação pública tam exacerbada, que rompeu nos tumultos populares, cuja origem e circumstâncias tam desfiguradas foram pela calúmnia apostolica e pela mentira do governo que os promoveu. A demissão do general Saldanha, com a qual esses tumultos romperam, foi a occasião immediata, mas não a causa d'elles. A traição do ministerio, a conspiração das auctoridades todas haviam ha muito tempo excitado o fermento do odio nacional: aquelle incidente não fez mais do que appressar e dar desafôgo ao rompimento. Não houve excessos commettidos por esse tumulto: mas elle mesmo era em si um excesso; não o justificarei. O povo não fez mais do que reclamar contra a manifesta deslealdade do governo, cujas consequencias tam bem presentia, e tam horrosamente se verificaram. O governo fez quanto pôde para levar o povo a perpetrar algum desacato: animaram, fomentaram, instigaram; mas nada conseguiram. Pouco costumado a reagir contra a auctoridade, pouco iniciado nos principios da resistencia legal, o povo bradou mas callou-se logo; fiou-se nas promessas e protestações que lhe fizeram de que se não attentava contra as insti-

tuições: outra vez o illudiram, e outra vez cahiu no embuste.

Este accontecimento regozijou infinitamente a facção apostolica; deu-lhes pretexto para a nova e mais declarada perseguição; nada podia vir mais a ponto. Comeffeito centenares de pessoas foram presas na capital e por todo o reino; pronunciados bispos, grandes, pessoas de todas as classes e distincções, os que mais tinham desapprovado e reprovado aquelles tumultos, os mesmos que maiores esforços haviam feito para os dissipar.

A imprensa mereçeu, e com razão, os primeiros ataques da facção. Contra o expresso direito da Carta, a imprensa gemêra sempre debaixo da estupida censura de alguns frades, que o governo tivera o cuidado de escolher como proprios carrascos de tal padecente. Mas tanta era a justiça da causa, tanta era em geral a prudencia e moderação dos escriptores, que ás vezes escapavam ás tesoiras censorias um ou outro paragrapho que illustrava o povo, e mettia frouxo clarão pelas trevas com que para o cegar e desvairar o rodeavam. Mas nem esse debil reflexo convinha aos apostolicos, nem esse clamor sumido que es-

capava a caso por alguma fisga das mordaças da censura evitou a proscripção. Todos os editores e redactores dos jornaes, muitos dos censores foram lançados em masmorras, e decidida assim com um *coup d'état* á Polignac a questão da liberdade da imprensa. (26)

Que mais faltava a D. Miguel? O caminho estava feito, os degraus do throno desembaraçados; era subir e sentar-se.

XVI

Regencia de D. Miguel.

Preparados assim os espiritos com o terror da perseguição, appoiado o governo traidor sobre as baionetas estrangeiras, collocadas em todas as provincias auctoridades de conhecida adhesão ao absolutismo e ao futuro usurpador, tranquillamente esperaram por elle, engodando a nação com esperanças de paz, e espalhando com arte por todas as vias diplomaticas que so a regencia do infante podia fazer cessar o estado calamitoso de Portugal. (27)

Chegou elle; e no proprio dia de seu desembarque começaram os gritos da rebellião dados pela mais infima canalha que o intendente da policia assoldadava a tanto por dia.

O povo ficou tranquillo, e em seu expressivo silencio reprovava taes escandalos; a tropa castigou alguns dos gritadores: mas o governo não dava providencias; as auctoridades dissimulavam; e os tumultos progrediam. Estes ajuntamentos porêm eram somente emtôrno do palacio e nos mesmos atrios d'elle, nenhum d'esses bandidos ousava vir gritar a outras partes da capital; so debaixo da protecção e sob os olhos mesmos do principe se atreviam a cometter seus desacatos. Durante um mez continuaram os alvorotos, que não perturbaram, é verdade, o repouso da cidade, porque o espirito da população era contra elles e contra o motivo d'elles, mas presentavam nas vizinhanças do paço o spectaculo mais indecente que ainda até hoje se viu. Após os gritos vieram os insultos e as vias de facto. Pares do reino, nobres, magistrados, até embaixadores estrangeiros, pessoas de todas as distincções foram insultadas. A turba desenfreada, á face do logar-tenente de D. Pedro IV gritava: "morra D. Pedro IV, morra

a Carta, viva D. Miguel absoluto!" Os criados do paço eram os que mais figuravam e se distinguiam n'éstas vozerias e insultos; e o infante abertamente os accolhia com agrado, e os animava com a mais decidida approvação. ([28])

XVII

D. Miguel jura a Carta, começa a reger, e a promover a rebellião.

Depois de alguns dias de indecisão, o infante prestou emfim em sessão real das duas camaras reunidas o juramento de fidelidade ao rei e á Carta, e de governar o reino conforme a auctoridade delegada por seu augusto irmão. Mas os tumultos do paço continuavam, e antes cresciam: tentaram-se todos os meios de seduzir tropas, mas o espirito d'ellas era excellente; nada foi possivel. Emfim o usurpador se deliberou a começar suas operações. A camara dos deputados sem motivo, nem siquer pretexto, foi dissolvida; começaram as destituições nos cheffes dos corpos do exército

e nos magistrados territoriaes das provincias; nos quaes logares todos foram postos rebeldes conhecidos da facção do infante. Tudo assim preparado, ordenou-se por circulares aos corpos municipaes que dirigissem unanimente representações ao infante pedindo-lhe a abolição da Carta e que se declarasse elle rei absoluto. Estes corpos, que são constituidos por um velho tribunal estabelecido na capital com o nome de "Desembargo do Paço," em cuja formação não entra hoje absolutamente em a nada a escolha do povo, erigiram-se em representantes do povo, e se arrogaram auctoridade constitutiva,—ou antes, tomaram a que pelo governo se lhe insinuou que tomassem. Para logo de muitas municipalidades do reino vieram essas representações; até que finalmente a de Lisboa, que nem siquer é composta de habitantes da terra, mas de magistrados (desembargadores) nomeados pelo governo, deu o exemplo de proclamar publicamente rei o infante D. Miguel no meio das gritarias de algumas duzias de homens da mais baixa ralé da capital, sem que a este acto burlesco e infame concurresse nenhum homem respeitavel, nem uma so pessoa de consideração, salvo alguns

dos velhos desembargadores que compoem a pretendida municipalidade. ([29])

XVIII

Protecção ingleza.

No emtanto as machinações estrangeiras tinham preparado fóra o que em casa estava quasi feito. A politica do gabinete inglez, que ja em vida de Mr. Canning começára a variar, mudou completamente com sua morte. A oligarchia ingleza, que tam reluctante cedêra á vigorosa compressão em que a tinha aquelle ministro habil e illustrado reagíra poderosamente apenas o viu moribundo, e veio como o asno da fábula insultar o leão agonizante. Seus naturaes alliados, a oligarchia franceza, a austriaca, a de todo o mundo lhe deram a mão, e ajuntando os dispersos elementos que na dissolução da sancta alliança tinham ficado sem nexo e derramados pela Europa, formaram uma liga ainda formidavel e poderosa, comquanto ja sem aquella unidade e nexo que lhe

dava a primitiva alliança. Um dos primeiros pontos em que a funesta coallisão conveio foi a destruição da Carta portugueza. (30) As tropas britannicas, que tinham tido ordem para evacuar Portugal, foram mandadas conservar-se alli para proteger a pessoa de D. Miguel e o sustentar contra os Portuguezes emquanto elle não dispunha as coisas todas de modo que lhe não restasse dúvida do resultado. Apenas pareceu que D. Miguel estava sufficientemente preparado, veio ordem peremptoria para o embarque dos auxiliares. Em vão representou o embaixador Sir Frederick Lamb as consequencias forçosas de tal precipitação; novas ordens appertaram,—o exército inglez partiu: e então se desenganou a nação portugueza de qual era a protecção que seus "antigos alliados" lhe haviam promettido. D. Miguel blasonava publicamente d'essa protecção para si, e de que tudo quanto fazia tinha sido previamente concertado entre elle e os gabinetes da Europa. Os factos appoiavam suas asserções; deu-se-lhe crédito sem difficuldade nem escrupulo.

Pareceu contradizê-lo a decisão do corpo diplomatico quando declarou não podêr continuar em suas funcções junto do usurpador. Mas todos

os que viam (e não eram poucos) a travez da máscara diplomatica, conheceram bem claro que este era um vão cerimonial feito para enganar os povos, uma hypocrisia ridicula com que a legitimidade, que se havia suicidado, assistia a seu proprio funeral.

XIX

Fingida convocação de côrtes.

Após esta farça veio outra não menos ridicula; um d'esses anachronismos politicos que mais excitam o desprêzo e indignação pública do que podem sanccionar coisa alguma séria ou importante.

Quero fallar da convocação das pseudo-côrtes que se ajuntaram em Lisboa, e lavraram a onze de Julho de 1828 o famoso assento com que se pretendeu legitimar a usurpação de D. Miguel.

Este monumento de ignorancia, de aleivosia e insolencia serviu depois de fundamento ás argumentações pueris de nacionaes e estrangeiros, que ignorantes de nossa historia, de nossas leis, de nossos costumes, de nosso character, — até de nossa

linguagem, juram nas palavras do conciliabulo de Lisboa, e pertenderam fazer accreditar o 'manifesto dos cortezãos de Nero e Agrippina' pela voz unanime do povo romano'—*Si licet parvis componere magna.* ([31])

Conveio-se pois entre os cheffes dos conspiradores, e por conselho de seus protectores estrangeiros, que se convocasse um fingido simulacro das antigas côrtes do reino, afim de illudir com ésta apparencia de legalidade as nações estranhas, para as quaes somente se representou ésta comedia; porque dos nacionaes não havia nenhum, por muito ignorante que fosse, que não zombasse de tam ridicula convocação.

Pelo facto mesmo de convocar a este conciliabulo illegítimo, proscripto e abrogado pela Carta e por quem legítimo direito tinha de o fazer, D. Miguel se constituiu rebelde e traidor manifesto. Ja não eram procedimentos de uma corporação, de um indivíduo, ja não eram coisas de que elle podesse dizer que tinha sido forçado a fazê-las ou a tolerá-las por ceder ao impeto das facções; ja não havia hypocrisia para se disfarçar mais: este era um *facto seu*, espontaneo, livre.

Emfim D. Miguel abertamente depôs a más-

cara, declarou officialmente que ja não governava pela auctoridade delegada de seu soberano, mas *jure proprio:* em todos os actos publicos se lhe deu *Majestade ;* assignou *Rei* nos diplomas officiaes ; e esperando pelo *direito* que lhe havia de vir das deliberações dos Tres-estados, por sua propria deliberação se constituiu de *facto* na posse da coroa que ha poucos dias jurára, deante de Deus e dos homens, de conservar illesa a seu irmão e sobrinha.

A muito condescendente e muito indulgente legitimidade não pôde comeffeito dissimular mais: fosse qual fosse a reluctancia de alguns, os membros do corpo diplomatico cessaram suas funcções (as públicas ao menos), e pôstoque n'um stylo extremamente moderado, extremamente inadequado a tam escandalosas circumstâncias, declararam comtudo que não podiam continuar a exercê-las. D. Miguel e sua gente riram d'ésta declaração ; e, porque elle o asseverava, porque muita gente sensata o dizia, porque todas as circumstâncias antecedentes induziam a crê-lo, — tomou-se isto por uma farça que estava concertado representar para salvar as apparencias, e

não offender tam manifestamente a moral pública da Europa.

No emtanto as destituições continuavam, as crueldades e perseguições de toda a especie progrediam; e apezar do terror que prevalecia geralmente, era tal e tam manifesta a indignação e odio público contra tal govêrno e tal principe, que por toda a parte e a todo o momento se esperava que arrebentasse uma reacção, cujos symptomas de dia a dia cresciam e appareciam mais sensiveis. O usurpador ou seus satelites o conheceram e presentiram; e se prepararam com sangue frio de carrascos para comprimir o espirito público, sôbre cuja natureza e inclinação ja não podiam illudir-se, com todos os horrores e tormentos de uma perseguição de Nero;—ou se a comprimi-lo não chegassem, para se vingar, ao menos com antecipação, de um povo que os repulsava e os detestava, como a seus verdugos que eram.

XX

Reacção nacional contra D. Miguel.

Comeffeito o soffrimento nacional estava no extrêmo. A reacção estava feita nos espiritos; faltava uma voz, uma palavra de *santo* paraque os povos se levantassem. D. Miguel e o seu throno de um dia iam cahir de golpe. Uma voz que se alçasse, e toda a nação se precipitava em massa sôbre esse punhado de miseraveis que nem se sabiam valer do podêr que tinham nas mãos, o qual não haviam conquistado mas furtado, que nem o direito nem a fôrça, mas so o roubo e a traição lhes tinham dado. Do Porto, cidade nomeada por sua lealdade ao soberano e amor ao governo representativo, se esperava o primeiro impulso. Entre as provincias do Norte, o Minho, cuja capital é aquella cidade, foi sempre a mais decidida n'ésta causa porque é a mais industriosa e cultivada, a mais povoada e a mais ricca. Porem ao Sul o pequeno reino do Algarve não dava menos esperanças. De ambos estes lados se esperava todos os dias a salvação, todas as horas e momentos.

Nem o que se esperava tardou muito: todo Portugal se sublevou contra o tyranno; todo Portugal alevantou o grito da fidelidade, e altamente bradou e protestou á face da Europa e do mundo contra D. Miguel.

Disse que todo o Portugal se sublevou; e não foi exagerado este meu dizer: porque, exceptuando Lisboa, aonde a fôrça da oppressão não permittia nem um so respiro aos leaes, em todo o resto de Portugal, com mais ou menos fortuna, o protesto solemne da nação foi feito com as armas na mão, contra a rebeldia e traição do usurpador. Os acontecimentos do Porto são os mais conhecidos; mas não foi essa a unica parte do reino que assim procedeu. Na provincia de Tras-os-montes, tam conhecida de toda a Europa por fornecer theatro e actores ás sanguinosas farças da rebellião, n'essa mesma provincia a maioria das tropas, muita da nobreza e povo se declarou pelo soberano legítimo; de tam longe como Chaves vieram tres regimentos juntar-se a seus bravos camaradas do Porto: em muitas partes o povo se armou em guerrilhas, que so muito depois das *forcas caudinas* do Porto deposeram as armas. Na provincia do Minho, alem do Porto, a guarnição

de Braga e Guimarães, o povo d'ésta última, de Fafe e d'outras terras consideraveis tomaram as armas. Na provincia da Beira é notorio o generoso procedimento dos habitantes de Coimbra, cujo corpo de commércio, principaes familias, muitos lentes e doutores da universidade se sacrificaram pela ingrata legitimidade: os estudantes da mesma universidade se formaram em um corpo de voluntarios, commandado por um lente d'ella, e fizeram os maiores e mais assignalados serviços até a entrada das raias d'Hespanha. Vinte e tantos religiosos augustinianos, e de outras ordens, fizeram o mesmo so n'aquella cidade. De Vizeu, capital da provincia, ficará sempre memoravel o corpo de voluntarios que alli se formou, e que tam denodada e nobremente se portou sempre: o mesmo, segundo seus meios e circumstâncias, succedeu nas outras terras da provincia, sem exceptuar Almeida e sua brava guarnição. (32) No Alêm-Tejo, a cidade de Beja e outras terras menores se levantaram.—Do Algarve é sabida a catastrophe, que soffocou, por uma horrivel perfidia, o enthusiasmo e esforços d'aquelle pequeno reino. E para chegar por último á propria provincia da Estremadura, immediatamente sujeita

á acção e oppressão de todos os meios de que se serviu o usurpador, bastará comtudo para mostrar seu espirito o ver que em Santarem, poucas leguas de Lisboa, o governador militar, a guarnição toda e a maioria dos paizanos tomaram armas, e marcharam a reunir-se aos estandartes arvorados no Porto. E não ha uma so pessoa de nenhuma nação ou partido, que residisse em Lisboa nos memoraveis meses de Maio e Junho de 1828, que não diga, se quizer fallar a verdade, a impaciencia e decisão com que a maior e melhor parte da população da capital esperava pala approximação das tropas da juncta, para se declarar, e precipitar do seu throno ephemero o rei de escarneo e galhofa, cuja acclamação e elevação não teve coisa alguma que não fosse ridicula, senão as atrocidades de suas proscripções, e o sangue e as lagrimas de suas victimas. Se a reacção foi mal succedida, se o espirito nacional não pôde, apezar de tudo isto, sobrepujar ao espirito de uma facção que era em si mesma uma diminuta *fracção* do povo portuguez, teve essa infelicidade, além das causas geraes que ja apontei, outras que por extremo vergonhosas e abhorrecidas de referir, prouvesse a Deus que não fosse a penna portugueza

obrigada a escreve-las. Satisfarei reluctante a essa cruel obrigação. . . . Mas será o mais tarde e o mais breve que podér.

XXI

Porque foi mal succedida ésta reacção.

Infelizmente o que mais necessario era em taes circumstâncias, um homem ou homens corajosos e decididos, capazes de se pôr á frente da reacção, e de dirigir massas tam bem dispostas, faltaram. Éstas reacções, que não eram filhas de plano combinado, de nenhuma conjuração, mas espontaneas, mas uma explosão natural e não preparada do espirito que animava todas as classes, por isso mesmo foram mal dirigidas e vieram a ser infructuosas. Uma revolução illegítima, tramada no segredo por uma facção conspiradora conta com muitos obstaculos, preve todas as opposições, e portanto estabelece seu plano, combina tudo; e quando chega a rebentar, todas as difficuldades são previstas e se acham arranjadas. Mas a na-

tural, spontanea e não preparada reacção do povo nem tem cheffes, nem *santo*, rebenta pela fôrça das coisas, vai sem direcção nem methodo; e se um homem de confiança e cabeça não apparece então para dar rumo e direcção ao que naturalmente a não tem, é raro e difficil, quasi impossivel que uma tal reacção não seja destruida pela fôrça combinada e organizada do poder contra o qual se sublevou.

Tal foi exactamente o caso da reacção legítima do Porto. Povo, exército, nobreza, todos eram animados de um commum desejo, todos tomaram armas para conservar seu juramento e não ser cumplices da traição: mas este movimento nem foi preparado nem combinado: todos se intendiam sem se fallar, todos se declaravam sem se prevenir. Appareceu uma massa immensa, formidavel, a que parecia impossivel resistir: mas não houve quem a dirigisse, cedeu á força menor porem mais regular.

N'éstas poucas palavras se encerra a longa historia de tam esperançosa, e tam mal succedida reacção das provincias do Norte de Portugal contra a usurpação de D. Miguel.

XXII

Terror de D. Miguel.

Invoquemos o proprio testimunho do usurpador, de sua terrivel mãe, de seus tenebrosos conselheiros: é irrecusavel e "maior de toda a excepção" seu testimunho. Mui clara e explicitamente no'-la dão elles.—Vendo o estado do reino e a opinião da nação que os repulsava e se levantava em massa contra sua tyrannia, D. Miguel e sua facção se julgaram completamente perdidos: os gritadores pagos pela policia cessaram, o palacio esteve guardado por uma fôrça de *gensdarmes* capaz de guarnecer uma praça; esquiparam-se navios e se proveram de viveres para longo trajecto; sommas consideraveis de dinheiro e as joias da coroa foram depositadas a bordo d'estes navios; houve conselhos em que se deliberou sôbre o modo da fuga; tudo se preparou para ella. E sem poder confiar-se na tropa da capital, unica de que podiam dispor, e a qual ja manifestava não equivocos symptomas de desaffeição, não ou-

savam oppor á reacção das provincias obstaculo nenhum, e so cuidavam de salvar as suas pessoas. —Se este testimunho de D. Miguel e dos seus não basta para provar o espirito e os votos da nação portugueza, não sei qual baste.

XXIII

Fatal resultado da reacção nacional.

Mas a reacção das provincias, que nem teve plano nem cheffes nem ordem alguma, havendo ao princípio lavrado com uma força de electricidade que aos pouco previdentes dava toda a esperança, começou comtudo a ceder deante dos planos combinados dentro e fóra do reino pela facção apostolica de Hespanha e França, por sua auxiliar e protectora, a oligarchia europea. Tal era porem o espirito, a alma, a coragem civica das tropas constitucionaes, do immenso número de voluntarios (33) que todos os dias, todas as horas se lhes juntavam, que so a extrema fraqueza, pueril indecisão e vergonhosa covardia dos cheffes

da reacção podiam dar a vantagem ás forças do usurpador e de seus protectores. A indecisão e timidez dos constitucionaes deu ao tyranno todo o tempo e vagar para reconcentrar suas forças, para as dispor, para concertar uma defeza que longo tempo pareceu chimerica, e a final—mais extraordinario e espantoso ainda!—passar da defensiva á offensiva, e ganhar a victoria sem vencer uma batalha. (34)

O exército leal em todos os recontros bateu sempre as pequenas e desanimadas forças do usurpador. Mas sempre triumphante e sempre fugitivo, vencendo sempre e sempre retirando-se, ganhando victorias e perdendo terreno, perdeu emfim o que é tudo e tudo val, e mais que tudo faz na guerra civil, a força moral e a opinião dos povos;—até que abandonado de seus cheffes, um exército forte de consideravel número de tropas regulares, e de muitos mil voluntarios, cujo valor e decisão e importancia politica equivaliam a dobradas divisões de forças regulares, veio emfim a ser reduzido por uma serie progressiva de erros de infelicidades, de faltas, de crimes d'esses cheffes, a buscar refúgio em Hespanha quando ja diminuido e desmantelado.

XXIV

D. Miguel resiste e vence.

Comeffeito a facção usurpadora, voltando de sua primeira surpreza e terror, começou a appercebber-se da lentidão dos progressos da reacção, e a ver a esperança de triumpho que de sua falta de direcção lhe luzia. Juntaram algumas tropas, levaram-nas deante do inimigo, fanatizaram-nas com hypocrisias fradescas, e com todas as artes apostolicas: todavia não estavam seguros d'ellas; e muitos soldados se passavam para o exército leal. Mas este hesitava, recuava: ganharam ânimo os rebeldes; seus soldados começaram a desconfiar que bem podia ser que fosse a usurpação a que triumphasse; a população dos campos e terras donde o exército leal se retirava começou tambem a consultar por seus interêsses pessoaes, e pezarosa de ver triumphar a injustiça e a tyrannia, adheriam comtudo a sua causa, porque não queriam ser sacrificados. D. Miguel no emtanto e seus conselheiros, que bem viram que

nada tinham a contar com o amor do povo e com a opinião, assentaram de levar ao extrêmo o terror e o medo, e tentar este meio que tanto se ligava com sua natural crueldade.

Nove victimas, pela maior parte innocentes, e muitos em idade que pelas leis do reino não podiam soffrer pena última, foram pendurados no patibulo, por um facto que realmente era crime, (35) mas do qual nenhum d'elles foi convencido. Encheram-se as masmorras de presos, confiscaram-se bens, repetiram-se em todas as ruas de Lisboa e das terras onde sua auctoridade chegava as scenas da mais cruel perseguição que ainda se viu. As cidades e povoações d'onde se retiravam as tropas leaes foram postas a saque; emfim tudo quanto a tyrannia póde imaginar, se pôs em obra, parte para satisfazer os naturaes sentimentos de D. Miguel e sua execravel mãe, parte como medida de terror e para conter os povos pelo medo, ja que por outro modo era impossivel.

XXV

D. Miguel declarado rei.

No meio de todas éstas destituições, prisões, proscripções, confiscos, exilios, supplicios, é que se verificou a convocação das chamadas côrtes; com toda ésta *liberdade* foram eleitos, se reuniram e deliberaram os pretendidos representantes da nação portugueza no desprezivel conciliabulo tido em Lisboa a 11 de Julho de 1828 para sanccionar a traição, a rebeldia e a usurpação de D. Miguel.

Da nobreza não appareceu n'este conciliabulo nem a décima parte dos que pelo uso e lei antiga tinham direito a assentar-se em côrtes: grande número, porque não foi convocado, arreceando-se os convocadores de suas opiniões e honra; muitos porque voluntariamente se tinham expatriado para fugir á infamia e ao perjurio,—e estes eram os mais distinctos; muitos porque ainda que lhes fallecia coragem para arrostar com as privações do exílio, não tinham despejo bastante para com-

parecer n'esse acto vergonhoso e ridiculo; muitos emfim porque errantes, foragidos e bandidos dentro de seu proprio paiz, não ousariam comparecer no conciliabulo dos traidores ainda quando sua fraqueza de espirito e covardia de coração se pudesse accommodar com a deshonra do acto. ([36])

Do mesmo clero, alêm do patriarcha de Lisboa, so tres bispos appareceram. De tam informes elementos composta, com tal illegalidade formada se juntou em Lisboa a assemblea de conspiradores que d'um so voto e de um so golpe roubaram a coroa ao rei e as leis ao povo.

Nem o que as antigas e obsoletas usanças da monarchia prescreviam, ([37]) nem o que a razão e natural direito mandava, nem o que a decencia pública e uma apparencia de fórmas legaes parecia dever exigir, nada foi guardado neste synodo heretico que não tinha das antigas cortes da nação mais que o arremedo do nome.

Mas a farça foi representada; e os protectores estrangeiros de D. Miguel tiveram uma palavra, (ouca sim, mas que importa á oligarchia o ouco de seus palavrões?) com que impor aos reis e aos povos, invocando esse phantasma das antigas cortes portuguezas, que nem elles sabem, nem se in-

commodam a procurar saber o que sejam. Quanto aos nacionaes, essa impostura de nada serviu, porque em geral os Portuguezes sabem o que aquellas côrtes eram, e n'esse conciliabulo de conspiradores as não viram nem podiam ver: os mesmos fautores de D. Miguel se riram em segredo de sua miseravel *pellotica*.

Ninguem ignora hoje em Portugal que ésta farça representada em Lisboa foi composta em Vienna, París e Londres; e que o "auctor, ponto e contra-regra" estavam ensinando de fóra o que os comparsas e actores em Portugal representavam! No proprio acto, n'esse vergonhoso assento de onze de Julho quasi que está a próva da origem estrangeira do drama. Como é possivel que Portuguezes mostrassem tam crassa ignorancia de suas coisas, de sua historia, de seus costumes, de suas leis! Inclino-me a crer que até o *libello famoso* intitulado assento das côrtes foi composto e fabricado ca fóra, e mandado traduzir em Lisboa por Joze Acurcio e pelo bispo de Vizeu. É a unica solução que acho para explicar aquelle enorme congesto de ignorancia, de estupidez e mentiras.

No emtanto eisahi D. Miguel declarado rei, intulando-se rei; e os ministros dos soberanos legi-

timos da Europa ainda em Lisboa á espera não se póde saber de que; pois, não exercendo as funcções públicas de embaixadores, sua so presença n'aquella capital era ja um escandalo á Europa. Emfim removeu-se este escandalo, e os ministros se retiraram, á excepção do legado do papa que provavelmente um breve de S. Sanctidade dispensava para podêr tomar parte na obra do perjurio e da traição, ou que fiel discipulo de Escobar approveitou ésta occasião de concorrer para a práctica de suas doutrinas; do ministro de Fernando, a quem os Carlistas de Hespanha mostraram bem cedo as vantagens de proteger a usurpação aopé de casa; do encarregado da America do Norte a quem importam pouco as legitimidades europeas, mas ao qual todavia a moral e a decencia pública parece que deviam prescrever outro procedimento.

Pouco se lhe deu a D. Miguel da retirada d'estes diplomaticos. Bens para confiscar, familias a consternar, sangue que derramar, uma nação inteira á sua disposição para satisfazer a paixão de carnagem e destruição, tal era o delicioso quadro que tinha deante dos olhos, e de que elle e sua

digna mãe gosavam com toda a doçura e satisfacção proprias de taes almas.

XXVI

Fuga do Porto.

O *direito,* qual á condescendente e jesuitica legitimidade bastava, era ja por D. Miguel:—oh ridicula subversão de principios!—Faltava o *facto* da absoluta e não disputada posse: deu-lh'o a juncta do Porto e seus generaes. Como? Fugindo.—Depois de vencidos? Não; *depois de victoriosos.*

Fique sôbre quem lhe pertence a vergonha, a indelevel mancha da retirada do Porto: dem seus miseraveis auctores a Portugal e á Europa o spectaculo indecente que ha dois annos estão dando de disputarem e *regatearem* entre si sobre o maior ou menor quinhão de infamia que a cada um compete na commum deshonra. *Escrevinhem* e façam gemer a assalariada imprensa os venaes sycophantas do poder *que é,* do poder *que foi,* do

poder que *hade ser*, e até (misera inepcia de taes almas!) do poder *que póde ser*, para lançarem a uns a partilha de outros, e questionarem assim ao infinito a infinita questão de qual foi mais covarde ou qual menos. Nós que fomos sacrificados, nós Portuguezes que pagámos as penas de seus delirios, e que talvez as pagaremos de suas desuniões e querellas, nós não temos senão uma causa a julgar, um processo a formar, uma sentença a lavrar sobre taes criminosos e taes crimes: Em reverso sentido, o signal da Escriptura sobre suas frentes—*Sygma Tau in frontibus eorum.*

SECÇÃO QUARTA

Suicidio da Legitimidade.—Injustiça e má-fe dos governos da Europa na questão de Portugal.—Influencia que teve, e resultados que hade ter, na causa dos povos contra os tyrannos.

I

Procedimento dos soberanos da Europa a respeito de Portugal.

Socegadamente e com apparente indifferença viram os soberanos da Europa a usurpação da coroa portugueza. Mas a indifferença era só apparente, seus internos e mal disfarçados sentimentos foram os do regosijo, da satisfacção, do jubilo.

Cegos! Folgou a legitimidade em seu proprio suicidio!

Rasgaram com suas proprias mãos a mascara com que nos enganavam;—e não viram que suas *naturaes* feições ficavam assim expostas aos olhos do mundo!

II

Estado da questão portugueza.

Quasi tres annos se agitou a questão de Portugal nas côrtes da Europa; e as sombras de dúvida que o espirito de partido tentou lançar sôbre tam simples questão desappareceram, mais pelas incoherencias e absurdos dos advogados d'esse partido do que pelas contestações da parte contrária.

A mim pareceu-me sempre ridiculo descer á arena para demonstrar que o primogenito d'um soberano era o legítimo herdeiro de sua coroa, ou coroas se elle mais que uma tinha; particularmente quando ainda em vida seu pae o declarára tal. Ninguem duvidou nunca dos direitos de D. Pedro: os que o disseram, mentiram a seu proprio coração e consciencia, e de má-fe o disseram, (1)

N'este ponto de direito ninguem hesitou,—repito: e as batalhas que sôbre elle se brigaram, foram *sham-fights* para ganhar tempo, e distra-

hir a attenção dos objectos que a reclamavam toda.

D. Pedro não era estrangeiro por ter acceitado das mãos de seu pae (na Europa legítima não se reconhece outro titulo do imperador do Brazil senão este) (2) por doação *inter vivos*, uma das duas coroas que, ambas, devia herdar *mortis causa*. Se comeffeito as leis de Lamego excluissem *todo estrangeiro* da coroa portugueza (3) — n'este caso não seriam ainda assim applicaveis, porque D. Pedro não era estrangeiro. O que pedia a conveniencia, a justiça e a constituída independencia das duas coroas, era que D. Pedro abdicasse em seu herdeiro portuguez a coroa europea, e que fizesse a bem de Portugal o sacrificio que seu pae fizera a bem do Brazil. Isso fez. D. Maria é portugueza por todas as leis de Portugal civis e politicas, por todas as leis da Europa; e como tal e como soberana de Portugal a reconheceu toda a Europa.

E quem se deixou seduzir d'essoutro argumento de que " a nação não queria senão o usurpador, e repulsava o rei legítimo?" Ahi está uma emigração de muitos mil homens espalhados pela Europa e pelo mundo, la estão muitos mais pre-

sos nos carceres de D. Miguel, para responder a esse argumento, em um paiz onde escassamente se contam tres milhões de habitantes. La estão as forcas, os algozes, os assasinatos, as commissões prebostaes do usurpador para documentar essa asserção. E note-se que a mesma facção apostolica que unica sustenta D. Miguel no throno, ainda assim não teve fôrça para tirar a coroa a seu legítimo senhor e lh'a pôr na cabeça a elle (4)—A elle, a D. Miguel se confiou essa coroa; em suas mãos lh'a deu a guardar a indulgente confiança de seu irmão e a mais que indulgente protecção dos gabinetes. Todas as grandes façanhas e proezas de D. Miguel e de sua facção foram pegar n'essa coroa que lhe confiaram, e pô-la na cabeça. Não conquistou como um usurpador ordinario, roubou o depósito que lhe deram a guardar.

Os esforços da facção de D. Miguel para lhe dar a coroa tinham sido vãos e nullos em Portugal. Não lhes valeu a aberta protecção de Hespanha, que lhes dava munições, quartel, viveres, auxiliares, refúgio e toda a sorte de amparo em suas fronteiras. O exército inglez não deu um so tiro para a destruir: anniquilou-a a fôrça do partido legítimo, que sem questão, por aqui se ve,

era o maior e mais poderoso. Presente D. Miguel em Portugal, nem assim a sua facção tinha fôrças para o acclamar.—*Elle é que se acclamou a si.* Protegido agora pelo exército inglez, demittiu todas as auctoridades civis e militares em que não confiava; e com o govêrno na mão, impossivel ao partido legítimo toda a resistencia, fez elle a revolução, não o povo; elegeu-se elle a si, não a nação a elle. Se a isto se chama o *voto popular*, como disse o duque d'Wellington, sería para desejar que um vicerei d'Irlanda, de intelligencia com os O'Connells, lhe désse uma demonstração caseira da bondade e perfeição de seus principios. E mais, a paridade não fôra perfeita: não direi comtudo aqui as razões por quê.

Estes são os dous pontos da questão que se agitaram: hoje os mais zelosos protectores de D. Miguel corariam de se appoiar em nenhum d'elles, porque bem conhecem, e sabem que todo o mundo conhece, que nenhum direito de successão lhe assiste, e que o de eleição, além de repugnante aos principios europeus de hoje, (5) não existiu, e se desmente todos os dias pelo solemne, ainda que tacito, protesto da nação *pre-*

tendida-eleitora, e pelas viganças e tyrannias do *pretendido-eleito*.

Fechada pois toda a discussão e debate sôbre a questão de justiça; a unica que j'agora se poderia agitar era a de conveniencia, i. é:—Convinha aos soberanos da Europa que o estado de Portugal permanecesse como se achava?

Ou a legitimidade se perdia sem remedio, ou era forçoso que aquelle estado de coisas mudasse, que se restaurasse a tranquillidade e a ordem, que se removesse dos olhos do mundo aquelle spectaculo escandaloso que desacreditava a monarchia, e subvertia o princípio da legitimidade. Examinemos porquê.

III

Que causas tinha e que remedios podia ter o estado de Portugal.

É innegavel e inquestionavel que em Portugal existiam dous partidos. Não darei epithetos a nenhum d'elles, não carregarei sôbre um, nem exaltarei o outro; simples e nuamente repito o

que todos sabem—que alli existiam dous partidos: um pelo govêrno legítimo do legítimo successor de João VI, outro pelo usurpador.

Em um paíz onde dous partidos estão em presença, a ponto de luctar e quebrar a ordem pública, não ha senão dous meios de restaurar a tranquillidade:—ou neutralizá-los e amalgamá-los por concessões reciprocas, paraque mutuamente se contenham—ou dar ascendente determinado a um sôbre o outro, paraque este contenha aquelle.

A este axioma ajuntemos outro não menos evidente nem menos *axioma:*—Que todas as vezes que o primeiro d'esses dous meios for possivel, elle deve com preferencia adoptar-se.

E agora perguntarei: ja se havia tentado o primeiro meio; i. é, ja se procurára amalgamar os dous partidos por concessões reciprocas?

E que resultados se obtiveram?

Ja se tentára o segundo meio; i. é, ja se dera ascendente a um dos partidos sôbre o outro?

E que resultou d'essa preferencia?

A éstas perguntas simplices responderão simplicissimamente os factos.

IV

Neutralização dos partidos em Portugal por concessões reciprocas : — resultados que teve.

D. Pedro IV, reconhecido em Portugal e por todos os govêrnos da Europa successor legítimo de seu pae D. João VI, foi o primeiro que tentou amalgamar os partidos que existiam em seus Estados europeus.

A Carta não foi outra coisa senão um pacto de concordia celebrado pelo soberano entre os dous partidos. Mas não contente de transigir com os principios politicos d'elles, e de os congraçar por concessões reciprocas, D. Pedro foi mais generoso ainda, e transigiu até com as pretenções pessoaes de seu irmão e de sua facção pelo unico modo que, sem descer de sua dignidade, o podia fazer. Não se contentou com isto o partido de D. Miguel e o apostolico, que é o mesmo; assolaram o paiz com facções, com disturbios, com a guerra civil aberta e declarada, com todos os horrores d'ella. Tomaram, ou pareceram tomar, allarma

os gabinetes da Europa, e insistiram por mais amplas concessões para o partido que se não queria accommodar com nenhuma. D. Pedro, que resistíra ao princípio, cedeu emfim a tanta instancia, e confiou nas promessas de garantia que se lhe fizeram para sua coroa e sua filha. (6) D. Miguel foi por elle nomeado regente de Portugal e seu logar-tenente.

Ainda não bastou ésta concessão! — não bastou tirá-lo do exílio onde seu pae o mandára — toda a Europa sabe por que crimes — e pô-lo quasi sôbre o throno; quiz-se mais e mais se concedeu. A abdicação de D. Pedro, que prudentemente tinha *condicção e dia*, se fez *pura e simples* para remover todo o ciume de independencia.

Era possivel conceder mais, — cabia em meios humanos fazer mais esforços e sacrificios para neutralizar e congraçar partidos!

E quaes foram os resultados?

D. Miguel apenas voltado do exílio, D. Miguel que tam solemnes juramentos e promessas havia feito em Vienna e em Londres e em toda a parte, D. Miguel perjurou sem remorso, trahiu seu augusto bemfeitor, e tomou para si a coroa que elle confiára á sua guarda. Nenhuma revo-

lução o elevou ao throno, foi elle que se sentou sôbre o throno a cujos degraus estava de guarda como primeiro sentinella e defensor. A facção apostolica pediu destituições e proscripções e confiscos ao novo rei; e o usurpador lh'os deu. Reagiu por fim o partido legítimo depois de tantos attentados; mas abandonado e ameaçado de toda a Europa, sua reacção nunca podia ser senão um *protesto armado e solemnissimo* da nação contra seus calumniadores estranhos e domesticos. (7) Venceu, nem podia deixar de vencer então, o partido menor porêm mais appoiado. Correu muito sangue, dobraram as proscripções, as exacções, os tributos, os confiscos:—mas restaurou-se a ordem e tranquillizou-se o paíz?

Que o digam os carceres, as forcas e os carrascos de Portugal.

Logo, foi impracticavel amalgamar os dous partidos, e restabelecer a tranquillidade por este primeiro meio.

V

Ascendencia dada a um partido sôbre outro; com que resultado.

Viu-se a impractibilidade de restaurar a ordem em Portugal por concessões mútuas. Vejamos o que se obteve do segundo expediente; i. é, o de dar ascendencia completa a um dos partidos.

Inteira e absolutissima foi dada essa ascendencia ao partido de D. Miguel. Fingiram-se umas côrtes, uma assemblea nacional; declararam rei o usurpador; parte de seus actos (como bloqueios etc.) foram reconhecidos por Inglaterra; debaixo de mão se lhe deu por outras potencias toda a protecção que era possivel sem quebrar inteiramente a apparencia de moralidade com que o principio legítimo obstava a uns, ou o da neutralidade a outros.

Por fim largou-se a máscara: as armadas inglezas foram combater pelo usurpador nos máres da Terceira; e as bandeiras que tremularam em Trafalgar e no Nilo, (crê-lo-ha a posteridade!)

foram proteger os corsarios de D. Miguel—(8) mais, sahiram a côrso por elle!

D. Miguel proscreveu á larga, desde seu proprio soberano até o mais infimo dos subditos que lhe eram fieis; armou seus partidarios, deu-lhes a commetter todos os excessos: não houve emfim meio nenhum que humanamente se possa conceber para acabrunhar, destruir, anniquillar um partido, que D. Miguel não empregasse para acabar com o de seu irmão. Isto não são asserções vagas, são factos de notoriedade europea e de que seus mais zelosos pretectores comvéem.

Podia ser maior e mais positiva a ascendencia de um partido sôbre outro? Podia empregar-se mais decididamente o *segundo meio?*

E que resultado se colheu d'ahi?

As commoções continuaram; a emigração cresceu a um ponto de que não ha exemplo na historia moderna;(9) correu mais sangue das mãos do algoz, as dissensões dos partidos augmentaram todos os dias,—e até no paço e entre os membros da familia real lavrou a revolução, e se empregaram os punhaes byzantinos de que ja estava esquecida a nossa Europa.—O reinado da usurpação veio a ser emfim o que forçosamente havia

de ser, um reinado de terror, em que todos tremem mas em que ninguem se aquieta apezar de tremer. De todos os escandalos que em nossos dias as revoluções teem dado ao mundo, ainda nenhum chegou a este.

Não approveitou pois mais que o primeiro, o segundo meio, de dar ascendencia determinada a um dos partidos sobre outro.

VI

Por que razão falharam estes meios.—Quál restava a empregar para restaurar a ordem em Portugal.

Como se havia pois de remover dos olhos da Europa este escandalo que tam damnoso era á legitimidade?

Fizeram-se concessões aos dous partidos; e aquelle para quem mais amplas eram, se não accommodou com ellas. Deu-se a este partido absoluta e completa ascendencia; e nem inda assim se satisfez: abusou horrivelmente, devastou o paiz, e deu ao mundo uma próva irrefragavel de

sua incapacidade para a supremacia. A legitimidade transigíra e condescendêra com uma indulgencia que seus detractores não duvidarão chamar criminosa, mas que certo foi maior do que ninguem podia esperar d'ella. Seus principios, seus dogmas, seu codigo inteiro cedeu e dobrou covardemente deante dos *factos*. Mas eram ja *taes* esses factos, que a condescendencia e o sacrificio podessem continuar sem crime?

Tem-se recorrido a distincções jesuiticas entre facto e direito: mas a politica errada e machiavelica tentará em vão distinguir entre a justiça e a conveniencia. A fatal, a terrivel experiencia a desenganará sempre. Nem mais fatal, nem mais terrivel desengano levou nunca essa politica do que n'éstas transacções de Portugal.

Nada convem senão o que é justo; conveniencia e justiça são a mesma coisa. O que era preciso fazer em Portugal? Seguir strictamente a *justiça*. Que *convinha* adoptar a respeito de Portugal? O que fosse *justo*.

Se direitamente e sem tergiversar se houvera seguido o *justo* (que so é *conveniente*) nos negocios d'aquelle malfadado paiz, nunca a ordem alli

fôra alterada, e elle sería hoje exemplo e modêlo, que não escandalo, á Europa.

Conveio-se que D. Pedro era legitimo rei de Portugal. So D. Pedro e sua legítima successão podiam reinar em Portugal. Não havia com quem transigir n'este artigo. Quando um princípio é justo e reconhecido por tal, tergiversar na sua applicação, é desmoralizar os povos, tirar-lhes o prestigio da submissão e respeito, auctorizá-los á revolução. Do desprêzo d'este axioma nascem todas as calamidades de Portugal.

Não sabía todo o mundo que D. Miguel era criminoso dos maiores attentados? Quem ignorava na Europa as tentativas parricidas da Bemposta? Não o exilou e amaldiçoou seu pae á face do mundo?—Foi ás escondidas que, perdoado e amnestiado por seu irmão e soberano, lhe agradeceu roubando-lhe a coroa? O assassinato de Salvaterra, os muitos que se teem commettido nas prisões de Lisboa, o que ultimamente se perpetrára em Queluz, o conato de fratricidio—podem ser contestados, disputados, e tal cegueira haverá que se neguem; mas os publicos do caes do Sodré e do Porto não admittem disputa. Qual foi o crime d'essas recentes victimas de D. Miguel?

Serem fieis a rei legítimo. E a Europa legítima, os soberanos da alliança como hãode chamar a este *crime* pretendido, que nome darão a quem os pune por elle?

Reo de lesa legitimidade, reo de crimes imperdoaveis, relapso e reincidente nos mesmos attentados,—com D. Miguel não podia transigir a *justiça*. Podê-lo-hia a *conveniencia?*

VII

Conclusão forçosa e irrecusavel do exposto.

Não ha modo de concluir outra coisa d'estes principios, não é possivel estabelecer outra coisa n'éstas circumstâncias, senão que o unico meio de pacificar Portugal era restabelecer a justiça, i. é, a successão, reconhecida pela Europa, de D. Pedro IV, com a Carta e suas consequencias todas. (10)

VIII

Como se podia restabelecer a legitimidade em Portugal.

Devia restabelecer-se a legitimidade em Portugal: ou os soberanos da Europa se desauthoravam a si proprios, decretavam sua ruina e oppróbrio, e se punham á mercê das facções—que lhes darão ou tirarão a coroa segundo capricharem. Estabeleceria a diplomacia europea este precedente?—Não parecia provavel: o sacrificio custava; a predilecção era grande...([11])

Mas como?

D. Miguel ou é rei ou reo. A legitimidade não conhece mais distincções. Se era rei, tardaram a reconhecê-lo; reconhecessem-n'o; desauthorassem D. Pedro, degradassem e enxovalhassem á face do mundo o maior benemerito da realeza, o *unico* fio que prende a Europa monarchica á America republicana; pagassem assim a quem sustenta e mantem, e faz amar (que é mais) em todo um continente o princípio da monarchia.

Fariam! . . Mas ha immoralidades que se não podem fazer por muito que se desejem.

Mas se D. Miguel não é rei, é reo: devia ser esbulhado, sem restricção, do que roubou, e punido porque roubou. Prescindindo de todos seus outros crimes, este so era capital e o punha fóra da lei.

Se estes principios não admittiam contestação de *justiça*, não era possivel tampouco duvidar da *conveniencia* de sua applicação.

Não póde haver transacção entre a lei e o crime, entre o direito e seu offensor. No momento em que tal se fizesse, o vínculo moral dos povos, o prestigio que os continha estava quebrado. Se D. Miguel usurpador illegítimo fosse reconciliado com a legitimidade, a legitimidade sería um termo vão, ouco e desprezivel, não so em Portugal mas em toda a Europa: os que a amavam a abhorreciam, os que a temiam sem a amar, a deprezariam e mofariam d'ella: as revoluções vão renascer, crescer, e não terão fim.

Pelo que respeita particularmente a Portugal, D. Miguel juraria outra vez, para outra vez perjurar,—prometteria para tornar a faltar, fingiria contricção e arrependimento (que pouco lhe custa)

para se preparar a novos crimes. D'este futuro nem os mais latitudinarios duvidavam, nem seus protectores e amigos: mettam a mão na consciencia e digam se crem na conversão de seu protegido. Não; ninguem tal cria, ninguem o esperava; e zombavam dos reis e dos povos, mentiam a Deus e á sua consciencia os que fingiam accreditá-lo.

Ainda hontem, a legitimidade sacrificou um homem grande, mas usurpador: e não sacrifica hoje um usurpador imbecil e carregado de crimes! A mão que prostou o gigante não *poderia* esmagar o pygmeu? Faz vergonha juntar estes dous nomes:—D. Miguel e Bonaparte!..

IX

Quaes seriam os resultados de se empregarem outros meios.

Supponhamos um momento que a legitimidade se abaixava, se envilecia e degradava a ponto de transigir com D. Miguel. So por tres modos o podia fazer:—ou reconhecendo-o rei,—ou fazendo-o participante da coroa com a legítima sobe-

rana,—ou reconhecendo-o outra vez regente e obrigando-o a abdicar o titulo real.

No primeiro caso todas as ideas de legitimidade acabavam; mais exactamente, a legitimidade suicidava-se com suas proprias armas: sanccionava-se o princípio revolucionario; e o cego odio á liberdade monarchica entregaria os monarchas á descrição da *licença* demagogica. Napoleão sería legítimo imperador dos Francezes, e seu filho com o direito salvo de ir arvorar a tricolor no zimborio das Tuilherias ([12]) a toda a vez e hora que podesse suscitar seu antigo partido em França. A Irlanda poderia ámanham fazer um rei para si—e ella que o dezeja pouco!—O infante D. Carlos tinha direito a desthronizar seu irmão. O gran'duque Constantino podia retractar a abdicação, e espulsar seu irmão do imperio. Em fim tudo é lícito, justo e legítimo se D. Miguel é rei de Portugal.

Nos dous segundos casos, e em qualquer d'elles, a mudança não era senão de *palavras;* coisas e pessoas ficavam as mesmas. A facção desorganizadora que ha cinco annos subverte Portugal ficaria com o mesmo predominio; as luctas dos partidos recomeçariam de novo; abrir-se-hia ou-

tra vez o cahos para tragar essa creação informe, inconsistente e ridicula. Quem garantiria a joven rainha do punhal (e por que não do veneno?) que attentou aos dias de seu avô João VI e de sua tia D. Izabel Maria, e que por muito favor se descarregou nos servidores mais fieis de ambos? —Uma occupação armada, tropas estrangeiras, quaesquer que sejam, alem de não chegarem ao paço, não extinguiriam o germe da discordia e da guerra civil, que hade durar tam longamente em Portugal quanto a existencia de D. Miguel n'aquelle paiz. Não podia haver fe nem confiança no govêrno, nem segurança em nada; a incerteza e inconsistencia do mesmo govêrno faria tudo incerto; os magistrados, receiosos de se comprometter, não ousariam fazer sua obrigação; a auctoridade pública perderia toda a força; e a revolução, quando fosse contida por meios artificiaes, que nunca podem ser permanentes, a revolução iria fermentando e medrando em segredo, e romperia mais horrivel e espantosa.

Se um so Portuguez de ordinario senso-commum e que de boa-fe esteja em qualquer dos partidos, asseverar o contrário, farei gala e glória de me desdizer e retractar.

X

Dos perigos da Carta.

Mas diziam os homens d'Estado que todos estes principios eram muito verdadeiros, certos todos esses resultados, muito para temer todos esses perigos; porêm que destruir um partido para elevar outro, corria iguaes senão maiores riscos, e podia tambem ter muitas e talvez mais funestas consequencias. É certo, continuavam, que o partido de D. Pedro é o legitimo e leal; mas n'esse partido ha demagogos e republicanos que á sombra da Carta subverterão tudo em Portugal, arriscarão a tranquillidade da Peninsula, e por consequencia, a da Europa.

Não questionarei se ha ou não d'esses demagogos no partido leal portuguez, e quantos serão em número, postoque seja essa uma accusação que faz rir a todo o mundo até aos mesmos que a fazem. Mas perguntarei somente;—Que fizeram esses demagogos durante o regimen da Carta? Que podiam elles fazer restabelecido o governo legítimo?

Desde a morte de D. João VI, e proclamação da Carta, durante um longo periodo de disturbios, commoções, e guerras civis suscitadas pelo partido de D. Miguel, esses demagogos que se dizem existir no partido legítimo, não deram o menor signal de si. Bem se bradou do outro lado por despotismo e inquisição, por sangue e por forcas, sem que elles bradassem por suas demagogias nem pedissem nenhuma cabeça para a guilhotina republicana. O intendente da policia, que em Julho de 1827 arranjou, por vendido a D. Miguel, uma commoção pretendida-popular, mas so excitada pelos espiões e myrmidões da policia, não conseguiu, inda assim, fazer gritar alguns poucos senão pelo rei legítimo e contra a ja premeditada e começada traição das auctoridades: nem um excesso, nem uma violencia, nada mais senão algumas vozes se poderam conseguir dos taes *demagogos:* e isto foi uma vez em dous annos que durou a guerra civil unicamente excitada pela facção de D. Miguel, e sustentada pelas intrigas estrangeiras e debilidade de um govêrno ameaçado por todo o peso da Europa, inconsistente e traidor.

Eisaqui tudo o que fizeram os taes demagogos

em Portugal; vejamos o que elles agitaram em Hespanha. É certo que os espiritos se commoveram n'aquelle reino vizinho com a outorga das instituições portuguezas; é certo que de alguns corpos de seu exército houve deserções para Portugal. Mas protegeu-a e fomentou-a acaso o governo portuguez? Promoveu-a de algum modo sensivel essa demagogia? Não parou a deserção quasi no momento em que começou? Não foi o procedimento do governo de Portugal antes severo e duro para com os desertores? E todavia não lhe dera Hespanha exemplo e direito a bem diverso proceder? Não accolheu ella, não protegeu, não armou os nossos transfugas, não consentiu que entrassem em nosso territorio armados, commettendo hostilidades, que fizessem depositos de nossos prisioneiros no seu? Fez o governo de Portugal, ou siquer tolerou que se lhe fizesse outro tanto? Não. Porquê? Porque o imaginario podêr dos demagogos em Portugal era phantastico. Todo o governo legítimo modera e contêm uma nação essencialmente leal e naturalmente docil. O unico govêrno inconsistente e impotente em Portugal é o illegítimo, porque desmoraliza, so com sua existencia, o povo; perde-se e perde-o.

Mas continuemos na "perigosa vizinhança" das instituições portuguezas para Hespanha. Durante o tempo que a Carta se observou talqualmente em Portugal e pareceu estabelecer-se, nenhuma commoção houve em toda Hespanha: desde o momento que a facção apostolica começou a predominar em Portugal, as revoluções e a anarchia rebentaram como um vulcão na Catalunha e Navarra: e essas revoluções, foi a facção apostolica que as fez; n'essas ao menos creio que não entrariam os temiveis demagogos de Portugal.

Demagogos ha em Portugal, assim como em Hespanha e por toda a Europa, temiveis e terriveis pela seita que formam—e tarde se arrependerá a tolerancia dos reis que a consente. Esses são os demagogos apostolicos, que tiraram a coroa a D. Pedro para a dar a D. Miguel, e tantas vezes teem tentado fazer o mesmo a Fernando em favor do seu irmão D. Carlos.

Estabelecido, fosse porque modo fosse, o governo legítimo em Portugal, elle não podia adoptar outro systema de politica senão o diametralmente opposto ao do governo illegitimo que agora opprime a nação. "Diametralmente opposto" não

quer dizer que cahisse nos oppostos excessos; que mudasse pessoas e nomes e conservasse as coisas; que se bradasse por D. Maria II e pela Carta para roubar e assassinar, assim como agora la se brada por D. Miguel e pela inquisição para assassinar e roubar; que houvesse tumultos, prisões arbitrárias, fôrcas, carrascos legitimos e constitucionaes, assim como agora os ha rebeldes e absolutistas. Não: isso era impossivel; ainda que se formasse um ministerio de descamizados, elle o não poderia fazer. Portugal não precisava nem pedia nem queria senão paz, nem queria a Carta senão porque so a Carta lhe podia dar e garantir a paz. A Carta até era freio ás vinganças dos partidos. A Carta prohibia os confiscos, as prisões arbitrárias, os juizos de inconfidencia. E os excessos de poder, que são concedidos—antes, pedidos e reclamados—por seu partido ao governo de D. Miguel, não poderiam ser tolerados no governo de D. Maria.

Do reflexo em Hespanha, tanto o podia fazer a Carta portugueza como a Carta franceza: a posição geographica é a mesma. Além de quê, os estrangeiros que não residiram longamente entre

nós enganam-se muito com Portugal e suas relações com Hespanha.

So em tres casos será possivel que Portugal se reuna a Hespanha: ou pela coallisão e concurrencia das tres potencias vizinhas, i. e, de Hespanha, França e Inglaterra; ou pela longa permanencia do absolutismo em ambos os paizes ou em um d'elles; ou emfim pela exasperação excitada em Portugal pelo jugo da tyrannia ingleza.

No primeiro caso é evidente que Portugal difficilmente poderá resistir á invasão de Hespanha se um, ou ambos aquelles dous Estados a consentirem e ajudarem. Mas toda a guerra de Portugal contra Hespanha hade sempre ser guerra nacional; e onde a guerra é nacional, qualquer auxílio estrangeiro fara com que uma potencia pequena resista a uma grande.

No segundo e terceiro caso não vejo que humanamente se possa obstar á reunião de Portugal com Hespanha. Se Portugal não tiver instituições suas, firmes e *estabelecidas ja*, quando rebentar a revolução d'Hespanha ([13])—que hade rebentar ponham-lhe as remoras que pozerem—indispensavelmente entrará Portugal na conflagração geral das massas revolucionarias. Não

sei até onde chegará a lava d'esse terrivel vulcão; mas o resultado certo é que a fusão geral hade confundir tudo quanto vai dos Pyreneos ao Atlantico,—e o provavel, que d'ahi brote uma nação nova, a qual ja não será Castelhana nem Portugueza, bem como nem Aragoneza nem Catalan, nem nada do que foi, mas um povo formidavel. . . D'este futuro não se temem somente os monarchistas puros e exclusivos; temem-n'o, temem-n'o muito os homens de todas as opiniões que teem olhos para o ver claro, e coração para lhe sentir todos os perigos.

D'essa explosão electrica so não sería tocado Portugal se o houvessem a tempo *isolado* por um meio proprio e não accessivel a seu influxo. Este *isolador* so podiam ser instituições monarchicas representativas, com uma dynastia querida da nação, com leis, com legitimidade. Fizeram-n'o? Não: soffram as consequencias. A revolução franceza do seculo passado abrazou toda a Europa. Onde é que não pegou esse fogo? Em Inglaterra que ja era liberal. Mataram-se milhões de homens por amor de constituição em todos os paizes do Continente; ninguem se matou em Inglaterra porque ja la a havia. Inglaterra contente

de suas instituições monarchicas, fortes, livres, não quiz saber de innovações perigosas, nem fazer experiencias para melhor: todos os outros paizes, que eram despoticos, não hesitaram a correr o risco. . . Se elles não tinham que perder! . . . Um d'estes dous futuros espera Portugal: é escolher.

Mas sôbre este ponto, mais devagar e a seu tempo.

XI

Seria possivel estabelecer um govêrno legitimo em Portugal sem a Carta?

Se as considerações antecedentes não eram bastantes para resolver a questão da Carta, mais algumas havia de outra natureza, porêm não menos importantes.

A Carta portugueza não tinha sido arrancada á auctoridade real como a Magna-charta britannica, ou formada pela fôrça popular como as constituições proscriptas n'estes ultimos cinquenta annos; não fôra tampouco uma concessão da le-

gitimidade para com um partido poderoso e temido, como a de França. Fôra a Carta portugueza a generosa outorga de um soberano legítimo, longe do minimo contacto e influencia de partido, fóra de toda a suspeita de coacção, que viu as necessidades de seus subditos e lhes proveu com o unico remedio que ellas podiam ter.

Accreditar-se-hia para com os povos a realeza invalidando este acto seu proprio, unico, voluntario, spontaneo?

Não tinha o princípio monarchico na Europa inimigos, nem detractores, nem antagonistas? Que armas lhes daria se assim se desarmasse?

Os reis sanccionaram no congresso de Vienna que a todo o soberano era livre dar a seus povos as instituições que lhe approuvesse.

Quem tornaria a accreditar na boa-fe dos soberanos, se elles agora o negassem?

E quem sustentaria o throno de Maria II, o throno da legitimidade em Portugal? Sería a facção de D. Miguel, i. é; a apostolica? E poscripta a Carta, que partido existiria alli senão esse?

XII

Reconhecimento do usurpador por Fernando VII.

As considerações de justiça pouco valiam; mas algumas de conveniencia impediam os soberanos da Europa de reconhecer D. Miguel, apezar da forte sympathia de alguns governos com o de um principe apostolico e inimigo brutal de todas as instituições livres.

Este pejo, este resto de decôro que continha os gabinetes, não chegava ao de Madrid. O odio ao systema representativo (que todavia so póde e *hade* salvar Hespanha) é tal na camarilha de Fernando, que sobrepuja e vence toda outra consideração. Tal foi o motivo do impudente e escandaloso acto do reconhecimento do usurpador pela côrte de Hespanha. Mas além do odio á Carta, mui poderoso e efficiente n'este caso, do odio pessoal a D. Pedro, não menor, outra causa da protecção que Fernando deu desde o começo aos partidarios da usurpação, e que agora, deposto todo o pejo e decôro, declarou dar ao usur-

pador, outra causa existe *mais forte ainda*, que é o *arrière pensée* do gabinete de Madrid, o secreto, e não-confessado mas sabido motor, de todos os actos do governo hespanhol a respeito de Portugal.

Este ponto fixo e constante na politica de Hespanha é "estender os braços e appertar *em amplexo de morte* aquelle pequeno reino. Ainda antes da reunião de todas as outras coroas da Peninsula sobre as cabeças de Fernando e Isabel, se tentou por vezes. No tempo d'estes quasi effeituado esteve. Verificou-se no reinado de Philippe II. Insistiu-se n'elle depois de liberto Portugal, durante toda a dynastia austriaca. Voltou-se ao mesmo projecto no principio d'este seculo. Instaurou-se de novo no tractado secreto com Napoleão. Na revolução de 1820 em muitas coisas e occasiões se revelou o mesmo pensamento secreto: o gabinete revolucionario de Madrid professava n'este ponto a mesma fe dos Philippes. —Desde então até hoje a facção castelhana em Portugal gradualmente tem despido a mascára, e abertamente declara, ou pelo menos, ja não occulta seus projectos. Era a rainha Carlota, irman de Fernando, quem sob o nome de Miguel gover-

nava Portugal, e alli estava á frente d'aquella facção. São os Silveiras, que em 1820 proclamaram em Lisboa a constituição d'Hespanha, os que em 1826 proclamaram em Tras-os-montes Fernando VII imperador da Peninsula, e no Alemtejo o infante D. Sebastião (principe hespanhol) rei de Portugal,—são os Silveiras os chefes militares d'ésta facção. São as duas princezas portuguezas casadas em Hespanha as que em Madrid protegem e protegeram sempre os interesses d'este partido anti-nacional.

Que ésta é a tenção fixa, o plano constante de Hespanha a respeito de Portugal, ninguem o ignora na Europa. E a melhor estrada de Madrid a Lisboa que á invasão castelhana se póde abrir, é um governo fraco, tyrannico, anti-nacional como o de D. Miguel; o melhor exército de Fernando é o dos frades, e da degenerada fidalguia portugueza que assim vendem patria e honra para comprarem sua ruina. (14) Que maravilha pois, que a côrte de Madrid, a qual este estado de coisas promoveu com tanta ância, se désse pressa a reconhece-lo, e sustentá-lo abertamente com quanta força tinha e lhe consentiram empregar? O que admira, o que pasma, é que os governos

cujos interêsses n'este ponto são diametralmente oppostos, se descuidassem tanto e lhe dessem tanta larga.

XIII

Reconhecimento do usurpador por Inglaterra.

A convenção de 22 de Outubro de 1807 entre Portugal e Inglaterra diz assim:—His (Britannic) Majesty engages in his name and that of his successors, never to acknowledge as king of Portugal *any other than the heir and legitimate representative* of the royal family of Braganza." S. Majestade (Britannica) se obriga em seu nome e no de seus successores a não reconhecer nunca como rei de Portugal nenhum outro senão o HERDEIRO E LEGÍTIMO REPRESENTANTE da real familia de Bragança.

Sem recorrer a nenhum outro documento ou argumento, este so bastava para provar que Inglaterra não podia reconhecer D. Miguel, e que seus tractados a não ligam (segundo a sophistica doutrina do duque de Wellington e de seus jor-

naes) a Portugal e ao *cheffe do govêrno portuguez*, seja elle quem for,—mas formal e positivamente á casa de Bragança e ao legítimo soberano.

Os ministros inglezes disseram no parlamento e fizeram clamar por seus venaes arautos, as folhas de Londres, que Inglaterra não estava ligada pelo princípio da legitimidade que prendia as potencias continentaes; e que portanto podia reconhecer o govêrno de D. Miguel, assim como havia reconhecido os da America do Sul. Ésta asserção é deshonestamente falsa. Se as potencias continentaes estavam ligadas pelo acto geral chamado da Sancta-alliança, Inglaterra tambem o estava, senão nos principios, em todas as *consequencias* d'elle, porque assim o stipulou, e é claro da celebrada nota de Lord Castlereagh. (15) Mas no caso especial de Portugal, Inglaterra tem uma obrigação *positiva*, que não admitte a controversia das obrigações geraes. Ella obrigou-se a nunca reconhecer outro rei de Portugal senão o legítimo herdeiro e representante da casa de Bragança.

E agora, uma de duas: ou D. Miguel é esse herdeiro, e então ja Inglaterra quebrou o tractado reconhecendo D. Pedro, e por sua abdicação D. Maria; ou D. Maria é a legitima herdeira e

representante da real familia de Bragança—e Inglaterra não póde reconhecer D. Miguel.

Quando digo que *não póde*, claro está que fallo moralmente. O duque de Wellington póde um dia, em algum accesso de loucura, quebrar todos os tractados, deshonrar a sua patria, envilecer o nome de seu amo, assim como póde mandar fazer fogo sôbre o povo, ou cercar as camaras do parlamento pela sua nova *gendarmeria*. *Póde*, porque tem o poder na mão: a questão é se é licito, se o parlamento o soffrerá, se a nação hade tolerar tal abuso de poder.

Apezar de sua cegueira, tal é a consciencia que os ministros inglezes tinham do vínculo moral que os prendia para nunca reconhecerem o usurpador, que seus constantes esforços foram sem induzir, seduzir,—direi mais, *forçar* D. Pedro a *transigir* com seu indigno irmão, e absolve-los por este modo a elles do vinculo que os liga. Esta é a politica confessada (avouée) do ministerio inglez; e n'ésta confissão está involvido o reconhecimento de D. Maria, e a excommunhão de D. Miguel.

Mas supponhamos que Inglaterra tinha *liber-*

dade, que não tem, para reconhecer D. Miguel. Deve-lo-ia ella fazer? Convir-lhe-ia?

Uma opinião errada prevalece entre muitos Inglezes—"Que Portugal miseravel, pobre, es-"eravo, será mais submisso e fiel alliado da "Gran' Bretanha, e mais util a seu commércio "e interesses politicos; e que livre e sob um re-"gimen de lei e ordem, lhe não póde offerecer "as mesmas vantagens."—Emquanto Portugal tinha o exclusivo do commércio do Brazil, e era o unico emporio de suas importações todas, a opinião era exacta. Quanto mais nulla fosse a mãe patria, quanto menos indústria tivesse, quanto mais precaria fosse sua existencia, quanto menos consummo podesse dar aos generos de suas colonias, quanto menos de seus productos para ellas podesse exportar, mais interessava Inglaterra porque mais do seu mandava aos mercados portuguezes, e mais abarcava todo o proveito d'aquelle exclusivo.—Mas desde que esse estado de coisas cessou, a preposição ficou pelo inverso: Portugal ja não importa de Inglaterra para fazer consummir no Brazil.

Agora é preciso que Portugal *produza* e *consuma* para poder ser util ao commércio inglez, e

que saia da nullidade politica absoluta para não ser um alliado so de peso sem proveito. Se alguem de boa-fe, dentro ou fóra de Inglaterra, se persuadir que as reformas e melhoramentos de que Portugal precisa para este fim, podiam ser feitas pelo governo de D. Miguel, so então me persuadiria que á Inglaterra convinha reconhecer D. Miguel.

Ja fallei sôbre a necessaria consequencia que a anarchia apostolica de Portugal hade ter para a união d'aquelle reino com Hespanha. Tambem sería da conveniencia de Inglaterra ésta união? Nunca o pensou, ao menos, assim ministerio nenhum inglez, quer tory quer whig, até o de lord Wellington.

XIV

Reconhecimento do Papa.

A éstas considerações podia juntar muitas outras; mas é longo e repisado tudo o que na materia se póde accrescentar. Todos os Portuguezes sabem de cór estes argumentos, sabe-os a nação

ingleza, sabe-os, sente-os o proprio ministerio inglez: é teima de coração e cabeça, a que move éstas indecentes transacções a respeito de Portugal. Restava ver se o capricho de tres ou quatro homens de pueril vaidade e feminino capricho haviam de poder mais que a fôrça da justiça, a opinião das nações e o interesse dos reis.

Façamos uma transição abrupta e violenta.—passemos do primeiro gabinete protestante para o primeiro gabinete catholico.

O papa desejava—e ninguem mais do que elle—reconhecer D. Miguel.

Mas se por um lado as sympathias jesuiticas, o odio ás instituições e o receio d'ellas advogam pela usurpação, é forçoso confessar que Roma não é cega em seu amor ou em seu odio: o despotismo promette muito, suas searas são ferteis para os *colleitores* da Curia: mas até em Roma penetraram os principios da economia politica moderna, até la está recebido que *muitos poucos* valem mais que *poucos muitos*, especialmente quando estes não são seguros nem promettem longa duração. Ja la vai o tempo, até na Peninsula, ja la vai o tempo, (e Roma bem o sabe) em que um soberano e seu povo se contentavam de rogar e pedir, de

chorar e lamentar-se porque o papa favorecia e protegia a usurpação. Uma assemblea nacional portugueza legitimamente convocada, não se contentaria hoje de mandar publicar o *Ballatus ovium*, como no tempo da restauração de 1640. ([16]) As opiniões, que apenas abalaram então a superficie da credulidade velha, haviam de achar hoje larga base, os principios do nosso illustre e nacional theologo, o grande Antonio Pereira de Figueiredo, ([17]) não foram semente lançada ao vento; em silencio foram germinando, cresceram entre abrolhos e a pezar d'elles,—e, se a côrte de Roma se tivesse feito mais odiosa pelo imprudente passo de reconhecer, ou proteger abertamente o usurpador—quando chegasse o momento de se libertar a nação, a Igreja portugueza havia de apparecer n'uma attitude que espantaria a Curia.

O papa em sua infallibilidade ultramontana não tinha certeza de que D. Miguel e sua descendencia haviam de ser pacificos senhores de Portugal,—era imprudencia bem impropria e desnatural da finura romana o reconhece-lo ou ajudá-lo abertamente agora.

Não fallo dos principios religiosos e moraes, que sos seriam bastantes para decidir o chefe da

igreja catholica: se a politica e o interesse não valessem, que poderiam esses outros desvalidos? Fallemos em coisa menos sentimental, e que alem dos Alpes se reputa mais sólida. Se o papa reconhecesse D. Miguel, injuriava mortalmente o soberano de uma grande nação catholica, cuja posição geographica e politica, cujo espirito e tendencia de principios inclinam mais para um schisma do que nunca pendeu a rivalidade grega ou a independencia ingleza. Ignorava acaso a côrte de Roma quantos Photios ja por la se agitam? Quereria suscitar tambem um Henrique VIII? Pois um soberano é mais temivel inimigo que um patriarcha.—Se o mal pegasse no Brazil, o contágio por toda a America do Sul havia de ser rapido. E emquanto ja o Mexico se resente da heretica vizinhança dos Estados-unidos do Norte, o fogo ateado no Meio-dia não tardaria a communicar-se com a immensa labareda que vem do Septentrião.—E um mundo *todo-inteiro*, um mundo cujos futuros (e proximos) hãode ser de tanta importancia e influencia nos destinos do universo, —será quantidade desprezivel nos calculos da Curia romana?

Que do alto d'esse Vaticano d'onde seus de-

cretos soavam temidos e obedecidos até os ultimos confins do globo—lance por elle os olhos o actual cheffe da igreja romana, e contemple o que lhe resta de seu antigo poder.—A mais poderosa nação do velho mundo, a Russia ameaçando devorá-lo com seu milhão de baionetas schismaticas.—Na Allemanha, apenas uma porção pequena o reconhece ainda.—A França. . .e que promette a França ao poder e auctoridade papal?—A peninsula hispanica, esmagada de miseria, soffre sim a dominação romana (e o que não soffre ella!); mas é sólida até ahi na Peninsula, tem bases seguras essa auctoridade? Não o creia o papa,—que se hade achar tristemente desenganado.—A Inglaterra. . . pois essa é seu melhor e mais fiel alliado hoje. Quem tal diria ao papa João! Mas ésta alliança é incestuosa e contra natura, não promette duração; e apenas a Gran'Bretanha se libertar do ministerio austriaco que a comprime actualmente, a côrte de Roma perde o seu maior appoio na Europa.—Uma nação christan resuscitou no Oriente; mas (fatal estrella de Roma!) de novo entrada no gremio da christandade, veio fazer corpo com os inimigos da igreja romana. S. S. póde continuar a

nomear bispos de Athenas e arcebispos de Lacedemonia; mas S. Exa. Capo d'Istria não paga annatas—e o Panhellenio não recebe bullas.

Assim está o mundo antigo para a auctoridade papal; já fallámos da situação do novo.—Em taes circumstâncias, não parecia possivel que, por novas imprudencias, Roma quizesse arriscar o pouco que lhe resta da antiga auctoridade e—o que mais vale—dos antigos rendimentos.

Que o intempestivo e precoce reconhecimento de D. Miguel fôra um passo da maior imprudencia e dos mais serios resultados, assim presentes como futuros, para a Curia romana, era tam simples e evidente, que escusa mais demonstração. Fa-lo-hia o papa?

XV

Austria e mais potencias da Europa

Não tractei specialmente de cada-uma das outras potencias europeas: todas estavam ligadas pelos principios da legitimidade, principios que ellas proprias estabeleceram, e cujas derivadas

obrigações a si proprias se haviam imposto quando com aquelles principios se ligaram nos congressos de París e Vienna.

Os vinculos de sangue que prendem a Austria mereciam particular capítulo; mas assás é sabido que essas considerações não entram nos calculos do conselho-aulico, e que as sympathias e generosos sentimentos do filho do humano Leopoldo vergam deante da ferrea tenacidade e jesuitica impassibilidade do "chanceller da côrte e Estado."

E quem, moralmente fallando, quem tinha na Europa, ou devia ter maior interesse em sustentar intacto o principio da legitimidade, do que o cheffe da familia dos Bourbons?

Quem primeiro devia desembainhar a espada em favor de D. Maria II, do que Carlos X? Ninguem. E quem mais aguçava á traição o cutello assassino que havia de sacrificar seus direitos? Esse mesmo Carlos X.

Memoravel e tremendo exemplo da Eterna justiça!—ei-lo ahi, esse renegado legítimo, mendigando um asylo na *patria da soberania do povo!*.. (18)

Foge a penna por cima dos acontecimentos:

não anachronizemos para chegar ao presente que toda a attenção absorve; forcemo'-la, que é necessario, para o passado.

XVI

Que deviam ter feito os soberanos da Europa na questão de Portugal.

Recapitulemos pois as várias reflexões que em tam diffuso assumpto nascem, como de centro commum os infinitos raios de um círculo immenso.

O estado de Portugal era inconsistente com os *principios*, e não menos com os interêsses, da Europa e do mundo civilizado. A fusão dos partidos não era practicavel com paridade de concessões. O partido de D. Miguel tinha mostrado sua inhabilidade para a supremacia: indo quando o tolerasse a *justiça*, não podia permitti-lo a *conveniencia*. O restabelecimento da legitimidade era o unico arbitrio que restava tomar, e que salvando os principios impostos pelos reis aos povos,

podia salvar a independencia de Portugal, e fazer cessar o estado anarchico d'aquelle paiz. A Carta não so não era perigosa, mas necessaria e indispensavel para este fim. Todo e qualquer outro arbitrio que se tomasse era prejudicial aos interesses dos soberanos e de funestas consequencias para elles.

XVII

O que fizeram

Assim era. Mas que resolução tomaram os soberanos? Deixar derramar o sangue innocente, que vertia em torrentes nos cadafalsos de Lisboa e Porto; insultar com desprêzo e mofa a joven *rainha legítima* durante seu refugio em Inglaterra; animar, secretamente os mais hypocritas, abertamente os mais sinceros, mas proteger *todos* o usurpador sanguinolento; apodar de revolucionarios e demagogos quantos lhe resistiam, e se sacrificavam pela causa da legítima soberana;— *intimar* por fim a D. Pedro que ou transigisse com o infame roubador da coroa de sua filha, ou

elles (elles legitimos!) o iam todos reconhecer e sustentar no throno roubado, contra os esforços do povo, e mau grado da nação.

XVIII

Consequencias d'ésta perfidia, seus resultados e influencia moral na causa da civilização.

Assim cahíra o votado Portugal sob o cutello dos sacrificadores inhumanos e blasphemos. Em quanto as entranhas canibaes dos oligarchas se rogosijam na lenta agonia de sua victima, que importa que soe o balido da innocente—perdido clamor no deserto!

Uma unica esperança restava; e com ella se consolaram os Portuguezes: "que o sacrificio de sua patria, immolada pela perfidia dos gabinetes, viria a ser util ás outras nações do globo, que ainda, mais ou menos, todas gemem debaixo da oligarchia,—terrivel genero de planta parasita que se enroscou na árvore da especie humana para

lhe chupar o melhor da seiva, a affogar, viver de sua destruição, e triumphar com sua morte.

Talvez permittiu a Providencia que o desgraçado Portugal fosse a *hostia piatoria* immolada pela salvação dos povos. Não, o sangue leal e innocente dos Portuguezes não cahirá inutil na terra, mas bradará vingança e castigo aos ceos: e os assassinos das nações pagarão pelo sangue d'Abel.

Pois hade ser inutil para a Europa, hade ser perdido para todo o mundo o exemplo de Portugal! Pois cuidam os soberanos, ou seus gabinetes, que os povos não hãode conhecer a verdade, e apprender no escarmento?—Enganam-se: o assassinato de Portugal é o último desengano das nações; elle acabará de as confirmar na necessidade de *approveitar as occasiões*, e de não confiar nas promessas mais solemnes, nos tractados, nos juramentos de seus naturaes inimigos.

A Europa era sob o jugo de Napoleão, os reis do mundo estavam a seus pés, e os principes da terra lh'os bejavam: tudo se humilhava deante d'elle,—quando uma nação, que por sujeita a Bonaparte so mudára de *senhor*, mas não de *condicção* porque ha muito era escrava, uma nação re-

suscitada á voz da liberdade constitucional, se levanta e dá o primeiro abalo ao throno do despota; abalo que emfim o veio a prostrar. Ésta nação benemerita da Europa, benemerita da realeza e da legitimidade, foi a Hespanha. Quem o ignora?—Como lh'o agradeceu a *legitimidade* e a *realeza?* Com exilios e cadafalsos e fogueiras para seus melhores cidadãos, com a restauração mais violenta e mais pesada da escravidão antiga.

Mas as innovações politicas dos patriotas de 1812 "eram *utopias* de perigosa exageração." Convenho, e o creio; (19) porêm os defeitos da *forma* eram corregiveis sem destruir a *coisa*. A *legitimidade* bem o viu e o prometteu; (20) mas faltou, mentiu, quebrou sua palavra, deshonrou-se, envileceu-se hediondamente. E é notavel observação que entre todas as nações europeas, so ganharam na quéda de Bonaparte as que tinham sido instrumentos de sua ambição e tyrannia, so melhoraram da antiga condicção as que *não concorreram* para a quéda d'elle. Tal é a justiça e a boa-fe dos gabinetes! Prometteram-se á Prussia, á Italia, á Sicilia, á Hespanha instituições, para as empenhar na lucta contra a França. Venceram ellas; mas foi a *vencida* que recebeu o

premio promettido aos *vencedores*. A França teve instituições livres;—aos outros povos dobrou-se o pêso, e appertou-se a corda da oppressão. E os povos soffreram com paciencia; e a Italia e a Hespanha e Portugal esperaram cinco annos. Faltou-lhes ao cabo o soffrimento, e restauraram uns, adoptaram outros as imperfeitas, e certamente defeituosas, instituições de 1812. Mas quem foi o culpado? Os povos não: elles respeitaram a realeza, apezar de todos os males que até alli lhes tinha causado; e se a não *dotaram* melhor, se não combinaram melhor seu novo pacto, é porque as outras partes do Estado *não quizeram contractar* de boa-fe e irmanmente. (21)

Mas toda a Europa, todos os soberanos, todos os gabinetes, toda a Santa-alliança se armou para *punir este crime*. Foram immediatamente destruidas as quatro constituições de Napoles, Piemonte, Hespanha e Portugal, porque estava decretado *que só os reis podiam outorgar instituições, e nunca fazêl-as os povos*. O herdeiro da França passou o Bidassoa com ésta sentença na boca e com solemnes promessas de *outorgar* aos povos o que aos povos não era lícito *fazer*. (22) Outro tanto, mais solemne, mais específica, mais explicita e *detalha-*

damente prometteu de Villa-Franca o rei de Portugal.

Todas éstas promessas de 1823 foram cumpridas como as de 1813 e 1814: foi *palavra de rei* no sentido moderno.

Morreu D. João VI com sua promessa incumprida; succede-lhe seu filho primogenito (successão que ninguem achou, nem se lembrou de achar contenciosa), e o novo rei mais resoluto e mais illustrado resolve-se a cumprir a promessa de seu antecessor, a desempenhar a "palavra real" de seu pae.—Aqui era o rei que *dava*, não era o povo que *fazia*. Que podia dizer a Sancta-alliança, que podia objectar a oligarchia europea? Era *nodum in scirpo quærere*. Não havia modo de destruir éstas instituições *legitimas* senão por meios illegitimos. Paciencia; adoptaram-se. Recorreu-se ao povo, ou antes e com mais exacção, arvorou-se a *canalha* em *povo*. Foi-se buscar ao exilio, antes, ao degrêdo onde estava expiando os mais horrorosos crimes (incluso o conato de parricidio), um principe abjecto e vil aos olhos de todo o mundo, e o enviaram commandar a canalha no assassinio da nação, na destruição do throno, na profanação do altar—que tudo isto era preciso para destruir

a Carta de D. Pedro; mas tudo se adoptou sem remorso—porque a oligarchia europea não conhece remorsos.

Juramentos, tractados, amizades, vinculos de sangue, tudo se sacrificou.—*Pereça tudo, mas pereça uma nação que quer ser livre.*

Embora se abalem todos os thronos do mundo, mas caia o do RENEGADO *que ousou libertar seu povo.*

Não é essa a historia da Europa ha doze annos a ésta parte? Não é essa a historia da usurpação de D. Miguel, e o *como* e o *quando* e o *porqué* se *fingiu* duvidar da legitimidade de D. Pedro, e abertamente se protegeu seu ingrato e atrocissimo irmão?

Levantam-se exercitos, mantem-se guerras, sustentam-se occupações militares para punir povos que respeitando e conservando seu legítimo soberano, ousam querer ser felizes modificando a constituição do Estado.—Um principe destroi a constituição do Estado, revoluciona a plebe, desthroniza o rei legitimo, senta-se em seu throno, recorre ao dogma proscripto da soberania do povo, ataca em sua essencia e principios a tam fallada *legitimidade*—e a legitimidade e a realeza é que

se levantam *em massa* para o proteger!—Quando os povos—cegos!—cuidavam ver um attentado que os soberanos puniriam, ouvem, vêem appelidá-lo uma acção heroica que todos se appressam a louvar, a engrandecer e a premiar. Quando a *estupida boa-fe* das nações julgava que os legitimos e sanctos alliados repelliriam do seu seio e anathematizariam este quebrador de suas leis, este espurio que profanava seu sanctuario—viram accolhê-lo como benemerito, e protegê-lo como filho querido.—Que ficam significando agora, depois da usurpação de Portugal, os vocabulos *Legitimidade*, *Realeza*, *Statu-quo* e outros talismans favoritos da oligarchia? Que idea importam agora éstas palavras de *incanto*, éstas *abracadabras* da Sancta-alliança, com que atéqui se impunha aos povos e se continham as nações como debaixo de um feitiço magico?—É a mesma, a propria legitimidade que as fez oucas, e vazias de sentido. É a propria legitimidade que as *desincantou*, e lhes tirou todo o prestigio. É a mesma legitimidade que as entrega ao escarneo e á irrisão dos povos, e os faz envergonhar de sua teimosa cegueira. A si o impute, de si se queixe a realeza se d'ora em diante os povos, abrindo os olhos, a menoscaba-

rem e desprezarem: foi ella quem se envileceu a seus olhos, foi ella quem dilacerou o veo com que se cubria, foi ella quem rasgou a venda que cegava as nações. Desarmou-se e armou-os, poz-se a descuberto, mostrou-lhes o *lado vulneravel*, ensinou-lhes a conhecer o calcanhar de Achilles... A licção não será perdida.

SECÇÃO QUINTA

Completo o sacrifício de Portugal, quasi feito o da Grecia, prepara-se o da França. Suicidada a legitimidade, triumpha momentaneamente a oligarchia, e tenta progredir na victoria. Veto russo. Reacção da opinião europea. — Determina a liga oligarchica offerecer batalha campal á civilização — O Waterloo dos povos. — Consequencias da victoria de Paris.

I

Ephemero triumpho da liga oligarchica.

Sacrificado assim Portugal, vencida n'aquelle recontro a causa da civilização, tractou a victoriosa oligarchia de se unir mais estreitamente, consolidar seu pacto, e de marchar, entre seus horrorosos hymnos de triumpho, a novas e mais importantes conquistas.

O ja dado laço de alliança entre o gabinete das Tuilherias e seus vizinhos se appertou em firme e *cego* (bem cego!) nó: a proscripção geral

da liberdade foi unanimemente votada. Tracta-se de executar a sentença.

II

Sacrificado Portugal, restava sacrificar a Grecia, e depois a França.

Tres importantes questões se agitavam então na Europa, e chamaram a attenção da *liga*. De um lado e outro se empenhavam n'ellas os dous partidos em que hoje se divide o mundo: era a triplice questão—D. Miguel, o Gran'Turco, e o ministerio Polignac.

Por mui diversas e disparatadas que éstas questões pareçam, ellas estavam todavia ligadas em um princípio unico, e para assim o dizer *inextricavel: princípio* que ou havia de triumphar em toda a sua plenitude, sobrepujando (por agora) a omnipotencia da civilização, vencendo (momentaneamente) a causa da humanidade, da religião e da monarchia, e pondo em risco imminente a segurança e tranquillidade do mundo;—ou havia

de ser destruido pelo grito da humanidade e pela voz da religião.

Todos sabem que este *principio*, ja tam formidavel, hoje tam fraco, hoje agonizante mas luctando em suas horas derradeiras com o extraordinario esfôrço, fôrças e tenacidade que se observam nos ultimos paroxismos de um affogado,—este *principio* era o d'essa mesma *liga*, o da *oligarchia* europea, que igualmente inimigo da auctoridade real e da felicidade do povo, não quer senão subjugar aquella e infelicitar este, para reinar so e indisputado entre o terror e a desconfiança, e sôbre as ruinas e a miseria.

Um rei que apprendêra na eschola da desgraça, que havendo peregrinado longamente no exílio e visto os *costumes e cidades de muitos povos* (na probervial expressão de Homero) *apprendêra a salvar-se a si e aos seus*—sobe ao throno herdado, e firma sua restaurada auctoridade nas bases da lei, da justiça e da felicidade do povo. Tal é a historia da Carta franceza. A nação, fatigada de revoluções recebe com gratidão e abraça sinceramente a nova lei e a antiga dynastia. Mas os jurados inimigos dos reis e dos povos não tardam a metter-se no meio, e a fomentarem entre

este rei e este povo a discordia e desunião, na qual so elles podem lograr seus intentos de dominação absoluta. Ora vencidos ora vencedores, assim teem entravado (não còrtado nem impedido, que a tanto não chegam) os passos da nação franceza para a consolidação da monarchia legal e representativa, unica fórma de govêrno estavel em uma nação europea e civilizada. Os erros do partido constitucional em França trouxeram a reação violenta e louca do partido oligarchico, que agora, mas em vão, lucta para segurar o poder no mais civilizado paiz do globo. Tal é a historia do actual ministerio francez.

Uma nação antiga, e a de mais illustres tradições e mais veneranda historia que habita o velho mundo, saccudiu o insupportavel jugo da tyrannia asiatica. Todos os povos da terra a applaudem e sympathisam com ella; todos os gabinetes cedem deante da fôrça da opinião, e sem vontade de a ajudar, não ousam todavia opporse-lhe abertamente. Inglaterra e França parecem emfim ceder á voz da humanidade e da religião, e ir em seu auxílio. Mas ou se arrependem ou temem, ou depoem a máscara. A Russia ve os seus interesses onde os outros foram tam cegos

que não viram os seus; e toma a empreza que elles abandonaram por mui errados calculos. A oligarchia europea foi enganada, zombada, mofada, *burlada* em seus planos; e a liberdade da Grecia, que podia ser o instrumento da salvação da Europa e o fiel da balança de seu equilibrio, não virá a ser senão mais um peso na concha d'essa desequilibrada balança em favor da Russia. A Turquia poderá talvez continuar a existir *nominalmente* na Europa, mas *realmente* ja expirou para sempre; o Sultão ja passou o Bosphoro, ja é um raja da Asia; fique sua côrte ou não *provisoriamente* na Europa, elle ja não é da Europa, ja d'ella não faz parte, ja não é potencia d'ella, ja não entra como *entidade* nos seus calculos.— Eisaqui a questão da existencia do Gran'-Turco.

Portugal miseravel e perdido é salvo da destruição por seu legítimo rei: as antigas instituições da monarchia portugueza, restauradas e accommodadas ao seculo e precisões novas, promettem a sua regeneração pelo *unico* modo que uma nação se felicita perfeita e estavelmente, *a cordial união do soberano e do povo.* A oligarchia alevanta-se contra este soberano, desthrona-o, despoja-o da coroa, põe-n'a sôbre a infame cabeça

de um monstro de quem até ja seus proprios protectores se envergonham. Enganos, fraudes, fôrça aberta, tudo se emprega para impor o novo rei á "reluctante" nação. Mas nada conseguem: o povo portuguez cede, mas não se conforma; vence-o a força,—mas não o convence. O usurpador treme deante de seus escravos: amontoa cadafalsos, e não se acha seguro nem de traz d'elles; abre vallos de sangue entre o throno roubado e a nação, e nem com elles se julga defeso. A liga oligarchica aconselha hypocrisia e moderação; o usurpador responde, que em derribando as forcas, cai o seu throno, que outro sustentaculo não tem. —Perdem-se em estratagemas e subterfugios: e, bem como a existencia do ministerio jesuitico em França e do Sultão em Constantinopla,—a de D. Miguel em Lisboa, vacilla em sua mal fundada base, ameaçada do odio dos povos, da pessoal malquerença dos reis, e apenas sustida ephemeramente pela cega, pertinaz e enfatuada oligarchia.

E serão distinctas éstas tres questões? Não são de certo: os factos estão publicos; a embriaguez do partido oligarchico em seu primeiro triumpho assaz claramente o disse: desde os sallões de Londres até ás bodegas dos voluntarios

miguelistas em Lisboa, o grito de victoria foi unanime e unisono. Como se enganaram! O Sultão cahiu, o ministerio jesuita vai cahir, e D. Miguel vem após elles. O pygmeu atraz dos gigantes, o boneco de barro atraz dos colossos!

III

Veto da Russia.

Como pois! Que espada macedonia cortou o enrevezado laço da *liga?* A espada triumphante de Nicolau.

Dos torreões de Adrianopoli a voz do conquistador pronunciou o tremendo VETO que annullou todos esses projectos: a este brado salvador, a Grecia que ja cahia se ergueu, e a potencia ottomana foi precipitada,—Portugal concebeu esperanças, e D. Miguel sentiu vacillar-lhe o throno,—e o ministerio Polignac, que para conseguir seus fins e se sustentar carecia de operar lentamente e ir manso e manso em sua difficil tarefa, viu-se obrigado a arriscar tudo de uma

vez;—a liga oligarchica não teve mais remedio senão offerecer batalha campal a seus inimigos. Outro Waterloo se prepara. Mas os povos ja conheceram quem perdeu e quem ganhou no *primeiro :* este segundo Waterloo hade ser differente.

IV

Consequencias geraes do *veto* russo.

Vejamos no entretanto qual foi o resultado immediato do *veto* moscovita.

As consequencias da guerra da Russia com a Porta, e as da paz *(paz armada)* que a terminou, foram as que haviam previsto todos os homens sensatos,—todos quantos se não cegavam com os falsos calculos de seu orgulho e com a vaidade de seu poder imaginario. A potencia ottomana ficou *nominal e provisoriamente* na Europa; e a Russia, senhora de seus máres, de seus portos, de suas fortalezas, de seu commércio é a verdadeira senhora do imperio de Constantino. E será o Czar ou o Sultão o soberano da Turquia? E quem fi-

cará, em pouco tempo, senhor do commércio e navegação do Mediterraneo? Extendendo-se a civilização para o Oriente, quebrada a barreira da barbarie musulmana, que interrompia a communicação das nações europeas com as asiaticas por via do Mediterraneo, estreito de Suez, mar Vermelho e mais *escalas do Levante*, o commércio do Levante hade forçosa, necessariamente recobrar por graus sua antiga importancia. E a qual é a *tambem forçosa* consequencia d'este accontecimento inevitavel? A diminuição progressiva do commércio e navegação d'Asia que se faz á roda do cabo de Boa-Esperança.

Não sei se é muito aventurar conjecturas, mas parece-me que merece ser ponderada, ao menos antes de se rejeitar por vaga asserção, a de que —"a descuberta da India pelo cabo das Tormen-"tas mui provavelmente se não verificaria tam "cedo, se as partes de Levante (antigo caminho "sabido) não estivessem em podêr de povos bar-"baros e inimigos dos Christãos."

Este insigne feito dos Portuguezes,—dos Portuguezes a quem tanto deve a Europa occidental (e tam bem lh'o tem pago!) deu mortal golpe no commércio do Levante, e na grandeza dos Vene-

zianos e Genovezes, que então o faziam quasi exclusivamente. Ora, uma navegação tam perigosa e longa, como ainda hoje é (mas então muito mais era) a do cabo de Boa-Esperança, não podia anniquilar tam depressa o commércio das *escalas* de Levante se, alêm das razões de distancia e difficuldades de conducção, não houvesse outras mais fortes. Estes são, visivel e sensivelmente, os obstaculos que aquelle commércio encontrava na barbarie ottomana; emquanto o que os Portuguezes faziam pelo mar de que eram senhores, (e depois lhes tiraram os seus inimigos Hollandezes, e depois os seus *amigos* Inglezes,) não encontrava senão os obstaculos da natureza e nenhum dos homens.

Consideremos mais, que o commércio d'Asia, e até specialmente o da India trazido pelas chamadas *escalas do Levante*, levava muita vantagem ao do cabo de Boa-Esperança na situação de seus cannaes, depositos e emporios. Vasava-se todo aquelle tráfico pelo Mediterraneo no coração da Europa; ao passo que estoutro vinha a Lisboa, na extrema ponta do continente europeu,—depois a Amsterdam,—emfim a Londres.

Hoje, removido o obstaculo da barbarie e hos-

tilidade das nações occupantes do mais curto caminho da India, é muito mais facil remover e diminuir obstaculos que no tempo em que os Portuguezes supplantaram os Venezianos (e muito depois ainda) eram invenciveis. Fallo das difficuldades de conducção por terra. Quem não concebe hoje que a civilização, que abre estradas macademizadas pelos cerros da alta-Escossia, pelos despenhadeiros do principado de Galles,—que franqueia com a *omnipotencia* do vapor as terras, os cannaes, os máres, a despeito de ventos, de marés, de todas as suppostas antigas leis da natureza—que a civilização que todos estes milagres opéra, em se estendendo pelo Levante, *póde e hade* operar iguaes prodigios, facilitando por aquelle caminho mais curto a communicação da Europa com a Asia?

O grande feito de Vasco da Gama hade sempre ser um dos maiores feitos humanos, eterno como a sua Iliada e o seu Homero; mas os resultados immediatos d'elle vão passando para nós como os da destruição de Troia para os Gregos do tempo das republicas:—em breve entrará nas epochas heroicas da historia das nações modernas,—bri-

lhante de poetico splendor,—nullo de consideração politica.

Quando digo *nullo*, fallo em relação ao presente objecto. Ahi está um mundo inteiro, ahi estão umas poucas de nações, umas em esperançosa infancia, outras em vigorosa puberdade, que, sem as descubertas dos Portuguezes, não existiram éstas, nem souberamos d'aquelle.

A existencia d'éstas novas nações americanas tambem pésa na balança da parte do commércio d'Asia pelo cabo de Boa-esperança. Esse pêso hade demorar o refluxo d'elle para o Mediterraneo; mas não é bastante para o suster. O commércio da America so influe positivamente no da India *propria;* mas o commércio do Levante une com o da India o da Syria, do Egypto, da Persia, etc.; e a serie de permutações (que são a alma de todo o commércio) é mais longa, mais appertada, mais connexa e vária pelo Mediterraneo do que pelos máres da Africa oriental.

E ganha ou perde o mundo, isto é, a causa da humanidade n'ésta revolução de coisas?—A resposta é faci! : ganha; ganha consideravelmente, extraordinariamente. Perde o commércio inglez, perde a grandeza e supremacia britannica. Mas

o que perde, ou antes, quanto não ganha a Europa, com essa perda?—Que bens tem a Inglaterra feito á Europa? Em que ganhâmos nós com a sua riqueza e grandeza? Ponham os outros povos os olhos na Sicilia, em Parga, em Copenhaguen,—e finalmente em Portugal, no votado Portugal, no seu mais antigo e fiel alliado; e ahi teem a resposta.

Mas a Russia dominará o mundo (o velho ao menos)?—E que nos faz a nós essa dominação? As nações grandes não hãode nem podem ser dominadas se os soberanos quizerem e souberem alliar-se com os seus mais naturaes alliados, os povos. As pequenas sempre hãode estar em dependencia, maior ou menor, mais ou menos submissa e vergonhosa segundo o ánimo, a energia e a honra de seus cheffes. E depender por depender,—seja lícita a expressão—antes de Roma que de Carthago—antes do general glorioso que do chatim mercador—antes de Scipião que de Annibal.

E não ganhou ja a causa da civilização, da humanidade, da religião com os triumphos da Russia?—Que é feito d'esse colosso de barbaridade e despotismo que, com um pé na Asia outro na

Europa, estava de sentinella contra as luzes europeas, contra a liberdade christan que não penetrassem no Oriente,—e de *entreposto* á servidão oriental para a communicar e sustentar na Europa?—Derrubado elle, não veremos libertados tantos povos christãos que gemem errantes, perseguidos, escravos e exilados no meio de sua patria, por toda essa Asia-menor, pelo Egypto, pela Syria, pela Mesopotamia? (1) Não está liberta a Grecia? A patria de Leonidas e de Socrates, perseguida do Leopardo britannico, não a salvou a Aguia moscovita? E quem salvou Athenas da sorte de Parga? Nicolau ou Castlereagh?

Pois triumphe e cresça e engrandeça-se embora a Russia. A Europa fará côro em seus hymnos de victoria. Não podem illudir-nos com panicos terrores os seus antagonistas. Diesbitsh não é Atilla, os Russos não são Hunnos, e as potencias da Europa não são o imperio romano decadente, alquebrado, minado de vicios, e cahindo de grande e de podre. Ha muita vida, muita fôrça nas nações da Europa; se a Russia mette medo, se as suas victorias e podêr devem causar receios, não é aos povos nem aos soberanos, é a seus ini-

migos, é á oligarchia, ao jesuitismo, á dominação dos poucos contra os interesses dos muitos.

V

Particularmente para Portugal.

Se assim pensam todos os povos da Europa, se assim clamam todos os homens sensatos e amigos de seu paiz, desde Copenhaguen até Madrid,—que não diremos nós Portuguezes, nós vendidos, como os de Parga, a mais feroz monstro que Alli Pacha, nós mais deslealmente sacrificados que os bravos Sicilianos, nós que perdêmos (por cega confiança) riqueza, patria, soberano, liberdade, independencia,—a propria honra! Nós que para lavarmos a nodoa do nome portuguez, para morrermos sem vergonha ao menos, tivemos de ir conquistar, por entre os canhões dos nossos alliados, um rochedo no meio do Atlantico em que podessemos combater—com fôrças desiguaes sim—mas longe do protector estrangeiro e perfido que, emquanto armava o nosso inimigo, nos dizia

—"Descançae, não vos defendais, que eu sou por vós, e vos defenderei se fordes *moderados?*"

Que diremos nós que tudo isto soffrêmos, que tanto mais soffrêmos, e que inda em cima exilados, proscriptos, cubertos do sangue de nossos irmãos, de nossos paes, das lagrymas do orpham, da viuva—entre os gritos da miseria, do clamor da fome, dos ais dos supplicios,—ouvimos (peior de todos os tormentos!) o *riso mofador* dos amigos que nos trahiram,—a amarga ironia, o atroz sarcasmo com que nos insultam na miseria, nos cospem no aviltamento em que *elles sós* nos poseram, —insultando-nos de covardes quem nos tirou as armas da mão—de indignos da liberdade quem d'ella nos não deixou usar—de escravos do tyranno, quem nos forçou no throno esse tyranno, quem no'-lo impoz com suas armas e astucias—zombando emfim de nossa desgraça quem so e unicamente nos fechou os olhos paraque não vissemos o abysmo que nos cavavam—quem n'elle nos despenhou—quem d'elle nos impede que nos ergamos?

E cumpre que nos esqueçamos de tanta affronta, de tanta deslealdade? Quando cumprisse, podêmos nós fazê-lo?—La expiram no patibulo

mais victimas da sua boa-fe, mais martyres da fidelidade ao soberano e da confiança ingleza... A cidade do Porto ve outra vez derramar o sangue nobre e leal dos subditos que não sabem perjurar nem quebrar o vínculo da homenagem com a mesma facilidade com que alliados e amigos quebram o dos tractados e allianças. Com esse sangue fresco ainda é que a purpura roubada de D. Miguel lhe havia de ser adjudicada pelo tribunal dos reis?

E desde quando se caminha ao throno *legitimo* pela estrada de Robespierre? E desde quando é o assassinato, o roubo, o parricidio, o perjurio titulo para a realeza?—O irmão de Luiz XVI reconhecer D. Miguel! O successor de Carlos I reconhecer D. Miguel! O irmão do infante D. Carlos alliar-se com D. Miguel!

Fautores e protectores do parricidio e do regicidio,—o monstro da Bemposta, de Salvaterra e de Queluz *hade ser rei?*

Cegos, loucos! o castigo vem perto, e corre presto.

VI

Terror da oligarchia.—Decidem-se a arriscar tudo n'uma batalha.

A attitude da Russia aterrou a liga oligarchica; e algum tempo se hesitou nos conselhos de Vienna, de París e de Londres (2) se cumpria ou não aventurar agora o golpe decisivo. Esperar, ladear—é a politica dos gabinetes; e foi excellente no mediano estado de civilização de nossos paes. Hoje emquanto os governos consultam, os povos andam, emquanto os oppressores do genero humano concertam os meios de o conter onde elle chegou, a civilização caminha, e o genero humano addiantou muitas leguas na estrada: é preciso novo plano de compressão;—e emquanto esse novo se fórma, quem sabe onde estarão os compressores!

"Não ha tempo que perder: arrisque-se a batalha final e decisiva." Assim discorreu e decidiu a oligarchia: assim o sanccionou a cegueira dos reis.

VII

Estado da religião, e sua actual influencia.—Da chamada *Philosophia moderna.*

E todavia talvez os reis não fechariam tam obstinadamente olhos e ouvidos á medonha face do perigo, ao tremendo brado da opinião que lh'o annunciava, se alêm dos gritos da oligarchia que os traz em cêrco, não viesse o clamor sacerdotal insurdecê-los de todo, e o polluido veo do templo cegá-los de espessa venda.

O exterminio inquisitorial, (3) que os principes catholicos,—quam erradamente e para mal seu! —animaram e auxiliaram com mais podêr e empênho desde o meado do XVI seculo, tinha obstado aos progressos da reforma, principalmente na parte meridional da Europa. Roma embriagou-se com o cheiro do sacrificio; mas o sangue das victimas não bradou em vão ao ceo. Roma conservou sua despotica auctoridade no Sul da Europa e da America; não foi esbulhada e desappossada á viva fôrça da reacção religiosa, como havia

sido no Norte, mas as bases de seu poder se foram minando e carcomendo e apodrecendo lentamente e surdamente. Um terrivel inimigo lhe nasceu do seio mesmo de seus abusos, cresce, nutre e avigora com elles, mais formidavel que o espirito de seita ou de reforma, de mais assoladoras armas, de mais ambiciosas pretenções, mais irreconciliavel em seu odio,—com quem não póde haver paz nem guerra, porque na guerra a vencerá, na paz a escarnecerá:—é a "philosophia moderna"—o scepticismo ou impiedade philosophica.

Como os venenosos reptis que no fermento da podridão e immundicies se desinvolvem e pullulam, a *impiedade sceptica* de nosas eras nasceu do enxovedo das prevaricações da hyerarchia romana. Para demonstração d'ésta verdade basta observar quanto maior é o número dos impios e atheus nos paizes catholicos do que nos protestantes, quantos mais apostolos teve, quantos mais advogados e proselytos tem n'aquellas terras do que n'éstas a impiedade philosophica, o atheismo, o deismo, o materialismo,—todas as variedades de crença—ou antes descrença, que pelo

mundo se propagaram, crescem e filham ha mais de dous seculos.

Este novo inimigo de Roma não tem decerto a energica e violenta fôrça da Reforma, que do fanatismo lhe vinha: não póde dar, como ésta deu, batalhas campaes; não ousa, como ella ousou, escalar praças, commetter cidadellas: não; mas corrompe sentinellas, allicia guarnições, entra por toda a parte—não vencendo elle, mas não lhe resistindo ninguem. Sem allegoria nem metaphora, a Reforma do seculo XVI atacava as fórmas e abusos da igreja romana; a philosophia do XVIII e XIX ataca a essencia mesma da igreja,—e a essa propria egreja chama e declara *um abuso.*

Contra tal inimigo so havia um meio de resistencia: desmentir por obra o que elle asseverava de palavra.

Expliquemo'-nos:

A philosophia argumentava dos abusos da igreja, dos crimes dos sacerdotes, dos padecimentos que elles causavam ao genero humano, para provar que o Christianismo era falso, que sua origem não era divina. Viam-se os factos, cria-se a próva, e ninguem se embaraçava com achar o *veio* do sophisma.

Que deviam fazer os ministros da religião?

Reformar-se a si e á igreja, restituir o espirito do Christianismo, faze-lo o instrumento do bem para que seu divino Auctor o creou, e argumentar assim aos povos da bondade dos effeitos, para a divindade da origem.

Mas se o fizessem, onde iria o pingue e a *grossura* das oblações da terra, que no profanado sanctuario de Roma tanto mais se prezam do que "os puros sacrificios de coração e espirito?"

Roma deitou mão á sua antiga arma da perseguição e do exterminio. . . Mas—sinistro presagio para a potencia do Vaticano!—até pelos principes andára o contágio: o throno acudiu frouxo ao altar. Roma pediu sangue, e os reis não o quizeram derramar: accendeu fogueiras, e os reis apagaram-lh'as: queria victimas para restaurar o splendor do altar, mas os reis careciam de soldados para lhes segurarem o throno: e Roma foi obrigada a contentar-se com alguns golpes da tesoira censoria para os livros de seus inimigos, e alguma relegação para os auctores d'elles.

Mas o mal progrediu; e Roma queixou-se amargamente dos reis; e os reis, a quem ja não restava opção, e que por seus proprios e pessoaes

interêsses deviam deliberar-se a fazer causa commum com os povos contra ella,—e restaurar a religião, maugrado de seus ministros, e forçar os sacerdotes a restabelecer a igreja de Christo—os reis vacillaram, temeram de um lado e outro, recearam de se constituir arbitros em uma questão em que so elles o podiam ser, e por ésta fatal indecisão, que a oligarchia fomentou para seus fins privados, chegaram emfim a pontos em que para não ser involvida na ruina do sacerdocio, a realeza voltou de novo a fazer communião de interêsses com elle.

Tal é a historia religiosa da Europa desde o meado do XVI seculo até os fins do XVIII, pouco mais ou menos.

N'ésta última epocha, e pelas dadas razões, se começou outra vez a formar a desfeita liga do throno e do altar. Bonaparte a teve na mão, essa liga; ia quebrá-la... Não a atou, mas deixou-a inteira. Veio a oligarchia, vieram os reis com as mãos ensanguentadas de Waterloo, e appertaram o laço começado a dar. Salvou-se a hyerarchia romana por mais alguns annos, mas a religião e a igreja foram ameaçadas de toda a parte, e com uma especie de fanatismo philosophico que dobra-

va de intensidade á proporção que Roma de exigencias, e os soberanos de condescendencias.

Portugal, Hespanha, França, Italia, Allemanha, a propria Inglaterra (5) sentiram palpavelmente todas éstas oscilações.

O influxo da religião era nullo nos povos; os sinceros defensores do Christianismo viram seus louvaveis esforços, seus trabalhos perdidos, seus fructos estragados pela ambição e avareza dos sacerdotes, e pela cegueira e timidez dos reis. Ninguem, ha seculos, defendeu o Evangelho como Chateaubriand: que diga elle quem lhe inutilizou suas fadigas. Ja o disse: os que mais interessados eram n'ellas. (6)

Assim pervertida por seus ministros, assim transmudada de sua divina origem, a religião vem de novo contra os povos: e os reis enganados pela oligarchia, fanatizados pelo sacerdocio, a si e a ella se vão precipitar no abysmo, accommetendo de frente a civilização, que nem d'elles nem da religião é inimiga, que so a oligarchia combate, —que nem á realeza, mas nem siquer á aristocracia ou ao socerdocio faz guerra, porém aos sos abusos sacerdotaes e aristocraticos.

VIII

O Waterloo dos povos.

Onde é o campo de batalha? Onde for o centro da civilização: é em França. Onde estão suas immensas e destemidas phalanges? Ninguem as ve: desarmadas, tranquillas esperam a provocação de seus inimigos, não so para pelejarem mas até para se armarem. Não accommetterão pois?

Não: mas quando se defenderem hade ser até á completa e cabal anniquilação de seus inimigos.

E seus inimigos—cegos!—que se enganam com essa prudencia, e a tomaram por covardia.

Illudidos d'ésta apparencia, os ligados inimigos do genero humano assentaram aventurar a decisiva campanha. França, que é o coração da civilização, era portanto onde o golpe mortal se devia dar.

Deu-se. Carlos x e seus ministros ousaram tomar o commando das fôrças oligarchicas e desaffiar os povos na pessoa do povo francez.

Generosa e immortal nação, primeira nação da

terra, nobre propugnadora dos direitos dos povos, França, tu acceitaste o desaffio, vieste á lice, e venceste por ti e por nós.

Deu-se em París o Waterloo dos povos. Os dias 27, 28 e 29 de Julho de 1830 decidiram a sorte da guerra: a civilização triumphante em París triumphará desde o Tejo ao Newa, e desde o lago Erie ao rio La-Plata. Os hymnos d'ésta grande victoria soarão por toda a parte, os *Ios* d'este triumpho echoarão por toda a terra; suas consequencias serão universaes e geralmente sentidas em todo o mundo.

O nobre exemplo do povo francez, sua generosidade, sua firmeza, sua devoção, sua moderação serão imitados de todas as nações.

Ja a Belgica respondeu á voz animadora do grande povo. A Italia não sera a derradeira. Nem são insignificantes as demonstrações da Prussia. Toda a Allemanha ferve. O procedimento do governo russo proclama abertamente que até sob os gelos do polo arde a chamma electrica da liberdade. Ja precursoras faiscas annunciam a detonação proxima na peninsula iberica. Hespanha chama ás armas; Portugal vai tomá-las.

Toda a differença e dúvida é de tempo: mas a Europa vai libertar-se. Venceu-se o *Waterloo dos povos*, e a *Sancta-alliança dos povos* vai formar-se no campo da victoria: assim como a impia liga dos oligarchas se jurou nos plainos da Belgica, a sanctissima liga das nações foi jurada nos muros de París. A bandeira tricolor fluctua outra vez no centro da Europa, e chama em tôrno de si os opprimidos para se unirem contra os oppressores.

Toda a Europa oligarchica ameaça a França: (7) a França não lhe póde resistir senão ligando-se com a Europa liberal. Isto é necessidade, é fôrça, é imperio das circumstâncias. Não precisa *razão*, basta o *instincto* dos povos para o conhecer. Sejam os meios secundarios quaes forem, as apparencias quaes quizerem, ésta é a causa verdadeira, estes serão seus effeitos reaes.

IX

O que devem fazer os soberanos.—Da legitimidade.

E todavia ainda é tempo para os reis, para alguns d'elles ao menos. Ainda podem abrir os

olhos, e tomar a unica resolução prudente e avisada que lhes resta,—lançar de si a oligarchia, desligar seus proprios interêsses dos d'ella, vinculá-los com os do povo. O povo não é inimigo dos reis; o povo europeu ama a monarchia. Vêde-o em França expulsando um rei inimigo, e nem por isso destruindo o throno. Sahiram os Tarquinios da nova Roma; mas a realeza não foi proscripta, nem consules creados em odio ao titulo real. Não se rasgou a purpura manchada; o povo generoso de seu sangue, poupou o do tyranno, e com o seu proprio lavou a purpura real, e a investiu em mais dignos hombros. Vêde o espirito do seculo! vêde a generosidade, a prudencia da liberdade moderna! O que são os Aristogitons e Harmodios, os Brutos e Cassios da antiga historia comparados com os heroes da civilização moderna!

Não é pois aos reis, e menos á realeza que o povo faz guerra; é á oligarchia e a seus privilegios, é aos inimigos dos reis e dos povos. Separem os reis sua causa da d'elles, unam-se ao povo que os ama e quer,—e a guerra acabou sem sangue.

Seja a *Legitimidade* o que seu nome importa, "um principio fundado na eterna e natural jus-

"tiça, princípio sancto, inviolavel, que tanto li-
"gue os povos como os reis:" não seja ella so pretexto de oppressão para o povo, e arma de segurança para seus inimigos, espada de dous gumes na mão da oligarchia, que fere rei e povo se o povo quer ser livre, ou se o rei o quer libertar; e que nem defende um das injustiças do outro; mas so offende ambos quando um ou outro ou ambos querem ser justos:—não seja a legitimidade este vão e ouco nome que tem sido; e o povo respeitará, amará, defenderá a legitimidade.

Tal como ella se tem mostrado na Europa, assassina em França, traidora na Allemanha, ladra na Italia, carnifice em Hespanha, suicida em Portugal, mentirosa e falta de fe em toda a parte, essa legitimidade é uma *blasphemia* contra Deus e suas eternas leis que ultraja, um attentado contra a sociedade, e usurpação de suas leis que escarnece,—é um princípio de abominação contra o qual se rebellarão os povos todos, e o proscreverão para todo sempre.

Mas ousarão os reis ser justos, quererão elles ser *legitimos*, legitimos sem antiphrase? (8)

Chegámos ao tempo de o ver clara e sensivelmente, de os ouvir sem intérprete, de conhecer

emfim suas verdadeiras intenções. Os que se poserem á frente *dos muitos contra os poucos*, serão em verdade reis e chefes legitimos das nações, que os amarão e defenderão. Os que se rodearem *dos poucos* e pelejarem contra *os muitos* o que serão? O que podem elles esperar do povo quando o povo triumphar!

E o povo hade triumphar.

X

Effeitos em Portugal da victoria de París.

As consequencias da grande victoria da civilização, ganha em París, serão proporcionalmente mais ou menos promptas e efficazes nos diversos pontos do orbe que estão em circumstâncias de as sentir, segundo a variada natureza d'essas mesmas circumstâncias. Não precisa demonstração.

O peculiar e singularissimo estado de Portugal, de Portugal onde meia nação está proscripta, exilada ou encarcerada, com uma alliança oppressora e proverbialmente perfida, avexado em casa

da tyrannia de seu brutal inimigo, atraiçoado fóra da doblez e inepcia de seus falsos amigos e procuradores, Portugal (não é paradoxo) achará mais difficuldades que nenhuma outra nação em se libertar e reconstruir. Prostrar ou expulsar D. Miguel é facil empreza; facil a perfará a nação; mas equilibrar-se direitamente, estavelmente na nova balança da Europa, é, em minha opinião, de tam complicadas e abstrusas difficuldades, que não julgo possivel o solve-las claramente a nenhum juizo humano.

Não desanimemos porêm; é antes ardua do que impossivel a tarefa. Maior será a glória de Portugal: e em proporção de seu actual vilipendio e deshonra, crescerá a fama e renome dos Portuguezes, quando de novo apparecerem entre as nações da terra, a nação que n'outras eras foram, e que na *nova era* do mundo lhes compete ser.

A seguinte e derradeira secção d'este meu trabalho é, inteira e exclusivamente, votada ao transcendente assumpto.

SECÇÃO SEXTA

Recapitulação.—O que póde e o que deve ser Portugal na nova balança da Europa.—Alternativa em que tem de optar: ou independencia com verdadeira liberdade, ou união com Hespanha.—Como lhe convem a primeira; como a segunda.—Da união com Hespanha.—Conclusão.

I

Razão de ordem.

Chegámos emfim á última parte de nossas reflexões, á conclusão final de todas ellas; vamos tirar o importante corolario a que desde o princípio tendêmos, e para o qual procurei dirigir a attenção de meus leitores, assim pelas *rectas* como pelas *curvas* em que figurei minha proposição.

Paremos antes de entrar a porta da grande e final conclusão; façamos breve retrospecto do que vimos e observámos, do que temos inferido de nossas observações.

Considerámos Portugal em si mesmo, no que foi e no que é, vimos o que eram e o que são as potencias que o rodeiam e entram no systema do mundo civilizado, do qual elle faz, postoque pequena, não insignificante nem desprezivel parte. Contemplámos os esforços da oligarchia para reduzir o natural systema do mundo a seu antigo e incoherente estado, os meios depressivos e repressivos de que se teem servido para criar um *modo de ser* artificial e incongruente, que em si traz o proprio germen de sua destruição, e como o cahos da fábula, vanmente lucta na guerra de inconsistentes elementos.

Temos visto ao mesmo tempo como a civilização, por sua fôrça d'ordem e natural organização, tendeu sempre a desmanchar o forçado e falso equilibrio da oligarchia, e apezar de todos os esfôrços d'ella, o destroi progressivamente, e pouco a pouco lhe substitue o regular systema da natureza, que em vão pretenderam anniquilar as erradas combinações dos gabinetes. Á proporção que os povos se iam illustrando e a civilização crescendo, vimos ir diminuindo a fôrça da compressão oligarchica; e com a liberdade voltar a ordem natural do mundo.

Portugal atequi lançado fóra de sua orbita, forçado, para assim dizer, a entrar n'um systema planetario alheio de todas suas naturaes propensões, vai pois entrar n'esse novo equilibrio regular que a civilização estabelece — ou, mais propriamente, restitue. O como, o quando, as causas, as circumstâncias, os effeitos da antiga e desnatural posição politica de Portugal, rapidamente mas com sensivel demonstração, temos visto, tanto em sua propria historia como na das outras nações que para isso influiram ou por isso foram influenciadas.

Naturalmente se faz pois aqui transição para o capital e mais importante objecto do presente ensaio.

Como, á vista do que temos observado, como, pela experiencia que agora temos do que somos, do que fomos, do que temos procurado ser, do que não podémos conseguir, do que não soubemos ser nem conseguir, — deveremos agora tractar de nos constituir nação entre as nações, e entrar no novo systema politico do mundo?

Por outras palavras, e mais conformes com a rúbrica d'este ensaio: qual será a qualidade e a quantidade do pêso com que Portugal deve entrar na balança da Europa?

II

Unica alternativa em que a Portugal resta optar.

Parece-me não carecer de demonstração que o mesmo que Portugal atequi era, ja elle não póde ser. Pouco mais difficil ou longo de provar será que uma so alternativa lhe resta para podêr existir em harmonia com o novo princípio europeu; mais simplesmente e mais absolutamente,—para *podêr existir*. Esta alternativa é igualmente simples e clara: "ou continuar a ser potencia independente mas independente devéras,—ou voltar a ser provincia de Hespanha."

Escravo não vive; falsamente manumissò, fugirá da casa de seus atraiçoados patronos, e irá trocar a independencia pela liberdade, irá dar seu nome, suas recordações historicas, sua glória antiga, sua bandeira ja triumphante e senhora dos máres,—irá dar tudo, entregar tudo a troco de liberdade; constituir-se-ha filho-familias para gosar na casa alheia essa mesma liberdade que em sua propria casa, e como senhor seu e pae-de-familias, lhe não deixarem gosar.

Portugal tem um unico fim e objecto, sem o qual estar conseguido, jamais se aquietará por tempo consideravel; é o de SER LIVRE. Em outras nações ésta vontade nasce do desejo de melhoramentos, da grande illustração de suas classes, do so poder da civilização: em Portugal, alêm d'essas causas, ha a necessidade absoluta, forçosa, invencivel, a que nenhum poder humano hade obstar, que os exercitos e as armadas, e os tractados e as convenções dos gabinetes podem conter algum tempo, mas não poderão estavelmente e firmemente contrastar. Portugal foi ricco e poderoso; a má administração o deixou mais pobre e mais fraco do que nenhuma outra potencia da Europa. Emquanto seu poder se extendia aos quatro angulos da terra,—emquanto de todas essas immensas, e que pareciam inexhauriveis, fontes de riqueza lhe vinham torrentes de cabedal, que, se não davam sólida nutrição, augmentavam todavia, postoque transitoriamente, suas fôrças; com ellas suppria a falta da liberdade (com que so uma nação póde ser devéras independente), e substituia os limites naturaes que a natureza lhe não deu, e que judiciosa arte não soube crear d'outro modo mais sólido e permanente.

Mas hoje que tudo isso acabou, que Portugal perdeu tudo o que lhe dava e garantia sua ephemera independencia,—ou hade com auxílio e accôrdo de seus alliados, mas principalmente por esfôrço proprio e deliberação sua, crear novas bases de independencia, novos limites e estrêmas em suas fronteiras tam rasas; ou maugrado de suas affeições e desaffeições, de seu orgulho, alias nobre, de suas tradições gloriosas, irá unir-se como provincia á mesma potencia cujo mais teimoso e irreconciliavel inimigo foi emquanto Estado independente.

III

União com Hespanha.

"Portugal depois da ultima guerra continental (escreveu ha pouco um Portuguez que ninguem accusará de jacobino, postoque so em Francez nos communique suas lucubrações) voltou a pôr-se debaixo da tutella ingleza. Mas será necessario para a continuação d'ésta influencia que Portugal

seja reduzido á miseria extrema, á completa nullidade! . . A influencia de Inglaterra sôbre Portugal é inevitavel, affiança-lh'a a natureza mesma das coisas, os verdadeiros interesses de ambos os Estados, habitos antigos, e effectivas stipulações, que tanto mais duradouras e efficazes são, quanto derivam sua força do permanente e commum interesse. Pretender conservar Portugal em um estado d'atonia e de miseria, de padecimento perpétuo, relegá-lo para entre as nações barbaras estacionarias, fazê-lo retroceder cinco seculos de civilização, forçá-lo a appresentar á Europa a imagem viva das atrocidades da meia-idade, despidas dos prestigios de grandeza e heroismo que a espaços as encubriam, annullá-lo emfim e ultrajá-lo para mais seguramente o dominar,—fôra não so barbaridade repuguante, mas, o que peior é, êrro grave. . . Portugal habituado a não gosar de sua independencia nacional, avexado e affrontado pelo jugo, ja insupportavel, d'uma potencia estrangeira veria emfim com menos horror, e talvez como unico meio de salvação, a dominação hespanhola que tanto detestava. A Hespanha sempre de guella aberta para engulir uma preza que incessante persegue, não pouparia intrigas

nem seducções para conseguir um resultado que ella seguramente considera como a so indemnização possivel que lhe resta pela perda de suas colonias, e que a constituiria na primeira linha das grandes potencias europeas. E convirá á Inglaterra reduzir assim Portugal á tremenda alternativa de optar entre dois males, e forçá-lo á cruel extremidade de ir, no excesso de seu desespêro, sepultar as gloriosas recordações de sua historia e de sua independencia no odioso golpham da dominação hespanhola? Tal seria comtudo o resultado de se renovar o antigo systema politico de Inglaterra para com Portugal."

Não concordando em toda a extenção nem talvez em toda a accepção dos principios postos por este judicioso escriptor, convenho (e quem não convirá?) nas consequencias todas que d'elles tira. Acrescentarei porem o que talvez so seja rectificação de expressão e não ampliação de idea. Do logar acima transcripto parece que Portugal so poderá ir unir-se a Hespanha por uma especie de vingança ou ressentimento contra a injustiça, tyrannia e insultos de Inglaterra: eu creio e vejo que, abstrahindo d'essa forte causa, Portugal pela fôrça das coisas, quer queira quer não, quer mais

ou menos lhe convenha, hade inevitavelmente fazer-se provincia de Hespanha, se fortes, verdadeiras, solidamente constituidas, litteralmente cumpridas, e inteiramente livres instituições não impedirem essa juncção e absorpção, a qual não so a cubiça e interêsse hespanhol mas o forçado interêsse portuguez hãode fazer de commum accôrdo e para commum segurança dos dous Estados. (1)

Ja mais do que uma vez o obscuro auctor do presente ensaio tem levantado seu baixo clamor contra os projectos loucos e antinacionaes de alguns Portuguezes desvairados que, sem mais reflexão nem condicções, pretenderam suscitar e *nacionalizar*, se é lícita a repugnante expressão, a idea da união com Hespanha. Do coração vem meu brado juntar-se ao do escriptor que citei, ao de todos quantos clamarem pela gloriosa independencia portugueza, e se unirem emtôrno dos estandartes de Ourique para pelejar, e se for preciso, morrer por ella. Mas esse pendão hade ser puro como o que hasteou Affonso Henriques, suas côres hão de ser verdadeiras como as que tremularam em Aljubarrota e Montes-Claros, não falsas como as do Vimieiro e de Cintra, não man-

chadas da predominação e mal-rebuçada tyrannia que ha seculos desbotam e enxovalham as antigas Quinas portuguezas.

Reine o Drago lusitano, mas não o sustente a garra traidora do Leopardo sôbre um solio que não é solio, e para uma independencia mais envilecida e dependente do que jamais foi tolerada por nação alguma, desde o tempo dos exarchados romanos.

É pois indubitavel e inquestionavelmente, a última alternativa em que a Portugal resta optar, ou independencia verdadeira, isto é, independencia com liberdade, com instituições que a segurem,—ou união com Hespanha.

IV

Condições necessarias para a independencia de Portugal.

Sem dúvida todas as inclinações e desejos e vontades dos Portuguezes, de preferencia tendem a escolher a primeira parte da alternativa. Fosse como fosse arranjada a união, por mais vantajosas, e da parte de Hespanha condescendentes, as

condicções de nossa renúncia á independencia, absolutamente fallando, Portugal será o lesado no contracto. A massa do povo, a plebe propriamente ditta, as classes menos influentes do Estado pouco perdem, e porventura muito podem ganhar, na fusão da uma potencia pequena em uma grande, se a fusão for voluntaria, se, não por conquista mas por cessão, o paiz menor abdicar a soberania em favor do maior. Mas todos quantos por nascimento, por cabedaes, por merito pessoal sobrepujam em consideração, e se elevaram da massa geral a toda e qualquer especie de preeminencia social, esses perderão tudo com a união, e serão obrigados a entrar na nullidade politica e social de que por seu talento ou valor, ou importancia adquirida ou herdada tinham sahido.

Não se enganem, não se illudam os Portuguezes n'este ponto: pesem bem todos os pros e contras de uma resolução que, apenas tomada, será irrevogavel; ou quando o não seja, so á custa de muito sangue, de um monte de calamidades, que sem horror não é possivel calcular, poderá ser, e talvez nem assim, revogada.

Vejamos pois em primeiro logar, examinemos com o maior cuidado, calculemos todas as possi-

bilidades dos meios que nos restam para conservar nossa preciosa independencia.

Em um so, ja vimos se encerram, ou a elle se podem reduzir todos estes meios: liberdade.

V

Reduzem-se a uma as condições da independencia de Portugal: liberdade. E como se firmará a liberdade em Portugal?

E como estabeleceremos e firmaremos nós verdadeira e segura ésta liberdade? Com instituições prudentes e justas.

Quaes hãode ser essas instituições paraque justas e prudentes sejam? As que reunirem a conveniencia das fórmas com a solidez e legalidade dos principios. Sem ésta combinação nenhumas instituições politicas podem fazer a felicidade do povo, e sem ella nenhum povo é livre: sem ser livre, nenhum povo póde ser estavel e verdadeiramente independente: nas particulares circumstancias de Portugal nem breve nem provisoriamente o será.

VI

Que instituições convenham a Portugal para lhe garantir liberdade.

Instituições politicas que a Portugal convenham hãode pois conter, alem da justiça dos principios, que so podem ser os do direito natural e das leis geraes e absolutas de toda a sociedade,—fórmas adaptadas a suas circumstancias e peculiar construcção, ou *modo de ser* politico.

Não é d'este logar, e para a maior parte dos leitores seria escusado, fazer longa deducção ou demonstração dos principios de direito universal que devem formar a base de livres instituições. Nenhum pacto social póde ser fundado senão na liberdade natural do homem e em sua igualdade legal: nenhum codigo político póde ser bem formado se não garantir o exercicio d'aquella e a conservação d'ésta. Mas o modo porque essa garantia se hade estabelecer depende das circumstancias de cada paiz: e aqui ja o direito sai da regra geral absoluta, o entra—não em excepções, mas em modificações, tam necessarias á conser-

vação dos absolutos principios, quanto a constancia d'elles é indispensavel na formação das bases sociaes.

Portugal está na Europa, rodeado de monarchias, monarchia foi desde sua origem, cheio de interesses, de memorias, e se quizerem, até de preconceitos monarchicos.

Não póde ser senão monarchia.

Mas Portugal desde sua origem, isto é, desde a reconquista, fundou interesses, creou estabelecimentos, e se accostumou aos habitos aristocraticos. Portugal não pode deixar de conservar o elemento aristocratico que entra em sua formação.

Mas Portugal, pelas conquistas que fez, pelo commércio que tantos seculos administrou, pelo augmento das riquezas que d'ahi lhe veio, pelo augmento de illustração que adquiriu, pela fôrça crescente da indústria que n'elle existe,—e que agora açaimada de absurdas leis está latente ou mal desenvolvida, mas logo se desinvolveria e desenvolverá apenas a soltem,—tem na classe média, cujo número, fôrça e poder cresce, e por todas éstas razões crescerá cada dia e cada hora, um elemento democratico, legitimamente democratico, tam importante, tam consideravel e in-

fluente, que, Portugal não póde deixar de admittir a democracia como base—e a maior base é essa—de suas instituições politicas.

Uma constituição portanto que a Portugal possa convir hade tomar por base principal a democracia de sua maior e mais importante população; hade modificá-la depois com o elemento aristocratico que em sua natureza está arraigado, e hade rematar por fim esse edificio com a *coroa*, a qual fórma o vertice da pyramide, perfeito emblema de uma bem constituida e regular monarchia representativa. (2)

Para que se consiga o primeiro d'estes fins é necessario que a representação nacional seja feita pela livre escolha e eleição do povo.

Para o immediato, é necessario que os interesses aristocraticos da nação tenham representação e auctoridade pública, a qual limitada pela fôrça democratica, e contrabalançada pelo poder real, venha a ser, por este modo, princípio de harmonia e ordem, em vez de instrumento de oppressão que era.

Collocada no fastigio da sociedade, a realeza, necessaria aos habitos do povo, mais necessaria e mais util sera ainda á conservação de sua liber-

dade e igualdade, se o sceptro for equilibrado como fiel da balança do Estado—e não alçado em vara de perseguição e exterminio para que o despotismo o torcera.

VII

As tres constituições portuguezas.

Taes são indubitavelmente os p r i n c i p i o s sobre os quáes se devem firmar, e as f ó r m a s com as quaes se devem construir as instituições politicas que assegurando a liberdade, garantam a independencia de Portugal. Por outras palavras, —taes são as condições do p r i m e i r o m e m b r o da alternativa que a Portugal se offerece.

Examinemos pois, segundo estes principios, ou mais exactamente, appliquemos éstas regras a cada-um dos tres corpos de direito politico que em Portugal teem regido, isto é, ás tres constituições que entre nós se teem estabelecido, vejamos qual d'ellas se ajusta mais ás regras postas; e será essa a que mais se approxime da desejada perfeição.

VIII

Antiga constituição da monarchia.

Disse "as tres constituições que em Portugal teem regido," e disse exactamente. Antes da revolução de 1820, Portugal tinha comeffeito sua constituição; nem ha Estado que a não tenha. Mas a antiga constituição de Portugal era, de mais a mais livre e representativa, como a de todos os povos que dos conquistadores do Norte herdámos os principios da monarchia limitada que por todo o Sul e Norueste da Europa, geralmente se estabeleceram quasi desde a destruição do imperio romano. Estes principios foram mais d'este ou d'aquelle modo modificados nos diversos paizes em que pervaleceram, segundo a variedade das circumstancias.

Seja ou não apocrypha a lei fundamental escripta que nas côrtes de Lamego se diz feita pela concurrencia da aristocracia e dos representantes da democracia portugueza, os principios que n'ella se declaram, regeram constantemente entre nós,

quer fosse tradicionalmente quer não. Os actos, declarações e manifesto das cortes de 1640 acabaram toda a questão sobre o principio fundamental da monarchia portugueza e predominante em sua constituição. A base representativa ahi é claramente determinada, e a derivação do poder real do principio democratico estabelecida em tam claras e positivas expressões que não póde restar a minima dúvida ou a mais especiosa. Fundada porêm em solidos e naturaes principios, a antiga constituição de Portugal peccava na fórma; ja porque dispersa em várias leis escriptas, em costumes e usanças tradicionaes, carecia de regularidade e nexo e harmonia, ja porque destituida de garantias e remedios legitimos para os casos de infracção da lei positiva, ou aberração de seu espirito, forçosamente corria o perigo de ser mal conhecida, e esquecida da nação, desprezada portanto e infringida do governo.

São hoje tam sabidos em Portugal os principios e regras geraes da antiga constituição da monarchia, teem-se n'estes ultimos tempos revolvido tanto nossos antigos monumentos e historias, para achar factos e precedentes com que documentar e provar éstas asserções, que fôra van

pompa de erudição perdida repetir aqui o que anda nos olhos de todos. Basta para o meu objecto enunciar as generalidades que deixo escriptas.

IX

Constituição de 1822.

A memoravel revolução de 1820 não fez mais do que proclamar a restauração dos antigos principios da constituição portugueza, que pela ignorancia do povo (3) e usurpação da coroa havia mais de um seculo tinham cahido em total dessuetude e esquecimento.

Tal foi o brado que se alevantou no Porto em 24 d'Agosto d'aquelle anno. Se a maneira por que estes principios depois se combinaram, e as fórmas com as quaes em o novo codigo politico se estabeleceram, não eram as mais proprias e adequadas ás circumstancias, ás necessidades e aos habitos da nação, em nada mancha esse êrro a glória da revolução, nem diminue o credito de

prudencia e aviso politico dos primeiros proclamadores. (1)

Tomou-se no codigo de 1822 por base da constituição a que real e verdadeira o era, foi e é, o principio democratico. Mas, por uma reacção,—exagerada certamente, porêm desculpavel pelos longos, pesadissimos e ainda tam recentes aggravos que a nação recebera da aristocracia,—absolutamente se eliminou de novo codigo politico o princípio aristocratico, cuja modificação era necessaria para equilibrar os elementos democratico e monarchico, de que aquella constituição se compunha. Este êrro, cujas causas principaes foram essas, deu logar a que a democracia legal degenerasse em demagogia illegal.

Sem appoio no elemento aristocratico, entregue á mercê da omnipotente democracia, o princípio monarchico foi mal dotado, e mal constituido n'aquelle codigo. Sem nenhuma acção sobre a democracia, porque nem veto nem direito de dissolução tinha o rei sobre a camara unica e democratica de que so constava a legislatura, a coroa deixou de ser o fiel da balança do Estado: isolada e desamparada no meio das massas demagogicas, ella não podia, nem proteger a democra-

cia, a qual é sua primeira instituição, — nem conter a aristocracia, a qual sem nexo ou interesse algum legal que a prendesse ao Estado, por necessaria reacção promovia a destruição de um systema que por odio a não tinha admittido, e por impotencia e receio a não ousava anniquilar.

D'aqui a incongruencia e impractibilidade do codigo politico de 1822.

X

Constituição de 1826.

A lei de 1826, que, proposta pelo rei e acceita pelo povo, não precisa de ficção alguma juridica para legitimamente se poder dizer de commum accôrdo feita e constituida pela nação e pelo soberano, alem de ser a mais escrupulosamente legal em sua origem, proclamação e estabelecimento, é tambem a mais legítima das tres (e aqui digo *legítima* no verdadeiro sentido e não na irrisoria anti-phrase da Sancta-alliança) pela fiel conservação dos absolutos principios do direito natural

e social, pela prudente restauração das antigas bases do direito público portuguez, e finalmente pela accertada combinação d'estes principios, e recta proporção das fórmas que a esses principios fazem estaveis e os organizam para equilibrio, ordem e harmonia da constituição do Estado.

Tomada, como em todas as outras, a base democratica, estabelecido, como sempre, o princípio da representação popular, a constituição de 1826 admittiu o elemento aristocratico para modificar e moderar a fôrça democratica, e moderar e amparar o princípio monarchico, o qual assim constituido, vem a ter acção affirmativa e negativa, tanto sobre a base geral da constituição, como sobre o elemento que a modifica. E por outro lado, esse mesmo princípio monarchico é de ambas as partes contrabalançado e contido pelos proprios elementos que modera e equilibra.

Esta theoria da constituição de 1826 não precisa demonstração para se ver que é exacta. Felizmente todos os bons Portuguezes conhecem e sabem quasi de cór a preciosa lei que os reconstruiu em nação: e facil será a qualquer leitor o convencer-se por seu proprio exame da exacção d'ésta doutrina.

XI

Defeitos e omissões da constituição de 1826.

Mas paraque o edificio social assente sólido sobre suas bases, e esteja regular em suas fórmas, é necessario, alêm d'isso, que em si tenha as garantias de sua conservação, e os remedios necessarios para seu reparo.

N'este ponto, não so a antiga constituição tradicional-escripta de Portugal, e o codigo de 1822, mas tambem a mais perfeita lei de 1826 é defectiva e omissa.

Esses defeitos e omissões precisam ser emendados aquelles e suppridas éstas. A mesma lei o auctoriza, e determina o modo porque se deve fazer. Estamos actualmente em proprio tempo de o pensar, e breve teremos a possibilidade de o fazer. Cumpre chamar a attenção pública para os objectos principaes que n'este ponto se devem considerar, fixá-la nos mais proeminentes, e indicar, quanto cada-um melhor intende, os meios e modos de o fazer com accêrto.

Nenhuma doutrina é tam clara como a que na prática se mostrou boa; nenhuma regra ha tam infallivel para conhecer erros e defeitos, e o modo de os emendar, como a experiencia alheia e propria, mas sobretudo a propria. Consultemos essa experiencia; seja ella, sejam nossas desgraças que nos allumiem no recto caminho de as evitar.

XII

Camara electiva: dissolução.

Disse, e ninguem negará, que a base de toda a constituição representativa, especialmente da portugueza, e especialissimamente da portugueza qual a constituiu a Carta de 1826, é o elemento democratico. Entra principalmente este elemento na constituição pela representação popular da camara electiva. E um dos mais prudentes e acertados meios de modificação que a mesma Carta deu á coroa é o direito de dissolução d'aquella camara. Este direito porêm, tam necessario, póde ser exercido com abuso e para diverso

fim do que o estabeleceu a lei. E a lei é aqui defectiva, porque aopé do direito de que se póde abusar, não poz o remedio para quando se abusar. É pois uma das primeiras e essenciaes reformas que aquella lei carece, ajuntar-lhe esse proprio remedio. Porêm o remedio deve ser constitucional, isto é, deve conter-se dentro dos principios legaes que hade manter e conservar.

Não se póde portanto tirar á coroa o direito de dissolução. Nem se lhe podem pôr condicções; pois quem sería juiz d'ellas, que auctoridade ha no Estado que podesse arbitrar entre a coroa e o povo? Não resta senão determinar o modo por que a dissolução deve ser feita, e auctorizar a camara electiva á resistencia legal (5) quando esse modo se não observar.

A Carta manda que o rei dissolvendo a camara dos deputados, faça immediatamente convocar outra que a substitua. Se o rei cumpre inteiramente a lei, a representação nacional não cessa, e a base da constituição é conservada. Mas se elle usa so do direito que a lei lhe dá, e não cumpre a obrigação que a esse direito está annexa, a constituição foi offendida, e sua existencia posta em perigo.

*

Assim o vimos em 1828 quando o infante D. Miguel valendo-se da falta de remedio com que a lei fundamental o deixava infringi-la, de facto usou so do direito e desprezou a obrigação.

Não vejo que a este perigo se possa obstar sem correr o risco da anarchia, senão declarando, em supplemento ao defeito da lei, que todas as vezes que o rei dissolve a camara dos deputados sem convocar ao mesmo tempo, e pedirei mais, pelo mesmo decreto outra nova, a dissolução da antiga camara é nulla, os deputados reassumirão suas procurações e legalmente serão auctorizados a resistir por si, e pela nação que representam, a toda a ordem ou auctoridade que os impedir no exercicio de suas funcções.

Lisongeio-me que ésta minha indicação não será desprezada dos futuros representantes da nação portugueza; e que a mesma nação convencida de sua utilidade, antes, de sua absoluta necessidade, reclamará e exigirá a incorporação d'ella na lei fundamental do Estado.

XIII

Camara hereditaria ;—sua formação ;—independencia ;—presidencia d'ella.

O elemento aristocratico, que na constituição portugueza entra para necessaria modificação da base democratica, não póde em nossas circumstancias ser estabelecido de differente modo do que a Carta de 1826 o instituiu. Uma segunda camara, uma camara de pares, de senadores, de qualquer nome que mais queiram dar-lhe, so póde ser formada ou pelo modo hereditario, ou pela eleição popular, ou por escolha do rei.

Para mim é evidente que no segundo caso a camara somente sería uma segunda representação da democracia, e de nenhum modo elemento modificativo d'ella ; que no último ella sería discordante pêso na balança do Estado do lado da coroa, na qual tamanho direito assim fosse investido. E não hesito portanto em asseverar que por qualquer d'estes dous modos o recto equilibrio da constituição fica destruido. Nem vejo que haja outro meio algum racionavel e que mais segure a

independencia de uma segunda camara do que a regra hereditaria que constitue os pares leigos, e a quasi-hereditaria que constitue os *natos em virtude de officio*, para os pares ecclesiasticos, ou se necessario se julgar, para quaesquer outros que por seu emprego e não por sua pessoa n'aquella camara devam ter assento.

Para aquelles pares que o crime de alta traição não fulminou e cujas casas não formam para tam alta dignidade necessario e independente estabelecimento, é indispensavel que o Estado os dote com sufficiente renda, ou adjudicando-lhes bens nacionaes vagos por qualquer modo, ou dando-lhes desde ja, e de juro e herdade, aquelles d'esses bens que em sua casa andam *ás vidas*, para n'ella tam longa e perpetuamente se conservarem vinculados quanto dure a dignidade e officio de par n'essa linha e casa.

Para a escolha dos novos pares cumpre estabelecer regras, que não limitem, mas *condiccionem* a prerogativa real.

Outro defeito na lei fundamental ácêrca da mesma camara é attribuir absolutamente ao governo a nomeação do presidente d'ella. A presidencia do senado hereditario é tamanha e tam

alta dignidade, de tam importante e influente auctoridade, que não deve nem póde entregar-se assim á incondicional e absoluta escolha da coroa.

Tambem ja tivemos funesta experiencia d'este erro. O rei nomeou d'entre os pares o mais qualificado por titulo, e de maiores pretenções de nascimento: succedeu que este era inimigo, e atraiçoado inimigo das mesmas instituições que tam alto o haviam alevantado: mas forte com sua nomeação incondicional, conservou a presidencia da camara até que a destruiu; e conservaria perpetuamente se a não destruisse, para eterna confusão e incorrigivel desorganização do systema que abhorrecia, porque o governo não ousava, nem era liquido se podia ousar, demitti-lo de suas funcções.

N'este ponto, com a experiencia doméstica que nos mostrou o defeito, devemos juntar a experiencia alheia que nos ensina o remedio. A presidencia da camara dos pares não deve ser nem propriamente hereditaria em virtude de direito pessoal, nem absolutamente da escolha não-qualificada do rei; nem de nenhum outro modo se deve constituir, senão pelo que em Inglaterra e n'outros paizes em que o systema constitucional por

longa experiencia está bem conhecido e organizado. Este modo, que menos inconvenientes do que nenhum outro offerece, é o de dar a presidencia da camara hereditaria ao officio e não á pessoa, a um cargo do Estado e não a cidadão algum por mais elevada que seja sua jerarchia ou dignidade. Em Inglaterra é o chanceller mor do reino que em virtude do seu officio preside á camara dos pares. Por este modo *condiciona-se* a nomeação da coroa, porque é o rei que nomeia o chanceller; mas o rei tem de nomear para chanceller um magistrado ja qualificado e capaz para as funcções da alta judicatura que exerce nos tribunaes. Além d'isso, fica amovivel a pessoa que é incerta, e inamovivel a presidencia que é certa no encargo.

Porque não havemos nós de seguir exemplo que tam bons documentos traz?

XIV

Camaras municipaes.—Administração.

O systema de administração, o qual comprehende o municipal, e que, á excepção d'este ramo,

a Carta mandou conservar como se acha em quanto por lei não fosse alterado, immediatamente precisa d'essa alteração, porque sem ella não podem ser effectivas as outras disposições da Carta, nem exercer-se como devem as attribuições dos diversos poderes constitucionaes.

As camaras municipaes erradamente teem sido consideradas como corpos isolados do resto do systema. (6) Não o são nem o podem ser. Ellas são a base do systema administrativo, em que a auctoridade da coroa, ja limitando, ja modificando o princípio democratico da eleição popular, se junta com elle, para formar, no interesse da população geral, um corpo organizado que vigie na execução das leis, que as applique em seus pormenores, e faça applicar ás peculiares circumstâncias de cada provincia e comarca e concelho, sem comtudo sahir da harmonia dos principios universaes que a lei geral estabelece. Os corpos municipaes não devem nem podem portanto estar em contacto immediato com o governo: as linhas que os unissem seriam mui longas e divergentes, e não poderiam servir de sólido nexo. A experiencia igualmente o próva mais que muito. É necessario pois que, dividido o reino em regulares

comarcas, em cada-uma d'ellas haja um centro municipal e administrativo, que formado pela eleição dos diversos municipios do mesmo círculo, seja presidido por uma auctoridade administrativa nomeada pela coroa, a qual assim os centralizará entre si, e os communicará por uma so recta e não-interrompida nem demasiado-longa linha, com o governo, de quem não depende absolutamente, mas com quem deve estar ligado o systema administrativo, e o municipal que é o mesmo.

Não é d'este logar especificar o modo por que em todas suas partes se deve organizar o systema administrativo, e o como a formação das camarás municipaes deve ser feita, paraque n'elle entrem regularmente: aqui, bem como em muitos outros pontos, sou forçado por meus limites e objecto principal a tocar apenas por summos capitulos o que merecia aliás mais circumstanciada explicação.

O que vem ditto basta porem para se conhecer aonde a necessidade apperta, e o remedio deve ser prompto. A cumulação da auctoridade judiciaria com a administrativa e financial, que é um dos maiores vicios da presente organização de Portu-

gal, ficará corrigida em se adoptando os propostos e necessarios principios. (7)

XV

Garantias da constituição.—Reformas etc

Não basta porêm que a architectura social seja perfeita, e suas fórmas regulares. É necessario que o povo ame a constituição, e para que a ame, a conheça. É necessario mais, que amando-a porque a conhece, tenha meios de a defender quando atacada por traição domestica ou invasão estrangeira: e que os interêsses individuaes de tal modo fiquem dependentes dos interêsses da nação, e com elles ligados, que o povo saiba e sinta quo quando a constituição for atacada, cada-um dos cidadãos o é. D'este modo a nação toda defenderá até o derradeiro alento suas instituições, e nenhuma força humana as poderá destruir.

Varios meios estabelece a Carta como garantias dos direitos individuaes, e que tambem o são da mesma constituição: mas n'este artigo tambem a lei não é bastanto explicita, e precisa declarações

que, se não são necessarias á sua *essencia*, são indispensaveis para a sua *existencia*.

A liberdade da imprensa é uma d'éstas garantias; a publicidade dos processos, e os jurados em ambos os foros, com ella estão connexos. A instituição conservadora das guardas nacionaes ou civicas é igualmente necessaria para a conservação e equilibrio da constituição. Onde a coroa tem um exército que a nação paga, é necessario que a nação tenha um exército, a quem não pague, porque é da essencia da força civica que ella seja voluntaria, mas do qual possa dispor quando a coroa, abusando de sua auctoridade voltar contra a nação as baionetas que a nação para sua defesa sustenta.

O recente e glorioso exemplo da França, exemplos nossos, menos (8) brilhantes sim, mas não menos convincentes, escusam toda a demonstração.

Das reformas e melhoramentos que são necessarios para fazer sentir, e amar e defender pelo povo a constituição, que elle não amará nem conhecerá emquanto seus bens não palpar, são as mais urgentes, a abolição dos tributos barbaros, desproporcionados e injustos, como os dizimos,

a maior parte das portagens, e muitos dos direitos de consummo que so affectam as classes trabalhadoras, e bebem o suor do pobre sem dizimar a substancia do ricco. Os jurados e a publicidade do fôro, e a liberdade da imprensa introduzirão a justiça nos tribunaes, e forçárão os magistrados á rectidão, ha seculos desconhecidas dos povos, e cuja volta elles saberão appreciar como beneficio do systema representativo.

A instrucção publica, os melhoramentos das colonias, a protecção ao commércio, a emancipação da indústria, (9) e muitos outros melhoramentos necessarios virão com o tempo, e como necessarias consequencias, que hãode ser, das principaes reformas, e essenciaes garantias, sem as quaes a constituição não existirá senão de nome, a liberdade será nulla, e a independencia nacional, precaria e arriscada, em vez de ser um bem, será o flagello do povo.

XVI

Liberdade da imprensa.

Merecia a liberdade da imprensa particular ca-

pitulo. Não tractarei de seu panegyrico, nem de descrever suas utilidades, nem de prégar sua necessidade: quem, entre nós, quem deixa de conhecer tudo isto? Sem liberdade de imprensa, no estado das nações modernas ([10]), no systema representativo, não ha liberdade de nenhuma especie.

E a emenda ou declaração que mais precisa a Carta é no § 34 do artigo 145 em que deixa ao poder legislativo, e até em certos casos ao governo, o direito de suspender as garantias da constituição.

D'ésta regra hade forçosamente exceptuar-se a liberdade da imprensa, sobre a qual nenhum poder do Estado deve ter acção alguma positiva ou negativa, senão a auctoridade judiciaria castigando os crimes dos que d'ella abusarem, mas de nenhum modo reprimindo essa liberdade, que nunca póde ser excessiva, nem em si propria conter crime ou abuso; o qual so é do invividuo, a quem as leis devem punir, mas nunca da cousa que ellas so devem proteger porque ella as protege.

O exemplo da grande nação, e nossas propria desgraças nos devem convencer de que

sem liberdade de imprensa (e jurados para seus processos) e sem guardas nacionaes (para a defenderem), a liberdade é chimerica; e todas as instituições, por mais livres que sejam, em vez de beneficio, são uma calamidade pública, um laço armado ao patriotismo, um novo instrumento dado á oppressão, um escudo traidor que so cobre os inimigos da liberdade, e a seus amigos so esmaga.

XVII

Segundo membro da alternativa: *união com Hespanha.*

Não presumo ter descuberto todos os defeitos de nossa lei fundamental, nem achado todos os remedios que elles precisam. Alem de conhecer muitos mais do que aqui enuncio, muitos outros haverá tambem que eu não aventei. Mas parece-me que toquei nos capitaes e essenciaes pontos, e que, estes conseguidos, ou d'elles se derivarão ou por elles se conseguirão os outros.

Assim estabelecida a liberdade, a liberdade será verdadeira e real; e com ésta condicção não ha

que hesitar para os Portuguezes na opção da proposta e forçosa alternativa. *Todos daremos o derradeiro sangue pela independencia nacional.*

Mas se a intriga estrangeira ajudada da traição doméstica prevalecerem, e nos tirarem a condicção sine qua non de nossa independencia, ou *directamente* destruindo a constituição, ou *indirectamente* annullando-a em seus effeitos, como ateaqui teem conseguido ([11]); então reluctantes e forçados, mas deliberadamente resolutos, so nos resta lançar mão do segundo membro da alternativa, *unir-nos para sempre a Hespanha.*

Aqui viria naturalmente o tractar do modo e condicções com que a união deve ser feita para que menos pesada e mais vantajosa nos seja. Mas a esperança, a querida esperança, que ainda nutrimos o affagamos, de que não seremos constrangidos a essa extremidade, me arreda a penna do repugnante assumpto.

Praza a Deus que não seja necessario volver a elle!

Mas se o for, se a oligarchia nos obrigar a queimar nos alteres da liberdade o palladio da independencia nacional, façamo'-lo com dignidade e prudencia: nem sacrifiquemos de nossa glória e

nome antigo senão o que exactamente for indispensavel para evitar a servidão moderna.

Talvez uma f e d e r a ç ã o . . . . . Mas suspendamos *porora* todas as reflexões sôbre este objecto.

CONCLUSÃO.

Aqui rematarei meu discurso: aqui fecharei o m e m o r a n d u m p o l i t i c o onde ha cinco annos tenho consignado, como em roteiro de mareante, os canaes e os escolhos que os bordam, os baixios e os phanaes que d'elles avisam. Nem sempre accertaria, mas sempre desejei accertar.

Oxala que do *sincero* livro alguma utilidade venha a essa patria cujo purissimo amor, e zêlo de sua glória, arde no coração do auctor e no mais íntimo o devora!

Oxala que as honradas cans do antigo Portugal, se ja não é possivel remoçá-lo, vivam ao menos em honesta e respeitada velhice; nem por impiedade de seus filhos o escarneçam desalmados estrangeiros na segunda infancia da decrepitude, deshonrado dos seus, insultado de estranhos, desamparado de todos!

Praza a Deus que todos, de um impulso, de um accôrdo, de simultaneo e unido esfôrço, todos os Portuguezes, sacrificadas opiniões, esquecidos odios, perdoadas injúrias, ponhamos peito e mettamos hombros á difficil mas não impossivel tarefa de salvar, de reconstituir a nossa perdida e desconjunctada patria,—de re-equilibrar emfim Portugal na balança da Europa!

NOTAS Á SECÇÃO PRIMEIRA

(1) Não tardará muito porêm que ésta ultima parte não reclame o primeiro logar, e lh'o não cedamos nós.

(2) Tem-se mudado de nomes em diversas epochas, mas o pensamento é o mesmo.

(3) Oligarchia vem do grego *ολιγος pouco*, e *αρχη podêr*, podêr de poucos, liga dos poucos contra os muitos. Aristocracia vem de *αριστος optimo*, e *κρατος potencia*,—auctoridade dos melhores ou mais illustres do Estado. Quando a aristocracia degenera de sua instituição primitiva, ja não é aristocracia mas oligarchia. Para evitar confusão de ideas e principios convem ter presente ésta distincção.

(4) Sismond. *Hist. des républiq. ital.;* e *Italy* by Lady Morgan.

(5) Expressão de Voltaire, *Siècle de Louis XIV.*

(6) V. *Relator. da commissão de constit.* das côrtes de Cadiz. Robertson, *Hist. of the reign of the Emper. Charles V.* e particularmente *o State of Europe etc.*

(7) Duart. Nun. do Leão, especialmente nas *Chron. de D. Duarte e D. Affonso V.*

(8) Signal de nota que se deve riscar.

(9) Robertson's *America*, Raynal *Histoire des découvertes et établissements des Européens etc.*

(10) Id. ibid.

*

(11) V. Roberts. Raynal etc.

(12) Assim diz dos antigos Portuguezes o nosso Duarte Nun. *Chron. de D. Affonso II.*

(13) Nunca a tamanho homem tamanha injustiça se fez. Basta ler os commentarios de Machiavel sôbre Tito-Livio para se conhecer que o *Principe* foi escripto debaixo do punhal dos tyrannos da sua patria: e ainda assim quem reflectir n'esse famoso livro verá que elle mais denuncía aos povos as artes dos reis, do que ensina os reis as de illudir os povos.

(14) V. Raynal, *Breve ensaio sôbre a revolução dos Estados-Unidos*, e o *Common sense* de Thomas Payne, ahi citado.

(15) V. o cit. *Common sense.*

(16) V. Goldsmith's *Greece.*

(17) O *une et indisivible* da republica franceza porventura foi o que a perdeu. V. Fantin Desodoards, Mignard etc.

(18) Lady Lorgan, *Italy.*

(19) Segur, *Histoire de Napoleon et de la Grande armée.*

(20) Ibid.

(21, 22, 23 e 24) Bonaparte accrescentou ao catalogo *legitimo* das salas de palacio uma de nova especie e estranha denominação, *a sala dos reis*, pois era o unico soberano da Europa que precisava de se prover de ante-camara para seus *criados-reis*: a este ponto tinham chegado as sagradas pessoas cuja soberania e magestade *vem*

immediatamente de Deus!—Em 3 de Janeiro de 1806 o rei de Baviera deu sua filha, (e essa foi a melhor casada) a Eugenio Beauharnais; em 17 de Abril do mesmo anno o principe hereditario de Bade desposou uma parenta de Josephina, adoptada por Napoleão: em Agosto de 1807 a filha do rei de Wurtemberg foi casada com Jeronimo Bonaparte que tinha outra mulher viva: em Abril de 1810. Napoleão recebeu a filha do imperador d'Austria estando ainda viva Josephina. —Veja as cartas de Fernando VII a Bonaparte no *Journal de Las Cases.*

(25) Tal era o de Prussia, de cujo reino declarou Napoleão, que a rogos de seu amigo Alexandre consentia por mercê que existisse.

(26) Com exactidão nem de Alexandre se póde dizer que o fez. Marchar na rectaguarda d'um exército depois da victoria, não é guiá-lo a ella. Algum tempo professou Alexandre os principios de razoada liberdade, até que o gabinete de Vienna, com receios e terrores, o fez mudar de planos e sentimentos, cuja realização se levada a effeito, poderia ter dado a paz á Europa, essa paz de que tanto fallam os *legitimos*, e que nenhum d'elles sinceramente deseja. Querem, para medrar seus planos, a tranquilidade do sepulchro, a paz do jazigo, aquelle estado de inacção e torpor em que véem a cahir as nações pela fôrça de inercia politica com que sôbre ellas pésa o fatal *statu quo*, mais destruidor da felicidade pública do que o

mais barbaro systema de tyrannia. Este favorito systema austriaco prevaleceu no gabinete de S. Petersburgo, e as esperanças que de Alexandre haviam concebido os povos, se desvaneceram.

(27) Fernando escrevia a Bonaparte de Valencey, protestando contra as côrtes e revolucionarios de Hespanha, que queriam tirar a coroa ao rei Joze para lh'a tornarem a dar a elle. Frederico chegou a mandar suas tropas a combater com as francezas contra as nobres legiões de patriotas que o queriam libertar a elle e á Prussia. Veja *o Journal de Las Cases, e a Histoire de la Gr. Armée par Segur.*

(28) A côrte de Lisboa levou na sua fugida para o Brazil tudo quanto dos coffres publicos se pôde raspar, e que juncto com o particular thesouro do principe, formou a enorme quantia de muitos milhões. D'esse mialheiro, que todos os dias crescia, ninguem mais viu real. Durante toda a guerra da independencia os soccorros que do Brazil vieram foi o limitado producto de uma subscripção, do qual inda assim, dizem que nem *sahíra*, nem chegára inteiro.

(29) Elrei de Prussia, que foi um dos que mais prometteu, quando rogado, muito tempo depois, por sua palavra e desempenho, respondeu: " *Verdade é que prometti dar uma constituição á Prussia, mas quando, não disse eu.*"

No emtanto nenhuma nação europea tem mais precisão de boas instituições nacionaes, que sir-

vam de nexo a tam desligados elementos politicos, como são os que compoem a Prussia e que amalgamando-os assim, reforcem e tornem compacto seu edificio social, de maneira que possa resistir ás massas enormes de podêr e fôrça que a abraçam por seus angulos, estabelecendo d'ésta sorte barreiras e limites artificiaes onde a natureza foi escassa d'elles.

Ésta é doutrina, que não soffre opposição, dos mais abalizados estadistas, e que pela maxima parte é applicavel aos outros Estados germanicos, e que ja de alguns tem sido adoptada.

Se fosse do interêsse da Italia, e ao resto da Europa conviesse seu actual desmembramento em pequenos e insignificantes Estados, esse mesmo systema devêra cada um d'elles adoptar. Mas a Italia foi pela natureza formada para baluarte do Meio-dia da Europa; e exige o equilibrio politico, a segurança das nações meridionaes, que unida, organizada em um grande e poderoso Estado, como ja foi, (e como póde ser) esteja de sentinella á liberdade e independencia do Sul contra a vanguarda da coallição do Norte, a Austria: bem como a Polonia e Curlandia devem, unidas tambem, defender a Europa do collosso asiatico da Russia, que com os seus cossacos, com suas colonias militares, com seus milhões de soldados ameaça todos os dias de devorar o Occidente.

Napoleão foi o maior talento militar de que se lembra a historia; igual se julgou algum tempo

seu ingenho politico: inda mal que assim não era. Se tamanho estadista houvera sido como foi capitão, tivera, quem tudo pôde, alguma cousa feito para a consolidação do *podêr meridional*, em què estribava o seu todo. A Italia, a Hespanha e Portugal são os alliados naturaes da França; so ella e elles houveram de defender seu regenerador se elle o tivesse sido. Napoleão obrou a respeito das duas peninsulas o diametralmente opposto de seus interêsses: fez irreconciliaveis inimigos onde so fieis alliados lhe convinham: assim atacado por uma, desamparado pela outra, succumbiu ao podêr do Norte, que erradamente quiz lisongear, que mais erradamente depois tentou destruir, e que só devera conter e sopear, não com a fôrça physica das baionetas, mas com a moral da energia e liberdade dos povos, que nunca o houveram de trahir como seus alliados *legitimos*, e seus generaes *legitimados* vilmente fizeram.

(30) E essa era a significação que a tam gabada palavra *legitimidade* parecia trazer comsigo; ordem legítima, legal, que excluia toda arbitrariedade, e reprovava quanto acima da lei, ou contra ella fosse. Hoje que a terminologia da Sancta-alliança é melhor conhecida dos povos, veremos se se deixam outra vez enganar tam miseravelmente como na fatal epocha da pseudo-restauração.

(31) Veja a nota 28.

(32) A Polonia, que a estupidez e crueza dos

principes europeus deixou assolar, destruir, e a final devorar da Russia, era a mais forte trincheira da Europa contra a ambição dos Moscovitas. Que a Prussia e Austria n'esse politico assassinio de uma nação consentissem e conviessem, de nenhuma sorte é para admirar, pois levaram quinhão no roubo; mas que as outras potencias o vissem de sangue frio, e se contentassem, como a Inglaterra, de fazer notas protestatorias, é absolutamente inexplicavel. Nem generosidade nem compaixão são virtudes de gabinete, mas o interêsse e salvação commum são leis que o mais insensivel diplomata é obrigado a guardar; e essas puniam pela causa de infeliz Polonia. Ou me engano muito, ou a Grecia está na mesma posição e circumstâncias, e provavelmente a espera a mesmissima sorte. D'onde resulta, que os politicos do primeiro quartel d'este seculo não são *inferiores* aos do derradeiro do passado.

(33) A illusoria constituição, com que o gabinete de S. Petersburgo enganou os Polacos, como os Bourbons enganaram os Francezes.

(34) Impotente para todo o bem, plenissima de atribuições e alçada para todo o mal, tal era a regencia de Portugal.

(35) Lord Beresford voltava em 1820 a Portugal investido pela corte do Rio com os mesmos poderes, e tam *senhor de baraço e cutello*, como os que envia a Porta a governar com *tres caudas* uma provincia do imperio *eterno*.

(36) É inegavel que a revolução das colonias hespanholas, comquanto motivada pelas geraes e sabidas causas da oppressão, vexames e desgovêrno da mãe-patria, teve comtudo por immediata e urgente causa a invasão e usurpação da Peninsula pelos Francezes, como teem mostrado os escriptos publicados sôbre a historia d'estes importantes acontecimentos.

(37) V. Damião de Goes, e *Corographia Brazileira*

(38) Robertson's *America*, Rainal etc.

(39 e 40) V, *Castrioto Lusitano* etc.

(41) Suppõe-se pela combinação de todos os computos feitos até 1806, que n'esse anno a população do Brazil não excedia de 800,000 negros e mulatos fôrros, 1,500,000 escravos, 8 a 900,000 indigenas aldeados; total 3.100,000 sendo apenas a quinta ou sexta parte brancos.

(42) De todos os defeitos, e absurdos que compoem o cahos informe e reluctante de nosso systema de govêrno (fatal systema que para nossas conquistas transplantámos, e que foi uma das graves causas que no'-las fizeram perder) é a mais repugnante e damnosa a *cumulação* da auctoridade administrativa com a judiciaria: e não so os magistrados territoriaes as exercem por estolida economia do govêrno, senão tambem aos membros dos tribunaes por monopolio se tem deferido. Em Portugal os desembargadores encanam rios, abrem estradas, construem pontes,

exploram minas, erigem hospitaes, fornecem exercitos, administram a fazenda pública, e até na capital exercem as funcções municipaes, e fazem posturas para limpeza das ruas e ordem da cidade! As côrtes em 1822 tinham providenciado n'esse desarranjo com o estabelecimento dos presidentes electivos nas camaras, com a instauração dos contadores nas commarcas, e creação dos administradores nas provincias.—Duas cousas mui essenciaes teriam feito muito partidario da causa constitucional; os juizos publicos, e a administração separada da justiça. Uma lei sôbre ordem de processo bastava para a primeira, e um regulamento provisorio do govêrno para a segunda: tres annos que o povo se accostumasse a estes dous bens, que mais immediata, mais sensivelmente lhe chegavam, fariam mais difficil o retrogradá-lo ás caducidades do regimen antigo. Nenhum motivo me inspira éstas observações alêm do desejo de que se emendem para o futuro os erros do passado. O piloto, que deu com a nau no baixo conhecido, e que por acaso escapou com vida, não deve envergonhar-se de marcar na carta o escolho traidor, paraque *maior cautella* lhe evite a elle, ou a outros, a infelicidade do naufragio.

(43 e 44) A historia da chegada da côrte ao Rio-de-Janeiro, e dos 13 annos que la se demorou, formaria mais escandalosa e vergonhosa chronica do que os mais repugnantes capitulos de Suetonio e Tacito.

So no artigo tributos, pagava o Brazil atelli dez vezes menos: quanto aos melhoramentos, o que sahiu a lume foram, em *projecto* os planos de D. Rodrigo, e em *execução* os palacios dos Lobatos e as *operações* do Targini.

(45) O Brazil deixou desde então de ser colonia de Portugal: é escandalosa a má-fe dos Brazileiros que ainda hoje estão repetindo o contrário.

(46) Tal foi a verdadeira causa da fatal guerra de Buenos Ayres que tam funesta foi ao commércio portuguez.

(47) As lanças de Poniatowski não combatteram pelos reis: e comtudo no fim da guerra ganhou pouco sim, mas não perdeu a Polonia. Portanto os aggravos da Italia e das Hespanhas não podem ser igualados.

(48) O mais poderoso inimigo de Bonaparte foi a constituição de Cadiz; Wellington o proclamou: e todos os govêrnos a roconheceram e applaudiram na occasião do perigo, e depois todos procuraram sua destruição em 1814 e 1823.

(49) É innegavel ésta verdade: o govêrno arteiro canfundiu de proposito os homens honrados que professavam essas opiniões, com os verdadeiros afrancezados; e o povo incauto os stigmatisou indistinctamente a todos com o nome de *jacobinos*.

(50) Nem uma so provisão se fez a beneficio do commércio de Portugal quando se abriram os portos do Brazil a todas as nações.

(51) Um Inglez commandava o exército; outro (o ministro residente em Lisboa) era membro nato da regencia do reino.

(52) Em Portugal a de 1817 abafada no sangue e fogueiras do campo de Santa Anna; em Hespanha a de Porlier, Lacy, Richard, etc.

(53) V. o que no prologo se diz sobre a preparação do povo para a liberdade.

(54) Assim parecia então a França: bem se desaffrontou ella agora de quem a fazia tam malquista e desprezada dos povos.

(55) E accusaram de revolucionario, jacobino e exaltado o systema que se peccou foi nos principios, e cujo êrro nos meios talvez foi demaziada prudencia ou timidez.

(56) Não precisa porêm que a demolição dos edificios velhos esmague os desgraçados que tinham a infelicidade de os habitar.

(57) Ahi menos se interessára ainda o povo, e mais facil fôra portanto a destruição da liberdade.

(58) Na célebre discussão da camara dos deputados de França á cérca da lei de sacrilegio, em 13 de Abril de 1825, é digna de que todos a estudassem, a eloquente peroração de Mr. Bertin Devaux.

(59) N'aquella epocha não podia a imparcial justiça designá-lo d'outro modo.

(60) V. o que ao diante se diz na secção terc. cap. IV.

NOTAS A SECÇÃO SEGUNDA

(1) Assim pede a justiça que se diga d'aquella camara em 1825-26 e parte de 27.

(2) É notavel ésta confissão expressa no relatorio do ministerio Polignac, sôbre o qual se passaram os memoraveis decretos de Julho d'este anno de 1830.

(3) Por se desviarem d'ésta linha causaram os ministros hollandezes a actual revolução de Belgica.

(4) V. as fallas de Sir James Mackintosh na sessão do 1 Julho da camara dos communs, e a de Lord Holland na de 19 do mesmo mes da camara dos pares.

(5) V. *Edinburgh Review* do 2 ou 3 quartel de 1820.

(6) Se jamais pode ser legitimo um governo absoluto. As duas ideas e as duas palavras involvem contradicção.

(7) Distinga-se entre as virtudes privadas da dynastia e os crimes do governo.

(8) Estes capitulos foram, com elogio que muito honrou o auctor, traduzidos pelo *Constitucionnel* de París, do *Portuguez* de Lisboa.

(9) Este capítulo já appareceu impresso em o N.º V do *Chronista* de Lisboa em 1827.

(10) V. a nota da primeira secção.

(11) Ou por ignorancia crassa ou por maldade

resoluta grande número de Brazileiros parecem não conhecer ésta verdade.

(12) Rectifique, pelas definições da nota 3 da primeira secção, ésta phrase do general Foy.

(13) É notavel que assim o confesse o proprio *sesquipedal* e *bombastico* discurso de Joze Acurcio nas pretendidas cortes de Lisboa de 1828.

(14) E vice versa, os erros e excessos demagogicos geram o despotismo.

(15) Quinze annos se mantiveram os Bourbons em França á sombra da Carta de Luiz XVIII; e, o que mais é, com essa mesma sombra ampararam os dous ramos de sua familia que em ambas as Peninsulas até o nome de Carta proscreveram.

NOTAS Á SECÇÃO TERCEIRA

(1) Tanto assim é, que para ter alguma estabilidade o governo de D. João VI careceu de illudir até ao fim o partido constitucional com esperanças de cumprir um dia a *palavra real* de Villa-Franca.

(2) Os diplomatas inglez e francez, Thornton e Hyde de Neuville foram pela legitimidade premiados de seus legitimos serviços com a prompta demissão de seus respectivos governos!

(3) V. o opusculo ultimamente publicado por Mr. Hyde de Neuville sobre a questão portugueza.

(4) Protocollos de Vienna e Londres de 1827 e 1828.

(5) V. a nota 29 da primeira secção.

(6) V. o que se diz cap. XVI, sec. seg.

(7) V. *Légitimité et le Portugal*, reveries d'un Portugais. Bruxelles 1829.

(8) Fallas do duque de Wellington, Mr. Peel e Lord Aberdeen sobre a questão de Portugal, no parlamento inglez.

(9) V. *Manifesto dos direitos de S. M. F. a Senhora D. Maria II etc.* Londres 1829.

(10) As palavras ambiguas d'este decreto mostram comtudo qual era a fe e lealdade dos que então rodeavam D. João VI.

(11) V. *Manifesto dos direitos, etc.*

(12) Preambulo do decreto de abdicação condiccional de D. Pedro IV em 1826, e de pura abdicação em 1828.

(13) V. *Manifesto, etc.*

(14) Expressões de Sir James Mackintosh na citada sessão do parlamento.

(15) Confissão dos jornaes ministeriaes inglezes.

(16) Feliz expressão do *Courrier français.*

(17) Relatorios do ministro dos negocios estrangeiros e do conde de Villa Real na camara dos pares em Lisboa na sessão de 1826 a 27.

(18 e 19) Para se contar a maioria d'uma nação é preciso deduzir primeiro as massas inertes e não-pensantes.

(20) Opiniões, e até partidos.

(21) O subrepticio chamamento de lord Beresford para commandar o exército, e as indecentes proposições que no conselho de ministros se fizeram, e a intentada relegação do honrado marquez de Valença que não quiz assignar o decreto de sua nomeação,—o posterior manifesto procedimento do bispo de Vizeu e outros ministros —não deixam, ainda mal! dúvida alguma d'ésta asserção.

(22) Expressão que se attribue ao ministro prussiano.

(23) A lei do sello e a do *cura de caniços* foram as unicas que passaram em ambas as camaras.

(24) Repetidas vezes se rogou, se instou com o ministerio que assistisse ás discussões, e tractasse de ligar as desunidas camaras. Os dous jornaes liberaes, o *Portuguez* e o *Chronista* tiveram em resposta uma prisão de tres mezes para seus redactores.

(25) Decreto de 1827.

(26) Se em Portugal houvera liberdade de imprensa e guardas nacionaes desde o estabelecimento da Carta, estaria hoje D. Miguel sentado no throno de D. Maria II?

(27) O governo augmentou de proposito o descontento público paraque os que mais temiam D. Miguel e o abhorreciam, vissem com menos horror sua regencia como uma mudança de coisas

que parecia impossivel poder ser para peior.

(28) Correspondencia de Sir Frederick Lamb nos papeis appresentados ao parlamento pelo ministerio inglez, e insertos no *Manifesto dos direitos de S. M. F.* etc.

(29) Próvas no *Manifesto* etc.

(30) V. todos os jornaes inglezes e francezes do tempo.

(31) O campeão inglez de D. Miguel tinha sido, *pelo mesmo preço*, o campeão de D. Pedro IV e da Carta.

(32) Ainda se não explicou a razão por que a juncta do Porto não fez reunir ésta guarnição a seu exército.

(33) Quanto podia ésta força voluntaria, assás o mostrou a victoria da Terceira, ganha, segundo a confissão do proprio general, quasi unicamente por ella.

(34) Por muito tempo se não quiz accreditar nos conselhos de Lisboa, por parecer impossivel, a tomada do Porto.

(35) Cresce a atrocidade quando se pensa que os maiores scelerados são todos os dias absolvidos nos tribunaes portuguezes, e que raro é o anno que em Portugal se ve executar a pena última por crime não-politico.

(36) Bastava o terror geral para tornar nulla aquella assemblea e todos os seus actos.

(37) Nem do celebrado folheto do visconde de

Santarem sôbre as antigas côrtes se copiou senão o que era inteiramente absurdo.

NOTAS Á SECÇÃO QUARTA

(1) V. *Manifesto dos direitos de S. M. F.* etc.

(2) Antes d'esse titulo nenhum soberano o reconheceu.

(3) Que não excluem. V. *Manifesto dos direitos de S. M. F.* etc.

(4) Id.

(5) O duque d'Orleans foi legitimamente eleito, porque a dynastia anterior a si propria se excluiu da coroa.

(6) V. na próva 20 do *Manifesto* etc. o protocollo de Londres de 12 de Janeiro de 1828, o qual subrepticiamente foi omittido pelos ministros inglezes nos documentos appresentados ao parlamento.

(7) Mas podia ter ao menos acabado sem deshonra e vilipendio da nação.

(8) V. as cit. fallas de Palmerston, Mackintosh, Holland, etc.

(9) Fazendo-se a proporção devida da população de Portugal á dos outros paizes.

(10) Sem ambas não haveria verdadeira legitimidade, porque uma depende da outra.

(11) Assás publicamente o confessaram os ministros inglezes, e pouco menos claro os de França e das outras potencias.

(12) Esse perigo felizmente cessou desde Agosto de 1830.

(13) V. cit. *Réveries d'un Portugais* etc.

(14) E são os descendentes dos heroes de 1640!

(15) V. todas as historias novissimas da Inglaterra, e os papeis do tempo.

(16) V. *Portugal Restaurado* do conde da Ericeyra. Este manifesto dos Tres-estados, intitulado *Balidos das igrejas portuguezas ao soberano pastor* foi publicado em 1653.

(17) V. na cit. obra do conde da Ericeyra como D. João IV resoluto a seguir já então a mesma doutrina que depois instaurou a *Tentativa Theologica*, por medo da inquisição veio a desistir!

(18) Inglaterra com justa razão se póde designar assim, pelo que foi, mais do que pelo que é.

(19 e 20) As promessas de Fernando VII em 1814 e 1823, e de João VI em 1823 foram as mesmas e com igual tenção feitas e cumpridas.

(21) Se a nobreza em vez de se ligar para destruir o systema de 1820, se tivesse ligado para o melhorar, teria salvado a nação, e a si propria immortalizado.

(22) Com este engano foram surprehendidos alguns generaes hespanhoes que tiveram a fraqueza de se fiar no principe francez.

NOTAS Á SECÇÃO QUINTA

(1) Este capitulo e o seguinte foram traduzidos pelo jornal inglez *The Star*, com mais que justo louvor e elogio.

(2) V. *Carta dirigida ao conde d'Aberdeen* por Henrique Gally Knight, 1829.

(3) Os principios inquisitoriaes não prevaleceram somente nos paizes em que se estabeleceu o tribunal do sancto-officio.

(5) O *Bill* catholico de 1829 tem sido attribuido por muita gente a perigosos e encubertos fins. Que elle lhes póde dar logar, não padece dúvida.

(6) V. as últimas publicações de Chateaubriand: o *Mémoire à consulter*, e o requerimento á camara dos pares por Montlosier,

(7) Bem cegos serão os Francezes se confiarem nas demonstrações de amizade com que por ora os embalam. Não confiarão.

(8) Assim como os poetas por antiphrase dizem *luccus a non lucendo*, os oligarchas dizem *legitimo* o que mais exclue as leis, á sua auctoridade se oppõe, e contra todo o direito é.

NOTAS A SECÇÃO SEXTA

(1) Principalmente se em Portugal se seguir o que o auctor das cit. *Réveries* propõe em seu

novo opusculo d'este anno de 1830, sobre a liberdade d'imprensa, etc.

(2) V. Delolme, Montesquieu, Blakstone, etc.

(3) V. *Manifesto da nação portugueza* publicado em 1820—21.

(4) O posterior procedimento de alguns *renegados* não o destroi tampouco.

(5) Este princípio não é novo nem nascido na grande-semana, como ironicamente se tem ditto, mas tam antigo como a liberdade social e as leis que a regulam.

(6) A lei das côrtes de 1822, e a proposta na camara de 1826—27 mostram quam pouco e mal se concebe ainda entre nós o systema administrativo.

(7) Tanto no *Portuguez* como no *Chronista* se insistiu repetidas vezes com o governo e com as camaras paraque fizessem ésta necessaria reforma : as camaras porêm não intendiam, e o governo nem intendia nem queria.

O relatorio do ministro Martignac á camara dos deputados de França sobre a organização municipal, etc. em 1828, merece ser estudado como a mais cabal e esmerada exposição da materia que me parece haver.

(8) Principalmente o da defesa da Terceira em 1829.

(9) A emancipação da indústria não precisa senão que se execute á risca e desde logo o §. 23 do art. 145 da Carta, dando por abrogados, e fa-

zendo de facto cessar todos os regimentos absurdos de fábricas, provedores, privilegios, mesas de officios, etc.; e não como em 1820—23, e em 1826—28 se fez, quando o ministerio deshonestamente violava a constituição sustentando leis e magistraturas que ella abolia, e que não precisavam nem haviam de ser substituidas.

(10) A imprensa é para as modernas nações representadas, o que os Rostros eram para os antigos comicios.

(11) V. nota 9 d'esta secção. Este é o abuso do governo portuguez que a nação mais deve estar prevenida para não tolerar de modo algum. D'aqui vieram quasi todas as nossas desgraças.

INDICE.

A' NAÇÃO PORTUGUEZA. . . . . PAG. 1

PROLOGO. 7

INTRODUCÇÃO. 17

SECÇÃO PRIMEIRA:

Balança da Europa.—O que era Portugal na antiga balança da Europa.—Desequilibrada essa antiga balança pelo actual movimento da civilização, o que deve ser Portugal na nova ordem de coisas.—Natureza da crise que trouxe a nova ordem de coisas.—Causas d'esta crise, addiantamento da civilização—Deducção rapida dos progressos que fez e estorvos que encontrou a civilização desde Carlos V e descuberta da America, até o primeiro quartel d'este seculo em que pareceu vencida pelo ephemero triumpho da alliança denominada santa.... 23

SECÇÃO SEGUNDA:

Estado do mundo civilizado nos fins do primeiro quartel d'este seculo.—Dissolve-se a sancta-alliança. Alguns soberanos transigem com os povos.—Os que o não fazem, ja não obram com a antiga fôrça da união.—Incruenta victoria da civilização..... 97

SECÇÃO TERCEIRA:

Portugal nos fins do primeiro e principios do segundo quartel do XIX seculo.—Sua importancia moral n'esta epocha.—Historia da Carta portugueza, desde que foi promettida em Villa-Franca em Junho de 1823..... 135

SECÇÃO QUARTA:

Suicidio da Legitimidade.—Injustiça e má-fe dos governos da Europa na questão de Portugal.—Influencia que teve, e resultados que hade ter, na causa dos povos contra os tyrannos.....PAG. 197

SECÇÃO QUINTA:

Completo o sacrificio de Portugal, quasi feito o da Grecia, prepara-se o da França. Suicidada a legitimidade, triumpha momentaneamente a oligarchia, e tenta progredir na victoria. Veto russo. Reacção da opinião europea.—Determina a liga oligarchica offerecer batalha campal á civilização.—O Waterloo dos povos.—Consequencias da victoria de Paris..... 251

SECÇÃO SEXTA:

Recapitulação.—O que póde e o que deve ser Portugal na nova balança da Europa.—Alternativa em que tem de optar: ou independencia com verdadeira liberdade, ou união com Hespanha.—Como lhe convem a primeira; como a segunda —Da união com Hespanha. —Conclusão..... 283

NOTAS

A' secção primeira..... 323
——— segunda..... 334
——— terceira..... 335
——— quarta..... 339
——— quinta..... 341
——— sexta..... 341